

Ciências em Debate

Núcleo de pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento
Departamento de Ciências da Administração
Universidade Federal de Santa Catarina



<http://www.revistacienciaemdebate.org>

Volume 5, Janeiro-Dezembro (2021)

ISSN: 2318-9193

Ciências em Debate

Ciências em Debate é uma publicação do Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento e do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. A publicação tem caráter internacional e interdisciplinar, recebendo contribuições provenientes de diversas disciplinas científicas e filosóficas, visando o desenvolvimento do conhecimento nas áreas abaixo relacionadas. A autonomia e a independência dos cientistas, bem como a adesão aos esforços mundiais pelo *Open Access* constituem o eixo da sua Política Editorial; neste sentido, a revista tem como diretriz a não participação e inserção em nenhum organismo de indexação classificatória e/ou de bancos de dados, sejam estatais ou comerciais referentes aos veículos de divulgação científica. A prioridade de publicação reside em estudos elaborados com base no pragmatismo — embora não com exclusividade —, assim como na área da sociologia da ciência. Segue abaixo o conjunto completo dos temas que compõem a linha editorial da revista:

Pragmatismo; Ação coletiva na esfera pública; Estudos Organizacionais; Racionalidade nas organizações; Gestão pública, políticas públicas, governança e democracia; Economia social; Desenvolvimento territorial sustentável; Epistemologia da ciência; Sociologia da ciência.

ISSN: 2318-9193

Escopo e Foco

O escopo de Ciências em Debate é de promover o debate científico, bem como a discussão sobre a ação coletiva, concernentes a determinados temas relacionados à esfera pública, à gestão e à construção da ciência. A revista tem como foco os estudos elaborados com base no pragmatismo, ainda que não exclusivamente. Dentre as áreas do conhecimento que constituem os temas de publicação, o pragmatismo e a sociologia da ciência são as preferenciais.

A linha editorial da Ciências em Debate é centrada na constituição de um espaço público autônomo mediante a publicação de artigos, ensaios, dossiês, resenhas, entrevistas e demais produtos científicos no âmbito dos temas supracitados.

Seu público-alvo inclui professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação no Brasil e no exterior, bem como aos demais profissionais que atuam nas áreas abordadas pela revista.

Periodicidade

A periodicidade da Ciências em Debate é anual.

Política de Acesso Livre

Ciências em Debate oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo.

Equipe Editorial

Editores

Maurício Serva — Editor — Professor da UFSC, Coordenador do núcleo ORD

Danilo Melo — Editor — Professor da UDESC, Doutor em Administração UFSC, membro do Núcleo ORD

Equipe técnica da edição

Lourenço Tristão — Diretor técnico — Doutorando em Administração UFSC, Membro do Núcleo ORD

Josiete Mendes — Professora da UPE, Doutoranda em Administração UFSC, membra do núcleo ORD.

Vanessa Simon — Professora da UDESC, Doutora em Administração pela UFSC, Membro do Núcleo ORD

Márcia Strapazzon — Doutoranda em Administração UFSC, Membro do Núcleo ORD

Conselho Editorial

Alexandre Faria;

Ana Paula Paes de Paula;

Antônio Sérgio Araújo Fernandes;

Ariston Azevedo;

Carolina Andion;

Eloisa Cabral;

Flavio Ramos;

Graziela Dias Alperstedt;

Joaquim Fontes Filho;

Leandro Moraes;

Lúcia Müller;

Luciana Ronconi;

Márcio Sá;

Miguel Eduardo Moreno;

Pedro Jaime Júnior;

Rafael Alcadipani;

Sérgio Luís Boeira;

Simone Feuerschütte.

Acesso e contato

Site da revista: <http://www.revistacienciaemdebate.org>

E-mail da revista: revistacienciaemdebate@gmail.com

Site do núcleo: <http://www.redeord.org>

Capa

Lavi Kasongo “Le Visa”, 2022. (Acrílico sobre tela 1,75mx2m)

Talentoso artista plástico oriundo do Congo, na África, Lavi Kasongo faz pinturas desde os seus 5 anos de idade. Frequentou a *Académie des Beaux-Arts* de Kinshasa, um dos mais importantes centros urbanos e artísticos de África.

O artista é refugiado no Brasil, desde 2015, quando foi expulso do Congo pela brutal guerra civil que assola o país. No Brasil, procura dar continuidade a sua carreira internacional.

As obras de Lavi são inspiradas no seu passado africano, e no seu presente sul-americano, e remetem as diversas cores da cultura africana, aplicadas de forma abstrata em suas obras. A coleção de Lavi é composta por paisagens, retratos e pinturas abstratas a óleo e acrílico, inspiradas em sua experiência humana.

Lavi já participou de diversas exposições individuais e coletivas em prestigiosas galerias como a *Maison de France*, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o SESC, o *Michigan Art Space*, a *Inn Gallery* e a Assembleia Legislativa de São Paulo entre outras. Também foi convidado para participar do projeto "Latitudes" do SESC Vila Mariana onde pintou um mural que conta um pouco sobre a história do refugiado.

"As cores são as armas que uso contra a guerra" - Lavi Kasongo.

Mural “Refúgio” no piso térreo do Sesc Vila Mariana



Fonte: SESC SP < https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/13613_AS+CORES+DE+LAVI+KASONGO >

Sumário

| | |
|------------------------|----|
| Editorial | 03 |
|------------------------|----|

Maurício Serva e Danilo Melo

Artigos

| | |
|---|----|
| Eventos públicos e emoções coletivas | 08 |
|---|----|

Louis Quéré

| | |
|--|----|
| O que queremos com a epistemologia? | 46 |
|--|----|

Ariston Azevedo e Márcio Sá

| | |
|--|----|
| <i>Posthuman animality: bioeconomy, sustainability, and ontology of the animal</i> | 64 |
|--|----|

Edgar Varela Barrios

| | |
|---|----|
| Autoridade e chefes no século XX | 91 |
|---|----|

Yves Cohen

Entrevista

| | |
|--|-----|
| Entrevista com Yves Cohen, <i>Directeur d'études</i> (professor) na <i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i> (Paris) | 113 |
|--|-----|

Yves Cohen e Maurício Serva

Estudos de jovens pesquisadores

| | |
|---|-----|
| Reflexões epistemológica e metodológica: empreendedorismo étnico na nova diáspora negra em São Paulo | 131 |
|---|-----|

Audrey Silva Hein

Arte

| | |
|------------------------------------|------|
| <i>Le visa</i> (2022) | Capa |
|------------------------------------|------|

Lavi Kasongo

| | |
|---|----|
| <i>Nelson Mandela</i> (2020) | 06 |
|---|----|

Lavi Kasongo

| | |
|---|----|
| <i>Muhammad Ali</i> (2021) | 07 |
|---|----|

Lavi Kasongo

| | |
|---------------------------------------|-----|
| <i>Autoestima</i> (2021) | 111 |
|---------------------------------------|-----|

Lavi Kasongo

| | |
|--|-----|
| <i>Femme africaine</i> (2021) | 112 |
|--|-----|

Lavi Kasongo

| | |
|---|-----|
| <i>Passage obligé</i> (2021) | 130 |
|---|-----|

Lavi Kasongo

| | |
|--|-----|
| <i>Mais próximo da realidade</i> (2022) | 163 |
|--|-----|

Lavi Kasongo

Editorial

Nesta edição, o caráter inovador que se traduz pelo esforço em nos situarmos na chamada fronteira do conhecimento da administração, tanto em seu avanço quanto na interação com as demais ciências, é o que nos guia. Os textos publicados nos remetem a caminhos ainda pouco trilhados no campo científico da administração, promovendo a abertura de novos horizontes para ampliar a compreensão dos fenômenos que despertam o interesse de pesquisadores desejosos em trafegar por fronteiras pouco visitadas.

A edição é aberta com um texto original do Prof. Louis Quéré, abordando o tema que é objeto do seu último livro — *La fabrique des émotions* — lançado em 2021 pela *Presses Universitaires de France*. Para toda a equipe de **Ciências em Debate** é uma honra publicar esse texto. Desde os anos 1980, o Prof. Quéré tem sido um dos mais importantes autores no desenvolvimento do pragmatismo nas ciências sociais. Juntamente com parceiros como Isaac Joseph e Joëlle Zask, os autores protagonizaram na Europa a adoção do pragmatismo filosófico nas ciências sociais, seja pela tradução em francês das obras dos filósofos pragmatistas americanos clássicos, seja, principalmente, pelo estabelecimento das bases epistemológicas que sustentam uma sociologia pragmatista na atualidade, nos oferecendo ricos exemplos de estudos inspirados naquela filosofia. Neste sentido, o Prof. Quéré também contribui significativamente para o avanço das teorias da ação no âmbito das ciências sociais.

Consubstanciando o tema da epistemologia da ciência, o qual integra a linha editorial da revista, Ariston Azevedo e Marcio Sá aportam uma contribuição essencial ao enriquecimento desse tema em nosso país. Desde o último quarto do século passado, partindo das obras de Anna Maria Campos e Alberto Guerreiro Ramos, evolui um processo de intensificação progressiva do debate crítico sobre as bases e rumos do conhecimento científico em administração. Atualmente, o Brasil é um dos países em que a epistemologia da administração mais progride. Reconhecemos a essencialidade da contribuição de Ariston Azevedo e Marcio Sá por nos oferecer uma análise crítica de diversos estudos realizados no Brasil na esfera dessa epistemologia específica. A crítica interna é um fator essencial para o avanço da ciência.

Em outra região da fronteira acima citada, Edgar Varela Barrios, Reitor da *Universidad del Valle* (Cali, Colômbia), nos oferece um estudo sobre a animalidade concernente às questões inerentes ao debate do pós-humanismo, antropocentrismo, bioeconomia e políticas públicas. Explorando criticamente essas áreas, o Prof. Edgar Varela discute aspectos que, em última instância, fazem avançar as discussões tão intensas sobre as tentativas de dissolução da separação entre sociedade e natureza.

Uma outra fonte do sentimento de honra da equipe da revista nesta edição é a divulgação, no Brasil, do trabalho principal do Prof. Yves Cohen aos pesquisadores do campo da administração. Historiador de formação, o Prof. Cohen desenvolveu ao longo de vinte e três anos um estudo acurado sobre os fenômenos da autoridade e da chefia, marcantes na história do século XX. Abordando esses fenômenos na França, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Rússia sob o ponto de vista da ação em uma perspectiva pragmatista, e culminando com a publicação do livro *Le siècle des chefs – une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*, o autor nos concede a oportunidade de retrazar, conhecer e refletir sobre as ações de gestores de grandes fábricas no auge do período fordista no século XX, assim como as práticas de comando empreendidas por políticos como Stalin, Roosevelt e Hitler. Nos últimos anos, observa-se no Brasil um crescente interesse de pesquisadores da área de estudos organizacionais pela fronteira dessa área com a ciência da história; interesse muito salutar e promissor para o avanço da área. Esta tendência torna ainda mais importante a contribuição da obra do Prof. Cohen ao nosso campo de conhecimento.

Complementando a sua gentileza para com a revista e, por conseguinte, para com os colegas pesquisadores da administração, o Prof. Cohen nos concede uma entrevista que versa não somente sobre a elaboração da referida pesquisa, mas sobretudo aborda a renovação das ciências sociais críticas, processo deslançado com o movimento histórico de 1968, com destaque na origem do pragmatismo sociológico crítico na Europa. Temos, então, a chance de contar com um relato de um historiador que além de ter participado daquele movimento tão importante, atua na fronteira da história com a administração.

Na seção Estudos de Jovens Pesquisadores, Audrey Silva Hein nos brinda com um estudo sobre o empreendedorismo étnico realizado pela nova diáspora negra em

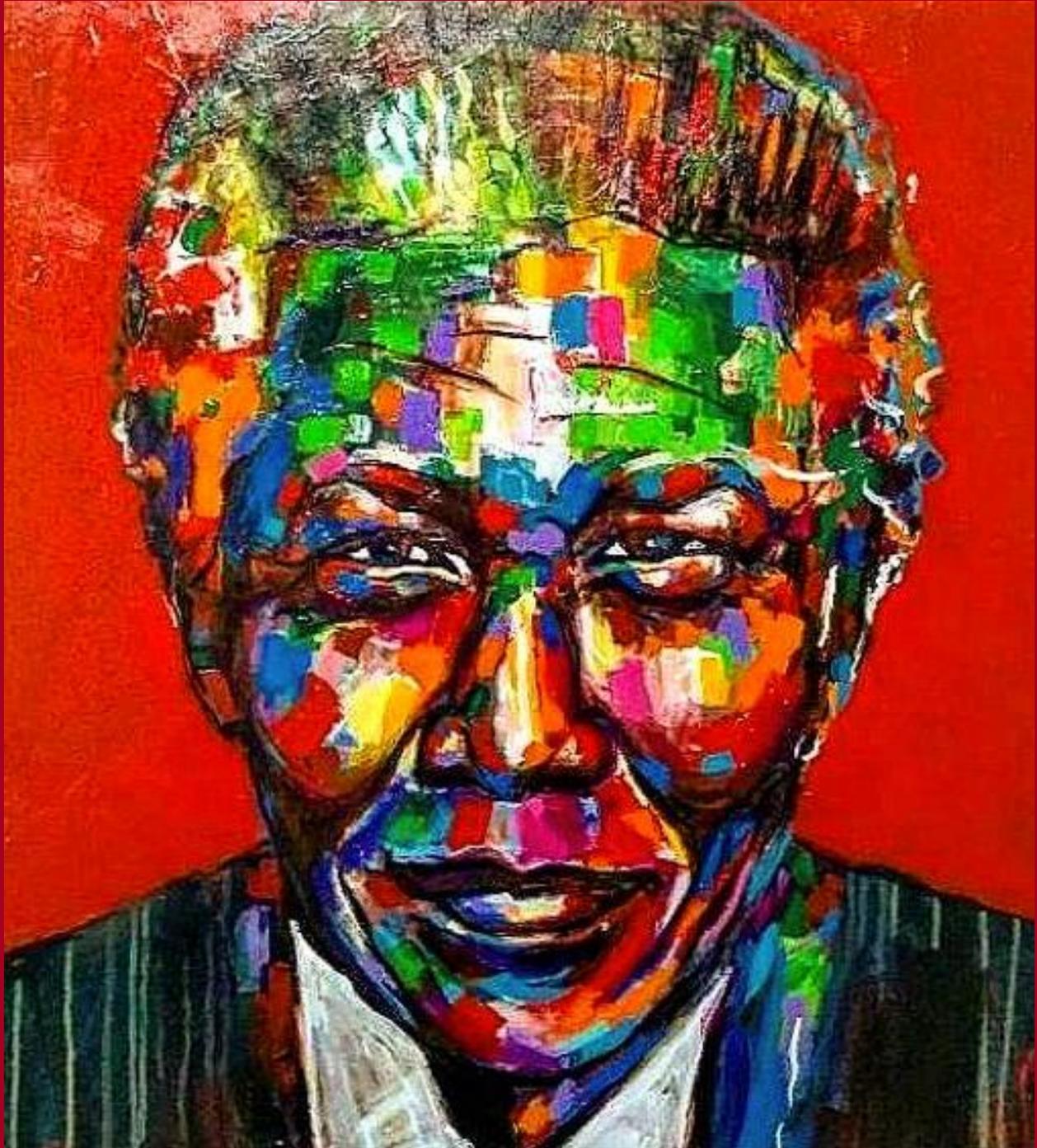
São Paulo. Elaborado em base pragmatista, o objetivo central do estudo é compreender de que maneira os migrantes dessa nova diáspora negra emergem como empreendedores e se, a partir dos seus negócios, contribuem para posicionar as questões raciais e migratórias nas arenas públicas em que esse fenômeno se insere. Nada mais alinhado com uma das mais importantes questões de nosso tempo, o estudo de Audrey Hein também se insere na temática que anima a nossa revista, desde o seu tratamento literário-científico ao tratamento artístico, conforme ilustra a seção Arte tanto na edição anterior como na edição atual. Neste sentido e perspectiva, o texto de Audrey Silva Hein é muito bem-vindo, ao abordar de forma inovadora o tema do empreendedorismo, e também por discorrer criticamente sobre a questão do racismo, deveras importante para o avanço da democracia radical.

O artista congolês Lavi Israel é o protagonista da seção Arte. Sua experiência de vida, enriquecida pelo hibridismo que agrega a extraordinária herança africana — onde recebeu formação na *Académie des Beaux-Arts de Kinshasa* — às culturas plurais latino-americanas, se expressa em uma arte ao mesmo tempo harmoniosa e potente. Desde 2015 vivendo no Brasil, Lavi Israel nos encanta com a beleza e força de sua arte. No presente, ele se dedica ao tema da imigração, alimentando o debate sobre questões cruciais de nossa época, e nos energizando para a construção da democracia radical na sociedade em que vivemos. Somos profundamente gratos à Lavi Israel por nos conceder parte de sua criação.

Desde a sua primeira edição, **Ciências em Debate** confirma o seu caráter internacional, em todas as edições publicamos estudos de colegas estrangeiros. Nos últimos anos, intensificamos a circulação da revista em diversos países europeus e latino-americanos. Por estas razões, doravante adotaremos a metodologia para referências e citações da *American Psychological Association (APA)*, a mais usual em nível internacional.

Maurício Serva
Danilo Melo

Nelson Mandela (2020)



Tinta acrílica sobre tela

Autor: Lavi Kasongo

Muhammad Ali (2021)



Tinta acrílica sobre tela (50cmx60cm)

Autor: Lavi Kasongo

Eventos públicos e emoções coletivas*

Public events and collective emotions

Louis Quéré**

Resumo

De onde vem a capacidade dos eventos de despertar emoções públicas e coletivas? Para poder responder a esta pergunta, devemos primeiro distinguir os modos de existência do evento, e caracterizar o tipo de experiência emocional que cada um deles provoca. É então necessário explicar o que é um evento público e diferenciar as suas matrizes (comunicação mediática e conversação social). Por fim, é necessário ter em conta a especificidade de uma emoção pública, e rever profundamente o paradigma da partilha de emoções. Para tanto, vou me basear na pesquisa realizada por G r me Truc sobre as emo es coletivas suscitadas pelos atentados terroristas dos últimos anos na Europa e nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Comunica o; Emo o; Evento.

Abstract

Where does the ability of events to arouse public and collective emotions come from? To be able to answer such a question, we have first to distinguish two modes of existence of events and to characterize the type of emotional experience brought about by each one. We then have to explain what a public event is and to differentiate its two matrices (media communication and social conversation). In the last step, we have to account for what a public emotion consists of, through a deep revision of the pattern of sharing emotions. In order to do that, I'll refer to the investigation made by G r me Truc about the collective emotions aroused by recent terrorist attacks in Europe and the USA.

Keywords: Communication; Emotion; Event.

* Este texto foi inicialmente elaborado para uma conferência na Universidade Lusófona do Porto em 16 de novembro de 2021. Agradeço a Isabel Babo pelo convite e pelo acolhimento. **Tradu o:** Maurício Serva.

** Diretor de Pesquisa Honorário no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS)

1. Introdução

“Por 'notícias' entendemos alguma coisa que acabou de acontecer e que é nova só porque se desvia do que é antigo e regular. Mas sua significação depende da sua relação com o que é importante, ao que são as suas consequências sociais. Seu alcance só pode ser determinado se o novo for relacionado com o antigo, com o que aconteceu e foi integrado ao curso dos eventos. Sem coordenação ou execução, eventos não são eventos, mas meras ocorrências, intrusões; um evento implica o que provém do que aconteceu” (Dewey, 2010, pp. 278-79).

“A menos que se tenha em mente a diferença entre uma mudança existencial, enquanto puramente existencial, e o objeto do julgamento, a natureza do evento se torna um mistério inexplicável. O evento é um termo de julgamento, não de uma existência externa ao julgamento” (Dewey, 1993, p. 299).

O próprio dos eventos é despertar questionamentos, suscitar a avaliação e agitar emoções. De onde vem essa capacidade? Esta é a questão que inicialmente tentarei responder, primeiro distinguindo dois regimes de evento, em seguida caracterizando o tipo de experiência emocional relacionada a cada um deles. Em uma segunda etapa, considerarei a dimensão emocional da recepção de eventos públicos (de acordo com diferentes modalidades de divulgação — “conversa social” e mídia), e me dedicarei a especificar a natureza da emoção pública e coletiva que provocam.

2. As duas vidas do evento

Pode-se considerar que existem duas formas principais de experienciar os eventos: a primeira é a experiência na qual eles são vivenciados na realidade imediata de sua ocorrência física, que pode ser instantânea ou ter uma certa duração, e consiste em uma série de peripécias; a segunda é a experiência mediada pela comunicação social, nesta o evento é objeto de julgamento. O evento bruto, às vezes chamado de “existencial” para enfatizar seu pertencimento à uma ordem da existência pura e simples, é pré-individual e não conceitual, no sentido de que ainda não está claramente identificado e categorizado. Não se pode evitá-lo e é impossível escapar dele. Por exemplo, podemos pensar em um acidente, um ataque cardíaco, um tornado devastador ou um incêndio.

O evento captado pela comunicação social é, por sua vez, um objeto que está sinalizado, identificado, denominado e contextualizado: “Não podemos transmitir eventos de um para o outro, mas podemos compartilhar significações por meio de signos” (Dewey, 2010, p. 248). Pode-se acrescentar que é um evento colocado em relação a outros eventos, passados ou contemporâneos; ele é também especificado tanto por sua categorização quanto pela percepção do que ele produz, e pela antecipação de suas possíveis consequências. Enquanto os eventos brutos que experimentamos como ocorrências físicas “passam e desaparecem”, os eventos que são representados por signos persistem e podem ser referidos mesmo que tenham ocorrido há muito tempo.

Que os eventos sejam da ordem da percepção e do julgamento, e que sua especificação requeira operações precisas, isso não é de todo evidente. Isso choca-se um pouco com nosso padrão ordinário de apreensão do evento, segundo o qual o evento é o que aconteceu no mundo; não pode mais ser modificado, muito menos cancelado; ele apresenta uma espécie de solidez e resistência, o que torna a experiência cética quanto à afirmação de uma diferença entre as duas vidas do evento.

2.1 A experiência do evento “existencial”

As três categorias distinguidas por Peirce para explicar a experiência humana são relevantes para caracterizar o modo de experiência do evento bruto. A primeira categoria (“primeiridade”) corresponde à qualidade única e distintiva do que acontece, sentida diretamente e de forma não reflexiva. Essa qualidade, imediata e inefável, é independente de qualquer referência cognitiva ou reflexão.

Uma qualidade é “concreta e existencial” (Dewey, 2005, p. 256). Ela existe em graus variados (uma maçã é mais ou menos vermelha); não se presta à divisão; nem pode ser completamente reproduzida discursivamente, pois é primeiramente algo que é “tido” ou sentido diretamente na experiência; ela só pode simplesmente ser “apontada” por palavras. Isso porque uma qualidade pertence à matéria-prima de uma determinada

experiência, e a linguagem não pode reproduzir “a infinita diversidade das qualidades individuais existentes” (Dewey, 2005, p. 256):

Nós podemos, naturalmente, falar sobre o vermelho, e em seguida, o vermelho de uma rosa ou um pôr do sol. Mas esses termos são de natureza prática, pois nos dão uma ideia da direção para onde ir. Na realidade, não há pôr do sol que tenha o mesmo vermelho. Isso só seria possível se um pôr do sol repetisse o outro em absolutamente todos os seus detalhes. Pois o vermelho é sempre o vermelho pertencente ao material deste experimento” (Dewey, 2005, p. 256).

Um cego pode entender a teoria da cor e o lugar, nesta teoria, do que é chamado de vermelho; mas vermelho como uma qualidade imediata não pode estar presente em sua experiência” (Dewey, 1935, p. 705).

À segunda categoria (“segundidade”) corresponde o caráter marcante do que faz a intrusão, do que constitui uma ruptura na continuidade do curso das coisas, do “que se impõe em sua totalidade” em uma situação que não está “sob controle”. Igualmente corresponde à colisão com o que nos é imposto de fora, portanto, a pressão e a resistência, a restrição e a insistência, o lado eruptivo e disruptivo do que é além de imprevisível, inesperado, mas também não apropriável. Peirce salienta constantemente a importância dessa dimensão da experiência dos eventos: por um lado, nos coloca em contato com a realidade, que insiste e resiste — Peirce fala da “força brutal e reativa da existência” (no sentido do que existe concretamente); por outro lado, o evento restringe nossa aceitação — quando ocorre, se impõe sobre nós; nada pode ser feito contra a sua ocorrência; pode até ser impossível desviar os pensamentos dele por um tempo.

A terceira categoria é a da generalidade e da significação. Mesmo na experiência imediata, desprovida de pensamento e reflexão, há inteligibilidade mínima (e possivelmente errônea) do que é e do que acontece. Com efeito, o que nos é apresentado nos parece de certa forma, sob traços distintivos, com um mínimo de sentido; esse sentido é dado por uma apreensão imediata de ordens motora, afetiva e intelectual ao mesmo tempo. O conteúdo intelectual dessa apreensão é irrefletido; ele permanece envolto “em um conjunto de afetos-aversões que são engajamentos em favor de cursos de ação especificáveis” (Dewey, 1945, p. 311).

As testemunhas diretas do atentado terrorista no Bataclan em Paris, em 13 de novembro de 2015, imediatamente perceberam, quando os primeiros tiros foram disparados, sons que realmente não se encaixavam com os da música que estava sendo tocada¹. Eles espontaneamente notaram a diferença e fizeram diferentes conjecturas: “Quem é o idiota que veio com fogos de artifício a um show?”, disse Agathe; Tom se alegrou: “É um super *rock'n'roll* aqui”; outros imaginaram que “um *plug* de guitarra se desligou”, “uma lâmpada estourou”, “um problema com alto-falantes”, “pirotecnia sendo parte do show” (Le Monde, 2021). Vendo os músicos saírem rapidamente de ambos os lados do palco, alguns interpretaram sua fuga como “um esboço de Benny Hill”. Ao ver os três homens que entraram na sala armados com fuzis Kalashnikov, outros até pensaram em “uma cena de mau gosto”. Mas eles rapidamente tiveram que perceber que não era uma encenação, que eles eram alvos de um atentado armado, e que algo tinha que ser feito para tentar escapar do assassinato (se deitar, se fazer de morto, fugir, etc.). Então, ouvindo as proclamações dos agressores, eles entenderam que eram terroristas querendo vingar a intervenção francesa na Síria. Seus afetos e emoções obviamente mudaram à medida que a situação se desenvolveu. Como caracterizar essa transformação?

2.1.1 *Felling*, sentido e significação

São, inicialmente, os *fellings* experimentados que conferem seu sentido imediato aos eventos e às situações em termos de suas qualidades sentidas. Eles se definem por uma certa tonalidade afetiva, que está imersa no que é percebida pelos sentidos, e permanece pouco identificada. Essa tonalidade depende tanto das polaridades da afetividade humana quanto da forma como as coisas ocorrem no ambiente, incluindo sua resistência aos impulsos e aos esforços.

As emoções são ordenadas de acordo com várias díades qualitativas: atração e repulsa, prazer e desprazer são, sem dúvida, as polaridades primárias. Mas há outras: o agradável e o desagradável, o favorável e o desfavorável, o alegre e o triste, o simpático

¹ Esse atentado matou 130 pessoas. O julgamento de seus autores aconteceu em Paris no outono de 2021.

e o antipático, o exaltante e o deprimente, o amargo e o doce, o irritante e o reconfortante, o satisfatório e o insatisfatório, o desgostoso e o saboroso, o animador e o assustador, etc. Essas polaridades afetivas são as dimensões segundo as quais o ser humano se orienta em uma situação.

Mas os humanos não sentem somente *fellings*. Eles também dão sentido ao que acontece, fazendo das qualidades experimentadas “traços imediatos das coisas”. O sentido assim gerado é distinto do simples sentimento de uma qualidade, embora seja sentido ou diretamente “tido”. Quando os presentes no Bataclan ouviram sons como “*schlack, schlack, tac-tac*”, eles puderam relacioná-los com algo determinado: a recarga de uma arma. Mas, além desse sentido imediato, esse ruído também tinha uma significação: permitia que os sitiados definissem a situação e indicava um perigo contra o qual se deveria proteger de uma forma ou de outra.

Portanto, há três coisas diferentes para distinguir: *felling*, sentido e significação. Esta última provém do uso de uma qualidade reconhecível (aquela de um som no exemplo anterior) como signo ou indício de outra coisa, “como o vermelho de um semáforo significa um perigo e a necessidade de parar uma locomotiva em movimento” (Dewey, 2012a, p. 242).

Ou um outro exemplo, o da repercussão da sirene de um alarme:

Um som alto e repentino pode nos assustar. É somente quando é identificado como o som de uma sirene de um alarme que ele se torna um componente de uma situação percebida. Em seguida, ele serve precisamente como um pivô para efetuar uma mudança na direção da atividade em curso. Assim discriminado e identificado, o que é originalmente um choque, ou um evento da ordem das sensações, funciona como algo diferente da pura excitação emocional (Dewey, 2012b, pp. 227-28).

Um som não tem apenas certa qualidade sensorial, mas também afetiva; pode ser agradável ou desagradável, atraente ou repulsivo — o som estridente de um alarme não é particularmente agradável de ouvir e pode ser fisicamente insuportável. O fato de ser reconhecido como o de um alarme anunciando o surgimento de um perigo e prescrevendo a evacuação do local, pode suscitar diferentes efeitos além das sensações

causadas pelas qualidades do som, por exemplo, a inconveniência de ter que interromper a atividade em curso e recolher seus pertences rapidamente, ou a ansiedade, até mesmo o medo, o pânico incitando a fugir. Como sabemos, o som de um alarme frequentemente gera emoções nas pessoas.

Quando o som é identificado como o de um alarme, ele reveste um sentido enquanto componente de uma situação percebida. Ele também reveste uma significação: sua repercussão é a indicação do aparecimento de um perigo. Ele tem igualmente uma carga prescritiva — por exemplo, ele faz evacuar imediatamente alguns lugares. Trata-se de uma significação imediatamente compreendida, que não é mais estritamente da ordem dos dados dos sentidos, nem do significado que é “tido”, e ainda não da ordem do julgamento propriamente dito.

Vale notar que, em razão de suas qualidades sensoriais, um som também pode ser a expressão direta de uma emoção, quer dizer, um “objeto expressivo”. Um “objeto expressivo” é um objeto no qual uma emoção é encarnada. Ele é capaz de suscitar emoções determinadas em quem o percebe. Isso é atestado pelo sino alegre de uma igreja, uma fonte de alegria, ou, inversamente, o tilintar lúgubre, fonte de ansiedade, ou o toque fúnebre da morte, fonte de tristeza. A emoção despertada por um sino que sinaliza um incêndio também não é a mesma causada por um que anuncia a guerra. O toque lancinante de um alarme também pode funcionar como um “objeto expressivo” desse tipo.

2.2 O evento “objeto de julgamento”

Ao ser retomado pela comunicação social, o evento começa a levar uma nova vida, independente da primeira. Torna-se um objeto de julgamento. De fato, a comunicação não se contenta em anunciar eventos, nomeá-los ou agregar uma etiqueta de identificação ou de categorização: ela os ordena e os transforma em objetos dotados de significações e dotados de certo alcance, certo potencial. Ela o faz criando substitutos linguísticos para eventos brutos, o que possibilita: considerar estes últimos externamente e a uma distância temporal; escapar da impressão brusca que se

experimenta em seu contato direto; lhes conferir uma natureza em função de sua operatividade; apreender suas consequências; e até mesmo intervir em seu fluxo. O evento posto em signos é especificado notadamente por meio de sua integração em um curso de eventos e sua inserção em um contexto, através de sua relação com outros eventos, e através da apreensão de suas condições e de suas consequências potenciais: “Sem coordenação ou consecução, eventos não são eventos, mas meras ocorrências, intrusões; um evento implica o que provém do que aconteceu” (Dewey, 2010, p. 279).

O evento retomado pela comunicação social, assim, adquire novas propriedades e novos modos de operação. Torna-se não apenas um objeto “sob uma descrição”, uma fonte de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação. Pois nos servimos desse tipo de coisa com significações para intervir no curso dos eventos, para canalizá-lo ou para atenuar sua brutalidade. Os eventos-objetos então se tornam operadores na história que é feita:

Com a comunicação, todos os eventos naturais são reconsiderados e revisados; eles são readaptados de forma a satisfazer as demandas da conversa, seja do discurso público ou daquele discurso preliminar chamado pensamento. Eventos se tornam objetos, coisas com significação. Podemos então nos referir a eles quando eles não existem, e eles podem, assim, agir sobre o que está à distância no espaço e no tempo, graças a uma presença por procuração em um novo *medium*. As eficácias brutas e os consumos inarticulados, assim que se torna possível falar sobre eles, são simultaneamente livres dos contextos locais e acidentais em que foram levantados [...]

Uma vez nomeados, os eventos levam uma segunda vida independente. Além de sua existência original, eles se prestam à experimentação de ideias: pode-se combinar seus significados indefinidamente e rearranjá-los na imaginação, resultado dessa experimentação interior que é o pensamento podendo interagir com eventos brutos e não tratados. As significações assim desviadas do fluxo rápido e revoltoso dos eventos em direção a um canal calmo e navegável, juntam-se à corrente principal que elas coloreem, moderam e compõem o curso.

Onde a comunicação existe, porque adquirem uma significação, as coisas são dotadas de representantes, de substitutos, de signos e de implicações que se prestam infinitamente melhor a um tratamento que é, ao mesmo tempo, mais estável e mais acomodado do que os eventos em seu estado original. Dessa forma, o imediatismo qualitativo deixa de ser silenciosamente marcante, opressivo e invasivo, traços que caracterizam as sensações e as paixões. Podem ser feitos objetos de inquérito, de contemplação, de elaboração ideológica ou lógica (Dewey, 2012a, pp. 160-61).

A comunicação também é um fator de organização de uma experiência comum de eventos:

A comunicação é o processo de criação de uma participação, o que torna comum o que era isolado e singularizado; e uma parte do milagre realizado é que, ao ser comunicada, a transmissão do sentido dá substância e forma à experiência tanto de quem fala quanto de quem ouve (Dewey, 2005, p. 287).

Atualmente, os eventos são retomados pela comunicação de diferentes maneiras. Podem ser através de conversas ordinárias, relatórios de mídia, divulgação de imagens ou depoimentos, pela investigação dos tipos de problemas criados ou revelados pelo evento, etc. Em todas essas formas, há uma seleção de aspectos e enquadramento do evento. Há seleção porque o que aconteceu nunca pode ser reproduzido na íntegra. E não se pode explicar o evento sem “enquadrá-lo”, ou seja, sem destacá-lo do todo qualitativo da situação da qual fazia parte, e sem inseri-lo em um novo contexto definido para organizar sua inteligibilidade.

Essa transformação de eventos “existenciais” em objetos de julgamento não suprime o componente afetivo da recepção dos eventos. Ela o modifica. De que maneira exatamente? Isso é o que vou tentar esclarecer a seguir.

3. Por que o evento desperta emoção?

Se é verdade que o evento é o que faz a intrusão, o que representa uma ruptura na continuidade, o que acontece onde não era esperado, “o que é imposto em sua totalidade” em uma situação que não está “sob controle”, entendemos que sua ocorrência gera emoções intensas, sejam positivas ou negativas. Ele inevitavelmente transforma uma situação em evolução e muitas vezes força a rever crenças e redirecionar a atividade em curso.

3.1 Contrariedade e incerteza

Há alguns eventos felizes, e outros que são muito menos. Todos temos a experiência de uns e dos outros. O evento muitas vezes cria surpresa, o que pode ser

agradável ou desagradável. É agradável quando traz satisfações que vão além das expectativas e preferências. É desagradável quando ele nos desaponta.

Um evento é muitas vezes experimentado como problemático. É assim porque, segundo sua própria etimologia, vem do exterior, sem aviso, para contrapor as orientações em curso, resistir aos impulsos nascidos das necessidades do organismo, para combater crenças e obstruir a continuação das atividades. É também e, sobretudo, uma fonte de incerteza quanto à sua identidade, seu desfecho e suas consequências. É por isso que desconcerta e envergonha, causa irritação, até mesmo angústia.

A emoção é precisamente o modo frequente de resposta ao imprevisto e incerto:

Quando nos encontramos em uma situação precária, uma enxurrada de emoções leva à interrupção da existência no que ela pode ter de regularidade. As emoções são condicionadas pela indeterminação do que pode resultar das situações presentes. Medo e esperança, alegria e tristeza, aversão e desejo, enquanto perturbações, são qualidades de uma resposta dividida. Eles implicam um cuidado (*concern*), uma preocupação sobre o que uma situação atual pode se tornar. O “cuidado” (*care*) possui duas significações bem diferentes: refere-se não apenas ao incômodo, à inquietude, e à ansiedade, mas também à atenção aguçada que prestamos ao que nos apresenta potencialidades importantes. Essas duas significações representam diferentes polos do comportamento reativo diante de um presente cujo futuro é ambíguo. Exultação e depressão também se manifestam apenas quando tudo, no que diz respeito às condições, não está completamente determinado e certo do começo ao fim. Elas podem ocorrer no momento final de um triunfo ou de uma derrota, mas este momento de vitória ou frustração diz respeito a um curso anterior de eventos cujo resultado estava pendente” (Dewey, 2014, pp. 241-42).

O levantamento da indeterminação e da incerteza causa tanto efeitos positivos (alívio, alegria, serenidade, etc.) quanto negativos (desejo de que isso não tenha acontecido, decepção, tristeza, angústia, medo, raiva, etc.).

Devido ao seu caráter eruptivo, disruptivo e impactante, o evento “existencial” pode ser, enquanto conjunto de “imediatismos qualitativos”, emocionalmente experienciado, invasivo, até mesmo opressivo. Aquele a quem ele se apresenta é então submerso no que sente indiscriminadamente em contato com o evento, sem que se consiga esclarecer seus afetos, referindo-os a algo bem definido. O evento em si ainda

não está bem identificado na situação geral que está se apresentando e que é marcada pela indeterminação e pela incerteza. Como foi dito, suas qualidades afetivas estão entrelaçadas com suas qualidades sensoriais no todo qualitativo indiferenciado que é experienciado pelo corpo sob a forma de uma “ressonância orgânica total”.

Nós sentimos emocionalmente o caráter problemático de um evento. Em razão de sua indeterminação primária, ele desencadeia o desconforto, a irritação, a dúvida. O desconforto é um estado de tensão que se transforma em uma busca pelo que pode reduzi-lo. Ele se combina com a inquietação e a ansiedade causadas pela incerteza do resultado e das consequências do que está acontecendo ou aconteceu. O caráter problemático do evento emocionalmente sentido se transforma à medida que ele é mais bem distinguido e identificado pela investigação e pela reflexão, que elucidam o que realmente aconteceu, como aconteceu, o que poderia muito bem ter acontecido ou poderia ter sido evitado, e o que se poderia esperar como consequências. O sentimento que ele desperta se transforma paralelamente.

Como disse acima, a reação emocional espontânea ao choque físico causado por um evento pode assumir a forma de transtorno, abatimento, espanto, submersão, etc. Mas esse tipo de reação ainda é apenas uma desordem emocional. Alguém pode se assustar se for surpreendido por um barulho, e então dar um grito de pavor, gritar de emoção, tremer de medo, corar de vergonha, ou ficar petrificado ao ser afetado por uma má notícia. Qual é a diferença entre uma desordem emocional desse tipo e uma verdadeira emoção? A primeira faz parte de um modo instintivo de reação que difere da segunda, pois não é uma unidade temporal estruturada, com início, desenvolvimento e fim. Ela não comporta uma atitude bem definida em relação a um determinado objeto, nem cria uma motivação para a ação propriamente dita: tremer de medo não é uma ação motivada, enquanto fugir do que dá medo, tentando evitá-lo ou eliminá-lo porque se pensa que há perigo, o é. As emoções não são unicamente reações instintivas; nem são simplesmente sensações; normalmente elas têm um objeto; também fazem parte das disposições para agir de uma certa forma; e induzem comportamentos que têm um sentido na nossa forma de vida.

Então, quando reagimos a um ruído repentino, a reação é um reflexo automático. Essa reação também alerta: ela desencadeia um esforço para entender o que está acontecendo, identificar a origem e a natureza do ruído, para apreender o que ele significa. Não se trata de satisfazer uma simples curiosidade intelectual, mas de se preparar para adotar uma certa atitude e um certo tipo de comportamento. O ruído pode ser desagradável, por exemplo, se for ensurdecedor. Sua qualidade emocional é transformada quando conseguimos determiná-la, e que, por exemplo, quando percebemos como uma ameaça que deve ser enfrentada de uma forma ou de outra. Como exemplo, pode-se pensar no que acontece quando somos acordados à noite por um barulho repentino na casa. Buscamos identificar sua origem e alcance. Várias hipóteses são consideradas. Seria o resultado de uma persiana mal colocada ou a queda de um objeto? Ou foi causado pela invasão de um ladrão na casa? Procuramos indícios para as várias contingências e, em seguida, chegamos a uma conclusão provisória. As emoções então evoluem de acordo com o progresso da definição da situação.

3.2 Emoção e temporalidade do evento

Durante o julgamento do caso do Bataclan em Paris no outono de 2021, os sobreviventes testemunharam tanto sobre o terror e a angústia pelo que estava acontecendo diante de seus olhos, quanto sobre as emoções ligadas em seu presente à memória desse evento e suas sequelas traumáticas experimentadas:

[Cada um deles] depôs sobre sua fração no caso do Bataclan. Sua própria parte do terror. Seus passos na poça de sangue, entre os corpos e às vezes sobre os corpos daqueles que já estavam mortos. O som das rajadas, o som abafado dos trilhos, o odor ferruginoso de sangue misturado com o de pó, carnes mortas, feridas abertas, a dor, os olhares trocados, pensamentos submersos. Sua certeza de morrer. Sua raiva e submissão. Sua coragem e sua covardia. Seu alívio e seu desespero. E, além de tudo, sua culpa por ainda estar lá para testemunhar tudo isso (Robert-Diard, 2021, p. 9).

Este exemplo demonstra que a duração de um evento pode exceder a de sua ocorrência passada. De certa forma, para os sobreviventes do Bataclan, o evento

continua a acontecer, os assombra porque eles não conseguem “suportar” (Stavo-Debaugé, 2012).²

Há, portanto, diferentes durações do evento. Mas elas são sempre as de uma situação presente, que evolui de um estado para outro, e está caminhando para um resultado ou um desdobramento; essa evolução continuamente dá origem a novos presentes, em que novos eventos ocorrem, e a novos passados. Desde que ocorreu, o evento pertence ao passado e podemos relacioná-lo “em massa”, ou seja, globalmente. Trata-se sempre do passado de um novo presente. Este novo presente promove um ponto de vista sobre o evento passado. Não é mais o evento que está acontecendo, mas o de sua interpretação e de sua apropriação individual ou coletiva. Os sobreviventes do Bataclan podem lembrar trechos do presente vivo do evento durante sua ocorrência (por exemplo, o ruído característico da recarga dos Kalashnikovs), mas o fazem do ponto de vista de seu presente atual, e das dificuldades em torná-lo algo do passado (eles não podem “virar a página”), ou integrá-lo na continuidade de uma história de vida pessoal.

Um cronista que tentasse descrever o que acontece à medida que se desenrola, e emprestando seu ponto de vista ao evento em si, teria apenas uma compreensão limitada do que está acontecendo. Ele seria incapaz de reconhecer com certeza do que se trata, de relacioná-lo causalmente a eventos anteriores ou de compará-lo a eventos semelhantes, e de antecipar seu resultado e consequências: “É preciso um mínimo do antes e do depois para constituir a unidade do sentido que faz de algo que acontece em um evento” (Koselleck, 1991, p. 134) . Em outras palavras, é preciso um mínimo de distância temporal para entender o que realmente aconteceu.

A testemunha direta de um evento, portanto, não está necessariamente na melhor posição para entender o que se passava quando o evento ocorria e o que ele

² N.T. No texto original, o autor empregou em francês o verbo *encaisser* que em uma linguagem figurada pode significar aquilo que não se acolhe sem resistências ou dificuldades. Utilizamos, então, o verbo suportar, o qual apresenta semelhança em sua significação.

acredita pode estar errado, como indicado por este testemunho de um sobrevivente do Bataclan: “A jovem que estava ao meu lado caiu sobre mim. Eu ouvi sua respiração. Eu não entendia o que se passava. Um líquido começa a fluir no chão ao nível do meu rosto. Eu não sabia o que era”.

Mencionei acima as conjecturas iniciais desses sobreviventes, que gradualmente deram lugar à certeza de que era um verdadeiro fuzilamento, e, para alguns, de um atentado terrorista. Suas emoções também mudaram à medida que perceberam o que realmente estava acontecendo; a surpresa inicial e a curiosidade deram lugar não só ao terror, desespero e pânico, mas também às emoções inerentes à expressão comportamental do instinto de sobrevivência. Rémi, um sobrevivente, olha ao lado dele para sua esposa que não respirava mais: “Eu tive vontade de dizer a eles: 'terminem o trabalho'. Eu não queria mais sentir o que sinto agora”. Sophie relata um ato que poderia parecer chocante em circunstâncias normais: “Ao meu lado, havia um rapaz que eu vi morrer. Daí, o colocamos sobre nós, como uma mochila, para evitar de levar balas”.

Novas emoções brotaram na esteira da experiência direta do evento, emoções que foram experienciadas no presente da situação vivida, e não no evento em si: angústia, tristeza, arrependimento, remorso, culpa, raiva, ressentimento, ódio, etc.

Na descrição anterior, apresentei as emoções como coisas subjetivamente vivenciadas por uma pessoa. Mas devemos evitar de fazer das emoções propriedades unicamente do sujeito. É necessário atribuir qualidades afetivas imediatas aos próprios eventos. Um evento pode ser surpreendente, alegre, sombrio, horrível, aterrorizante, angustiante, etc. Um tornado pode ser aterrorizante, um acidente pode ser horrível, um anúncio pode ser surpreendente, etc. Uma situação pode ser insuportável, angustiante, irritante, deprimente, estressante, etc., ou o oposto. Mas, assim como não são projeções subjetivas das emoções, essas qualidades não são atributos objetivos do evento ou da situação: fazem parte deles, mas são nas interações e transações, reais ou possíveis, que elas surgem e se manifestam. São, portanto, relacionadas, por um lado, à nossa constituição orgânica, às nossas capacidades de sofrer e agir, aos nossos hábitos e

experiências passadas, e, por outro lado, ao modo de comportamento e à forma de agir e reagir às coisas do ambiente. Como eu disse acima, situações e eventos têm suas qualidades afetivas de acordo com as polaridades da afetividade humana. Mas essas qualidades afetivas também dependem de “como as interações ocorrem entre organismos humanos e seu ambiente natural, bem como social e cultural” (Dreon, 2018, p. 71).

3.3 Algumas propriedades do julgamento

Na recepção e identificação imediatas de um evento, não há ainda um julgamento propriamente dito. Mas assim como desperta emoção, o evento suscita uma avaliação. No entanto, nesse sentido não há igualdade entre o evento “existencial” e o evento representado por signos. No primeiro caso, estamos lidando com “avaliações afetivas-ideo-motrizes”, no segundo caso, com avaliações em si, que são julgamentos. Eu adoto aqui uma diferenciação proposta por Dewey em *La formation des valeurs* (Dewey, 2011).

“Valorar” é qualificar, atribuir um valor, esse valor pode ser positivo (amor, apreciar) ou negativo (ódio, depreciação). As valorações são imediatas no sentido de que, ao contrário das avaliações, elas são irrefletidas. Eles tomam a forma de atrações e repulsas, simpatias e desgostos espontâneos, que não são apenas reações comportamentais simultaneamente afetivas e motoras, mas são igualmente “engajamentos com cursos de ação especificáveis”. Sua dimensão afetiva pode ser formulada por verbos como: achar emocionante/deprimente, maravilhoso/horrível, alegre/sombrio, etc.; apreciar/detestar; amar/odiar, etc., enquanto a dimensão motora pode ser expressa por verbos como: ir em direção, favorecer, se aproximar... versus se distanciar de, se proteger de, impedir, eliminar, se defender, etc. Por exemplo, a aversão é causada pela presença de um obstáculo impedindo a realização de um fim desejado ou tornando sua realização incerta, presença esta que gera um efeito negativo do tipo de desagrado ou de inconveniência, e uma reação motora que se desenvolve em uma ação de remoção ou evasão do obstáculo. A atração e a repulsa ainda não são emoções, mas podem gerá-las se estiverem associadas a um componente intelectual,

que reorienta, ordena e unifica os impulsos imediatos através da identificação de um objeto específico.

Por que as valorações imediatas são caracterizadas não apenas como motor afetivo, mas também como afetivo-ideo-motor? Porque elas também têm um componente ideal. O que define o “ser” de uma ideia é o seu “caráter de prospecção e antecipação” (Dewey, 1993, p. 174). Por ser prospectiva, uma ideia dá direção a uma reação instintiva: “é acima de tudo a antecipação de algo que pode acontecer: ela marca uma possibilidade” (Dewey, 1993, p. 174). Graças às ideias, os comportamentos afetivo-motores dos seres humanos não são puramente instintivos ou reflexos; eles podem ser orientados e ordenados para fins: “Onde quer que haja um *fim-em-vista*, seja de qualquer tipo, há uma atividade que é ao mesmo tempo afetiva, *idealizadora* e *motora*” (Dewey, 2011, pp. 114-115). Vimos isso no exemplo da recepção de um toque de alarme: seu som, que indica um perigo iminente, incita a escapar, reorientando a atividade em uma nova direção de acordo com as prescrições definidas.

Temos o hábito de vincular as ideias ao pensamento ou à reflexão. Mas podemos considerar que este vínculo é apenas secundário, e que grande parte de nossas ideias provém de um sentido não formulado das coisas. Pode-se dizer também que elas são incorporadas ao estado tácito nos comportamentos e nas práticas; elas os guiam e os animam, sem exigir uma formulação expressa: se as ideias implícitas não fossem internas às práticas, estas não teriam sentido e não poderiam ser cumpridas (Taylor, 1995).

A valoração dos eventos e das situações se faz sob um contexto de disposições e hábitos (baseados em mecanismos orgânicos), bem como de conhecimentos adquiridos a partir de experiências passadas, mas também atrelados às coisas importantes para nós. Ela sempre ocorre em um campo que incluem orientações, desejos, preferências, expectativas e crenças. É em relação a esses diferentes elementos que a valoração “afetiva-ideacional-motora” dos eventos pode ser positiva ou negativa: quando eles satisfazem os desejos, são conformes às preferências ou vão além das expectativas ou das orientações do presente, ou ainda quando aliviam a tensão

relacionada às incertezas, eles causam surpresas agradáveis, suscitam satisfação, alegria, felicidade, etc.; quando se trata do contrário, são surpresas desagradáveis e despertam decepção, arrependimento, preocupação, ansiedade, medo, raiva, etc.

3.4 Da sensação ao julgamento

As valorações afetivas-ideacionais-motoras ainda não são julgamentos. O que é julgar? É determinar, isto é, “ordenar e organizar, relacionar de forma definitiva” (Dewey, 1993, p. 298). Essa determinação ocorre no espaço e no tempo. De fato, quando o evento é objeto de julgamento, ele é apreendido como acontecendo em algum lugar, e este lugar coexiste com outros. Ele está localizado em um ponto do tempo e inserido em uma ordem temporal, com um começo e um fim. É por isso que “quando os eventos são considerados estritamente de forma existencial, não há nenhum evento que seja antecedente ou 'causa', tampouco que seja consequente ou 'feito'” (Dewey, 1993, p. 298). Esse status só é atribuído a eles pelo julgamento, que institui por análise ou reflexão uma ordem sequencial de mudanças, e deliberadamente toma um evento como causa ou efeito em uma sequência.

De fato, julgar também é apreender reflexivamente as condições e consequências dos eventos, sua relação com outros eventos, etc. Assim, acessamos o sentido refletido de um evento (diferente de sua significação imediata), apreendendo não somente o que o condicionou, mas igualmente o que ele sugere como resultado e como consequências por causa das conexões que pode ter com outros eventos, circunstâncias ou situações:

Uma vez que um evento é provido de uma significação, suas consequências potenciais o definem em sua totalidade e lhe dão consistência. Se essas consequências potenciais se mostrarem importantes e se forem repetidas, elas formam a própria natureza, a essência de uma coisa, o que torna possível defini-la, identificá-la e distingui-la. [...] É assim que nos tornamos capazes de perceber as coisas em vez de apenas senti-las e tê-las. Perceber é reconhecer as possibilidades que não estão atualizadas; é pensar o presente em relação às suas consequências, relacionar o que parece um desfecho e, assim, comportar-se em função das conexões dos eventos entre eles (Dewey, 2012a, p.174; mod.).

O ato de julgamento pressupõe um questionamento e a busca de uma resposta, e isso pode tomar diferentes formas. A identificação pode ser imediata (conforme o exemplo do alarme). Mas há situações que requerem um mínimo de exploração, como no exemplo dado acima do barulho repentino que faz acordar durante o sono. Neste caso, a identificação provém do que pode ser chamado de “investigação do senso comum”. Isso deve ser distinguido de outras formas de investigação como jornalística, policial, judicial ou científica, que podem ser qualificadas como cognitivas.

A investigação do senso comum se interessa pelas qualidades dos eventos e situações, do ponto de vista “dos usos, dos prazeres e dos sofrimentos concretos”. Pois é testando essas qualidades e examinando-as com a ajuda de operações que também são qualitativas, que definimos a atitude e o comportamento a serem adotados. Não se trata de qualidades do tipo que se almeja quando se diz de uma pedra que ela é dura, mas “qualidades [que] penetram e colorem todos os objetos e eventos que estão materialmente envolvidos em uma experiência” (Dewey, 1993, p. 131). Essas qualidades são sentidas ou “*foram tidas* imediatamente”. Nesse tipo de investigação, como ocorre nas atividades correntes, um evento é um objeto somente se for selecionado, observado, explorado, enquanto singularidade crítica, a partir de uma perspectiva prática: adotar o comportamento adequado à situação, redirecionar a atividade atual, etc. O evento não é retirado de seu contexto imediato para ser constituído como objeto de conhecimento independente (como se torna em uma investigação judicial ou uma investigação jornalística, por exemplo); ele é apreendido como uma parte de um “ambiente complexo total”, no qual é, como Peirce afirma, “combinado de forma indissociável com infinitas circunstâncias que não fazem parte dele”:

Há sempre um campo no qual ocorre a observação desse objeto ou evento. A observação deste último serve para descobrir o que é esse campo, referindo-se a alguma resposta ativa de adaptação a ser feita para promover uma sequência de comportamentos [...]. Ele é notado ou “conhecido” simplesmente porque indica a direção do comportamento. [...] Na investigação do senso comum não se tenta conhecer o objeto ou evento como tal, mas apenas para determinar qual é o sentido com relação à forma necessária para tratar a situação inteiramente [...]. O objeto ou evento em questão é percebido como uma parte do mundo circundante, não em si mesmo e por si só [...]. Vivemos e agimos em conexão com o ambiente existente, não em conexão com objetos isolados [eventos], mesmo se embora uma

coisa singular possa ter um sentido crucial na decisão de como responder ao ambiente total (Dewey, 1993, pp. 128-129).

De certa forma, o que é próprio de uma exploração do evento como objeto de conhecimento é extraí-lo de seu “ambiente total” inicial, isolá-lo de sua situação concreta e contextualizá-lo por uma investigação. É esse modo de especificação que nos leva a nos interessar pelo caráter do evento, ao fato de ter ocorrido nesta ou naquela sequência temporal, para apreendê-lo sob o aspecto de seu *happening* e da sua relação com outros eventos. Assim, ao estudar um evento como a erupção de um vulcão, ou um *tsunami*, um cientista faz abstração das qualidades das mudanças que observa, assim como das suas próprias “valorações” afetivas-ideo-motoras; o que lhe interessa nessas mudanças é compreender se elas ocorreram em tais ou tais circunstâncias, em qual ordem sequencial, ou em relação a tais ou tais eventos:

Não é necessário que o conhecimento se interesse pela existência, tal como experimentada por suas qualidades concretas. A experiência direta cuida disso. O que a ciência está interessada é na ocorrência (*happening*) dessas coisas que experienciamos. O que é importante para ela, portanto, é que há ocorrências, eventos. Seu objetivo é descobrir as condições e consequências de tais ocorrências (Dewey, 2014, p. 121).

Por exemplo, para um sismólogo, o terremoto de 11 de março de 2011 na ilha japonesa de Honshu, que causou o *tsunami* e o acidente nuclear de Fukushima, foi apenas um episódio entre outros na história de longo prazo da “Zona de Substrução do Poço do Japão”, onde a placa do Pacífico mergulha sob a chamada placa “americana”, um episódio que era distinto apenas pelo seu momento, sua localização e seu poder, maior do que o habitual, mesmo por sua fraqueza relativa em comparação com o “*big one*” temido pelos sismólogos. Mas esse evento também foi especificado em outras histórias além dessa evolução de longo prazo, notadamente nas de indivíduos e de suas famílias, nas de aldeias, na de uma empresa e de um setor industrial, na história de um país e de uma população exposta a terremotos e vítima de desastres de determinado tipo, ou mesmo do desenvolvimento da utilização civil da energia nuclear em escala global. Em cada caso, “um ato de julgamento desvinculou o evento do complexo total do qual fazia parte, e deu-lhe um lugar em um novo contexto, o contexto e o lugar sendo determinações produzidas na investigação” (Dewey, 1993, p. 314). É por isso que

“quando os eventos são considerados estritamente de forma existencial, não há nenhum evento que seja antecedente ou ‘causa’, nem seja conseqüente ou ‘efeito’” (Dewey, 1993, p. 557): esse status advém somente pelo julgamento, que deliberadamente toma um evento como causa ou efeito, e institui por análise uma ordem sequencial de mudanças.

Um aspecto da organização operada pelo julgamento é a ordenação temporal dos eventos. Observar temporalmente os eventos é colocá-los em um enredo, inseri-los em uma série ou uma sequência, em que há um ponto de culminação e um ponto de partida. É o que faz um levantamento sistemático em relação ao problema a ser abordado em uma determinada situação. Quando submetidas a esse tipo de investigação, todas as mudanças observadas tornam-se “cursos sequenciais de eventos”, que formam uma história; elas podem ser contadas sob a forma de uma variedade indefinida de eventos menores incluídos como incidentes, episódios ou ocorrências.

Para o homem na rua, um raio passa como uma ocorrência instantânea e isolada. Seu relato científico é a narração de uma longa história cujo raio é apenas um incidente; com o progresso do conhecimento científico, a história se torna mais longa (Dewey, 1993, p. 299).

Na investigação científica, os eventos isolados de seu ambiente global se tornam, assim, “partes integrantes constitutivas uma única ocorrência contínua” (Dewey, 1993, p. 299). Eles são então descritos não mais em referência a “eventos naturais”, mas em função de um conjunto de interações em que são inseridos analiticamente.

Então, o que muda no componente afetivo na recepção do evento ordenado pelo julgamento? Em primeiro lugar, o julgamento em si não é desprovido de emoção. Em primeiro lugar, o próprio julgamento não é desprovido de afeto. Se o fosse, seríamos incapazes de diferenciar as situações que enfrentamos e dar-lhes significado. Nossas próprias ideias permanecem vãs desde que não tenham um componente afetivo capaz de desencadear um mecanismo formado por hábitos:

É impossível para nós entendermos qualquer ideia [...] desde que não a tenhamos sentido (*felt*), e não tenhamos tido a sensação (*sensed*), exatamente como se fosse um cheiro ou uma cor. [...] À diferentes ideias correspondem

diferentes “sentimentos” (*feels*), aspectos qualitativos imediatos, assim como para outras coisas. É graças a essas propriedades de nossas ideias que aquele que busca seu caminho na resolução de um problema complexo consegue encontrar uma direção. Suas qualidades o paralisam quando ele vai pelo caminho errado e o movem para a frente quando ele segue o certo. Elas são sinais de um “*stop and go*” intelectual. Se o pensador forjasse a significação de cada ideia de forma discursiva, ele se perderia em um labirinto sem centro nem fim. Cada vez que uma ideia perde sua qualidade imediata sentida (*felt*), deixa de ser uma ideia e se torna [...] um estímulo puro para realizar uma operação sem a ajuda do pensamento (Dewey, 2005, pp. 151-52).

Eu afirmei acima que a retomada do evento pela comunicação social retira parte de sua força de repercussão emocional do “imediatismo qualitativo”. Mas ela não elimina a contribuição das emoções na recepção dos eventos. Ela gera uma nova forma de experiência emocional. Digamos que ela produz uma especificação, focalizando-a em um objeto definido. Essa retomada também gera uma atitude mais definida em relação ao que aconteceu. Ela clareia a reação afetiva, diferenciando-a de um todo qualitativo indiferenciado do início. Enfim, ela suscita comportamentos que não simplesmente externalizam impulsos internos, mas podem gerar “objetos expressivos”. Um rosto alegre ou um comportamento de tristeza são “objetos expressivos”, como o são um som de sinos alegres ou uma música lúgubre.

Relatando as condições em que soube pela sua esposa da morte da princesa Diana (em 1997), David Lodge escreveu:

Acho que reagi com algo como 'oh não!' Lembro-me claramente de ter sentido uma surpreendente impressão de tristeza aguda, muito diferente do que você geralmente sente quando é informado da morte de uma figura pública distante. Como? foi a minha primeira pergunta”. [...] Ficou claro que a nação inteira, ou pelo menos uma parte muito grande dela, foi varrida por uma torrente de emoções poderosas, entre as quais a dor figurava proeminentemente (Lodge, 2007, pp. 103-4).

Uma parte importante do julgamento consiste em apreender sob a forma de possibilidades as consequências futuras do evento, ao relacioná-lo ao seu possível desfecho, a se comportar levando em conta as relações estabelecidas entre os eventos em uma série cujo desfecho é incerto. Um evento pode, portanto, ser tratado como sinais de eventos subsequentes aos quais ele pode conduzir. Isso só é compreendido

quando se vê o seu alcance, e “o alcance é uma questão de conexão com as consequências” (Dewey, 1993, p. 615). Essa compreensão é uma forma de percepção, se é verdade que perceber algo é mais do que reconhecê-lo: é apreendê-lo em sua singularidade, e, notadamente, entrever suas consequências potenciais. A compreensão é um processo que se desenvolve ao longo do tempo.

A antecipação de consequências prováveis não suprime, obviamente, a incerteza inerente à experiência das situações precárias e instáveis. É por isso que ela pode ser acompanhada de fortes emoções, de diferentes tipos, negativas ou positivas: indignação, raiva, medo, tristeza, etc., lado negativo; alívio, esperança, alegria, etc., pelo lado positivo. Basta pensar no que aconteceu durante a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2020. Sucesso e derrota sempre dão origem a emoções intensas. Mas estas também são provocadas pela antecipação de consequências fastas ou nefastas do que aconteceu.

3.5 A auréola emocional das palavras

Na comunicação social, a descrição, a narração e a especificação reflexiva de um evento são feitas com as palavras do discurso. Ora, essas palavras têm em si uma auréola emocional. A existência de tal auréola em torno dos termos da linguagem é em parte devido ao fato de que muitas palavras em nosso vocabulário são intrinsecamente avaliativas. Basta pensar em termos como “ódio”, “crueldade”, “ vaidade”, “ganância”, “ciúme”, “inveja”, “ganância”, “malevolência”, “ressentimento”, etc., que têm uma conotação negativa, enquanto palavras como “coragem”, “dedicação”, “benevolência”, “amor”, etc., têm uma conotação positiva. É como se os traços positivos ou negativos estivessem integrados à própria definição desses termos. Assim, falar de ódio desejável ou admirável seria contradizer-se tanto quanto se estivesse falando de um tio sem sobrinha ou sobrinho (Ogien, 1995). Os termos negativos acima evocam atitudes ou comportamentos socialmente reprovados, ou disposições moralmente depreciadas, que são mais frequentemente atribuídas em julgamentos morais negativos à terceira pessoa (embora eu possa dizer que “eu odeio” isso ou aquilo): dizer a alguém que ele é animado

por uma cólera odiosa, “certamente não é um elogio para ele” (Ogien, 1995, p. 262). Como os componentes avaliativos de todos esses termos remetem a valores sociais, tonalidades afetivo-motoras também lhes são associadas: atração para alguns, repulsa para outros; ou admiração *versus* desprezo.

Quando se diz “termo avaliativo”, se diz, portanto, emoções ou auréolas emocionais associadas. Quanto à significação desses termos serem fixadas por usos estabelecidos e, sendo então independente dos pontos de vista individuais, nós podemos pensar que essas emoções ou essa auréola emocional são compartilhadas por todos aqueles que dispõem desse vocabulário. Podemos até estender tal auréola à maioria das palavras em nosso vocabulário:

Até palavras como 'longo', 'curto', 'sólido', 'oco' veiculam para nós [...] conotações morais e emocionais. O dicionário ensinará a qualquer um que o consulte que palavras como “doce” e “amargo” não foram originalmente usadas para denotar qualidades relacionadas aos sentidos, mas para distinguir coisas favoráveis à vida daquelas que lhe são hostis (Dewey, 2005, p. 35).

Hilary Putnam insistiu no fato mais geral de que “não há descrição sem valores”, e que “descrições da realidade sem valores não constituem um mundo” (Putnam, 1992, p. 80). Ora, quem diz valores também diz emoções, se é verdade que essas são as sondas de nossos valores (Livet, 2002). Pode-se, assim, deduzir que desde que se use termos inseparavelmente descritivos e avaliativos, qualquer descrição da realidade tem uma ressonância afetiva. Isso se aplica, em particular, aos relatos de mídia de eventos e situações. As palavras que usam em suas descrições e narrativas têm um impacto emocional direto de ordem afetiva.

Pode-se acrescentar que os valores que permeiam as descrições dos eventos fazem parte dos modos e costumes de uma sociedade. Esse ambiente social e cultural está cercado por uma auréola emocional, pois incorpora valores coletivamente valorizados. Em *Ethics* (1932), Dewey explica que os hábitos despersonalizados que são os costumes e as instituições são, na verdade, mais do que hábitos:

Tais formas aprovadas de fazer e de agir são costumes, ou para usar o termo latim que o professor Sumner acha que reflete melhor esse fator de aprovação, são *mores*. São hábitos, mas também são mais do que hábitos. Eles implicam o julgamento do grupo de que eles devem ser seguidos. O bem-estar do grupo é considerado de certa forma incorporado a eles. Se não nos conformamos a eles, nos expomos a sentir a desaprovação do grupo.

Essa desaprovação pode assumir a forma de um tipo muito particular de emoção, uma emoção pública e coletiva. É à análise desse tipo de emoção que me dedicarei a seguir.

4. As emoções na recepção dos eventos públicos

Um evento público é um evento constituído como objeto de uma atenção comum em um espaço público, por meio de uma forma ou outra de conversação, seja a das trocas da vida cotidiana (a “conversa social”, seja qual for a base), ou a do discurso público que também pode ser considerada como uma forma de conversa (tanto entre seus diferentes transmissores, entre estes e seus receptores, e entre os próprios receptores). Este discurso público é elaborado por jornalistas, políticos, especialistas ou cientistas e publicado pela mídia. Estas duas formas de troca não estão separadas. A conversa social é em grande parte alimentada pelo discurso público. Gabriel Tarde encontrou uma bela fórmula para caracterizar sua imbricação: “Só é preciso uma caneta para colocar em movimento milhões de idiomas”.

Podemos atribuir outra característica ao evento público. Enquanto formatado pela comunicação social, ele é “enquadrado”, no sentido de Goffman (1991). Um quadro é um “esquema interpretativo”: dá sentido a atos, comportamentos e eventos, identificando-os, categorizando e avaliando-os. Ele estrutura destarte a experiência das situações. Organiza engajamentos, no sentido de prescrever formas de reagir consideradas normais que correspondem às expectativas normativas em um determinado ambiente social.

O “enquadramento” que dá sentido a um evento ou situação não é necessariamente discursivo. Como mencionado acima, ele pode permanecer imediato, tácito e irrefletido. Mas quando o evento ou situação é capturado pela comunicação social, o enquadramento é necessariamente feito em signos e símbolos. São estes que tornam a comunicação possível. Eles também representam um novo *medium* da experiência. Em particular, eles permitem “perceber” as coisas e os eventos em vez de simplesmente “senti-los e tê-los” (Dewey, 2012a, p. 174). Constituído como objeto de

uma atenção comum, o evento ocasiona uma experiência pública e coletiva, e não apenas experiências individuais. O evento promove um tipo particular de emoção que podemos chamar de “pública”.

Consideremos, de forma geral, dois casos. No primeiro, o evento é recapturado pela conversa social, o que envolve uma troca entre as pessoas que participam dela. Essa troca não ocorre necessariamente face a face, nem entre pessoas que se conhecem, como vemos atualmente nas redes sociais; mas na maioria das vezes ocorre em reuniões presenciais. No segundo caso, o evento é “enquadrado” na cena pública. As emoções que ele desperta são então vivenciadas simultaneamente por pessoas que não se conhecem e não se encontram, mas que podem se identificar como parte de um público imaginado (seja um auditório ou uma audiência de troca e confronto de opiniões).

Em ambos os casos há uma emoção pública “que é a de todos sem ser de ninguém em particular” (Durkheim). Na *Divisão do Trabalho Social*, ao explicar a natureza da punição social e coletiva das violações das regras de conduta (um crime, por exemplo), Durkheim interpreta essa punição como uma reação emocional ao delito cometido. Essa reação passional, que pode ser violenta, é inegavelmente coletiva: “Não ocorre isoladamente em cada um” (Durkheim, 1978, p. 70), mesmo que cada um possa estar mais ou menos indignado. Para ilustrar seu ponto de vista, Durkheim evoca o que acontece em uma pequena cidade “quando algum escândalo moral acaba de ser cometido”:

Paramos na rua, nos visitamos, nos reunimos nos locais convenientes para falar sobre o evento e nos questionamos em comum. De todas essas impressões semelhantes que são trocadas, de todas as cóleras que se exprimem, emerge uma cólera única, mais ou menos determinada dependendo do caso, que é a de todos sem ser de ninguém em particular. É a cólera pública” (Durkheim, 1978, pp. 70-71).

Essa cólera única é comum não por causa de uma convergência fortuita das cóleras individuais, mas porque se questiona e se indigna “em comum”, que “todas as cóleras” diversas e variadas de indivíduos são exprimidas em conversas que se concentram no mesmo evento; é por meio delas que “a excitação afeta de um a um” ...

É como se a expressão para os outros fosse necessária para que a emoção, inclusive individual, realmente tome forma. Isso provaria que a expressão é constitutiva de emoção (Quéré, 2021). De todas essas trocas resultam não apenas uma emoção compartilhada, uma “emoção de partilha” ampliada (Livet, 2002) que tem a característica de ser comum e impessoal. Para Durkheim, essa emoção pública é um estado de consciência coletiva, que resulta de uma fusão de estados individuais de consciência mais ou menos semelhantes: diante do escândalo moral, condenado por unanimidade, as consciências individuais se unem “para testemunhar uns aos outros que permanecem em comunhão” (Durkheim).

4.1 Como a emoção afeta um a um?

O que pode dar às conversas comuns o poder de gerar emoções públicas dessa forma? Durkheim explica isso pela “penetração mútua dos espíritos” que elas causam. Gabriel Tarde, em seguida, utilizaria o mesmo argumento para explicar a formação da opinião pública, mas explicando, diferentemente de Durkheim, a disseminação de sentimentos individuais gerando um sentimento coletivo através do contágio e da imitação:

Ela [a conversa] marca o apogeu da *atenção espontânea* que os homens dão reciprocamente e pela qual eles penetram uns nos outros com infinitamente mais profundidade do que em qualquer relação social. Ao fazê-los se apegarem, ela os faz se comunicarem por uma ação tão irresistível quanto inconsciente. É, portanto, o agente mais poderoso da imitação, da propagação de sentimentos, ideias, modos de ação (Tarde, 1989, p. 87).

As “conversas sociais”, nas quais informações, comentários, fofocas e boatos se misturam, são um meio privilegiado pelo qual “os interlocutores agem uns sobre os outros” e se interpenetram emocionalmente. Para Tarde, é nas trocas do cotidiano que se realiza o “trabalho de fusão” das opiniões pessoais em opiniões coletivas. Sua principal motivação é a necessidade e o desejo de cada um de saber o que os outros pensam para saber o que pensar si mesmo, em suma “a necessidade de concordar com o público do qual se faz parte, de pensar e agir no sentido da opinião” (Tarde, 1989, p. 137).

O mesmo vale para as emoções. Por um lado, em uma conversa cada um tende

a alinhar suas emoções com as dos outros e modular sua expressão de acordo com as dos outros. Os indivíduos também buscam “saber se estão 'errados' ou 'certos' em sentir o que sentem sobre o evento. [...] Ter a garantia, e não somente imaginar, de que os outros sentem o mesmo que nós diante do evento, dá às nossas emoções uma força que não teriam se permanecessem no domínio privado estrito, isolado em cada indivíduo. É nesse sentido que podemos falar [...] de um efeito multiplicador do compartilhamento social das emoções” (Truc, 2020, p. 110-111). Essa garantia é em si uma fonte de uma emoção particular, a “emoção de partilha” (Livet, 2002): “Podemos sentir [...] aliviados, contentes, tranquilizados, etc., ao descobrir que outros além de nós reagem da mesma forma, ou pelo contrário, irritados, tristes, indignados, etc., se não for o caso” (Livet, 2002, p. 115). Esse alinhamento recíproco das emoções, no entanto, dá lugar a uma singularidade dos sentimentos pessoais. Mas essa singularidade é marcada pela inserção da emoção individual em uma emoção coletiva.

Pode-se recorrer à análise etnometodológica da conversa para elaborar descrições do compartilhamento das emoções, que muitas vezes é um alinhamento recíproco em uma interação presencial. Numerosos estudos em análise de conversas têm realmente mostrado como a sincronização das expressões emocionais é feita concretamente nas interações conversacionais: o compartilhamento de emoções aparece como um fenômeno dialógico organizado “no âmbito de uma interação que se desenvolve temporalmente” (Goodwin, Cekaite & Goodwin, 2012, p. 24). As manifestações das emoções emergem como parte integrante da organização sequencial das trocas, e são sintonizadas por meio de um *monitoring* recíproco da valência (positiva/negativa) dos afetos e da intensidade das expressões. Gestos e comportamentos expressivos, jogos de fisionomia, expressões faciais, posturas e movimentos corporais, olhares, entonação, prosódia desempenham um papel importante, assim como a ecologia da situação. Por exemplo, a expressão das emoções tão diferentes quanto alegria e tristeza também têm diferentes prosódias. A prosódia estabelece mutuamente a valência das emoções vivenciadas.

No entanto, o fenômeno que Durkheim aponta, que consiste no fato de que uma emoção “afeta de um em um” por meio de uma infinidade de conversas dispersas sobre o mesmo evento, é mais difícil de explicar do que aquilo que a unidade de afetos produz em um encontro face a face. Seria a constituição de um estado de consciência coletiva? Pode-se dizer que sim. Mas a reflexão de Durkheim sobre o surgimento de uma consciência coletiva permanece dependente de uma concepção dualista do ser humano (o famoso *homo duplex*), da filosofia clássica da consciência, e da atribuição aos processos coletivos da capacidade de transcender a vida secular comum criando o sagrado. Em particular, Durkheim não se afastou do ponto de vista “representacionista” da filosofia cartesiana; ele concebe a afetividade em termos de representação: “Um afeto é sempre compreendido, do ponto de vista resolutamente intelectualista, como uma representação sensível” (Karsenti, 2002, p. 199).

4.2 Duas formas de compartilhamento

A emoção comum provocada por um evento público pode ser de diferentes tipos, pois existem várias formas de compartilhar emoções. Podemos, assim, distinguir entre compartilhamento de fato e “partilha do compartilhamento”. Uma emoção pode ser comum se for compartilhada de fato por uma multidão de pessoas que reagem de forma semelhante a um evento, cada um por conta própria. Sua maneira comum de ser muda quando essas pessoas começam a se comunicar sobre sua experiência do evento. A comunicação faz passar de um compartilhamento efetivo, tácito de emoções cuja modalidade é um sentimento semelhante, mais ou menos manifesto, para outro tipo de compartilhamento: assim que em uma conversa as pessoas se concentram no mesmo objeto ou no mesmo evento do qual elas começam a falar, enquanto prestam atenção mútua ou conjunta, o modo de compartilhar é profundamente transformado.

Um exemplo dado por Charles Taylor pode nos fazer compreender a diferença entre essas duas formas de compartilhamento. Duas pessoas que não se conhecem, viajam juntas em um trem que é insuportavelmente quente. Cada um vê que o outro está sofrendo com esse calor. Suas experiências parecem semelhantes, embora, por

causa da dimensão orgânica, pertencem a organismos particulares. O respectivo desconforto pode ser chamado de *Common knowledge*. Esse primeiro compartilhamento de fato se transforma em uma “partilha do compartilhamento” quando essas duas pessoas começam a expressar verbalmente uma à outra seu respectivo desconforto (Taylor, 1985). Como Taylor explica, falar sobre isso não lhes traz nada de novo, mas instaura um ponto de vista comum do qual eles consideram juntos sua situação e experiência; seu desconforto se torna comum e sua significação é de alguma forma melhorada.

De fato, a entrada na conversa engendra um “ato comum de focalização” que muda a forma como o desconforto está entre elas, criando um “espaço público” onde o desconforto é comunicado por signos linguísticos:

Quando os indivíduos se unem em um ato comum de focalização para qualquer propósito — participar de um ritual, desfrutar de um jogo, conversar ou celebrar um evento importante — seu centro de atenção é comum e não simplesmente convergente, porque ele faz parte do que eles compreendem em comum sobre o que — o objetivo ou objeto comum — eles focalizam juntos, que é diferente de quando cada um em si está interessado na mesma coisa” (Taylor, 2011, p. 338).

A focalização comum (prestar atenção à mesma coisa ao mesmo tempo), a atenção mútua (prestar atenção ao que o outro está prestando atenção) e a possibilidade de interagir geram um “nós” que tem uma textura diferente da de uma convergência ou justaposição de experiências emocionais mais ou menos semelhantes, além de um *Common knowledge*.

Uma focalização comum pode ocorrer na ausência de uma co-presença no mesmo lugar durante uma reunião ou encontro. Isso é o que a mídia torna possível em nossas sociedades. Esse tipo de focalização mediado pelo que a própria mídia torna público tem diferentes modalidades. Pode se tratar de uma focalização de fato, nada mais. Mas a focalização também pode assumir outra dimensão, se for vivenciada como participação em um público imaginado como capaz de alcançar uma inteligência comum de eventos por meio de trocas de ideias, de confrontos de interpretações e opiniões, de compartilhamento de emoções ou de investigações no espaço público.

Deve-se concordar, no entanto, que uma explicação em termos de “partilha do compartilhamento” dá conta apenas parcialmente da emergência de uma emoção pública e coletiva, que, como dizia Durkheim, é a de “todos sem ser de ninguém em particular”. No máximo, ela explica o alinhamento ou a sincronização das emoções, mas não sua “moldagem” de forma pública e coletiva.

A análise antropológica de rituais e cerimoniais deu conta de certas modalidades de tal moldagem: ela passa por realizações concertadas que têm frequentemente um caráter rítmico. A emoção coletiva é uma emoção simbolizada, cuja matriz é um conjunto de gestos, atos e movimentos realizados conjuntamente, em suma um conjunto de práticas instituídas que elaboram um “objeto expressivo” encarnando a emoção (por exemplo, a tristeza configurada pelas lamentações e cantos dos enlutados em um ritual fúnebre).

Essa simbolização da emoção não se reduz evidentemente a uma representação por signos linguísticos. A emoção pode ser incorporada em uma expressão comum criada por uma atividade coletiva, por exemplo, uma “*ola*” em um estádio. Sobre o funeral de Diana, David Lodge relata as palavras de um de seus amigos que estava presente no Hyde Park, onde a cerimônia foi transmitida por telas gigantes, e que viu as pessoas literalmente “pularem de pé” para aplaudir a oração fúnebre do Conde Spencer: “Eu compreendi pela primeira vez o movimento que toma uma multidão revolucionária, ele me disse. Se alguém nos tivesse dito para marchar ao Palácio de Buckingham, teríamos feito isso”. Parece histeria coletiva, mas, Lodge comenta, “foi uma emoção completamente autêntica”, que se pode dizer ter sido gerada por uma atividade comum (bater palmas ritmicamente).

A ideia de uma emoção pública que é a de “todos sem ser de ninguém em particular” não nos traz de volta à psicologia das multidões? Com efeito, uma das propriedades do processo de imitação e de contágio invocado por essa psicologia para explicar emoções coletivas é que, por seu caráter cumulativo (a imagem da avalanche foi frequentemente usada para descrevê-lo), gera uma emoção comum de natureza

histórica, que é autônoma em relação aos indivíduos, e os leva a realizar coisas que eles habitualmente não fariam, e pelas quais elas dificilmente poderiam assumir a responsabilidade.

Mas é, ao que parece, a outro caso de figura que precisamos relacionar essa ideia de emoção pública e coletiva: o das significações instituídas em um meio social-histórico determinado. Estas não são, como disse Cornelius Castoriadis, significações “para ninguém”, ou seja, significações anônimas, objetivas e gerais, fixadas pelos costumes ou hábitos coletivos? Tais significações são públicas e coletivas, mas não resultam do compartilhamento de significações existentes inicialmente como significações individuais. São elas que tornam possíveis as significações individuais. Trata-se de significações instituídas (Descombes, 1996). No entanto, eles não estão por isso suspensas no ar: estão incorporadas em signos, palavras, símbolos, gestos, rituais e práticas.

4.3 A emoção pública como emoção simbolizada

Uma emoção simbolizada não é o signo de emoções reais, ou a prova de sua existência, e muito menos o resultado de sua adição graças à atração ou à propagação por contágio de sentimentos semelhantes. Ela não está encadeada às emoções individuais de origem orgânica. Mas o que é exatamente isso? Para responder a essa pergunta, é necessário esclarecer a ideia da expressão das emoções, que é frequentemente contaminada pela concepção do senso comum que considera essa expressão como a descarga de um impulso interno ou a externalização de um estado afetivo já completo no interior de si. Uma pequena guinada à estética pode nos ajudar a fazer esse esclarecimento.

No capítulo “O objeto expressivo”, do livro *L'art comme expérience*, Dewey (2005) evoca cartas de Vincent Van Gogh para seu irmão Théo, em que o pintor holandês mencionou a impressão de profunda desolação que sentiu na vista da ponte de ferro de Trinquetaille sur le Rhône. Van Gogh acrescentou: “Estou tentando chegar a algo que parta corações”. As duas pinturas que ele pintou nessa ponte não apenas retratam ou expressam seu próprio sofrimento emocional. Eles incorporam esse “partir

corações” pelo *medium* de expressão do pintor (linhas, formas e cores). O “partir corações” simbolizado é uma emoção que “vai além das circunstâncias da experiência privada do pintor, algo que ele considera potencialmente presente para os outros” (Dewey, 2005, p. 115), em suma uma emoção que qualquer um pode experimentar ao ver a pintura, justamente porque ela está imediatamente presente nele como um “objeto expressivo”: ela é exprimida e comunicada por ele, porque está encarnada nele, como pode ser a alegria em um rosto ou a tristeza em um pedaço de música. É isso uma emoção simbolizada. A emoção anterior do artista não é apagada, mas transfigurada por um ato de expressão com a ajuda do *medium* particular do pintor, assim este ato produz uma significação pública compartilhável. Veículos de uma significação determinada, os componentes físicos da pintura adquirem assim um poder de comunicação de emoções. Eles incorporam uma emoção que transcende as emoções particulares dos indivíduos, mas é ao mesmo tempo capaz de operar em sua própria experiência. Entretanto, essa autonomização não remove toda a ancoragem orgânica: por mais pública que seja, a emoção de “partir corações” também se baseia em “estruturas motoras corporais” pertencentes à constituição natural dos indivíduos, ou se apoia em “coordenações motoras disponíveis” formadas nas experiências anteriores e em uma educação. É essa constituição e essa aquisição orgânicas que permitem aos que contemplam as pinturas de Van Gogh participarem da emoção simbolizada pelo pintor³.

Podemos aplicar esse padrão ao evento quando for objeto de conversa social? Vimos que a troca conversacional é um fator poderoso de sincronização das emoções. Como nos lembra Randall Collins, no “ritual de interação” que é uma conversa, as pessoas que compartilham o mesmo ponto central de atenção tendem a influenciar umas às outras em um ritmo comum que amplifica suas emoções (Collins, 2014). Seu mundo é realmente formatado por uma rede de conversas, nas quais é retomado o que foi dito

³ A neurociência contemporânea mostrou como ao contemplar uma pintura são ativadas as mesmas áreas sensoriais do cérebro que ao perceber uma cena real e realizar certos gestos: “Os olhos daquele que olha [a pintura] não captam somente informações sobre a forma, a direção, e a textura das pinceladas; por causa da simulação incorporada, eles também penetram na expressão motora real do artista quando ele pintou o quadro. O componente sensomotor da percepção das imagens, ao qual se adicionam as reações sensoriais e emocionais suscitadas ao mesmo tempo, permitem aos que olham sentir a obra de uma forma encarnada” (Gallese, 2021, p. 381).

em conversas anteriores, com as emoções associadas a elas, ou o que foi enquadrado e publicado pela mídia. Nessas conversas também são evocados, definidos, redefinidos e compartilhados os interesses, os valores e os ideais que compõem o pano de fundo das emoções. É o fato de formular isso com a ajuda de palavras e gestos que opera sua coletivização. A moldagem em uma forma coletiva é aqui também uma questão de realizações alcançadas conjuntamente.

Mas é possível dizer que a conversa social produz uma espécie de “objeto expressivo”, que as descrições, narrativas e comentários do evento que nela são trocados verbalmente, e tudo o que ocorre lá como gestos, expressões faciais, posturas e movimentos corporais, olhares, inflexões de voz, encadeamentos de falas, etc., constituem os suportes do “objeto expressivo” que incorporam a emoção pública? Este objeto certamente não tem a mesma materialidade que a de uma obra de arte. É preciso, no entanto, que se ela existe, a emoção pública seja incorporada em alguma realidade objetiva, e expressa por ela, e não esteja apenas presente na consciência das pessoas, mesmo que ela seja coletiva (supondo que exista algo desse tipo). Essa realidade objetiva é nada menos que a base material e simbólica da conversa. Que ela possa configurar um “objeto expressivo” plural incorporando uma emoção comum, portanto, não é implausível. Há exatamente um século, o historiador francês Marc Bloch interpretava os rumores que circulavam em um dado momento: neles “inconscientemente, os homens exprimem seus preconceitos, seus ódios, seus medos, todas as suas fortes emoções” (Bloch, 1999, pp. 16-17). O boato (o que hoje são *fake news*) é de fato um modelo de produção de uma emoção pública através de atos de fala conversacionais.

As descrições e narrações, comentários e interpretações que ocorrem nas conversas são formadas com palavras. Estas têm a capacidade de criar uma nova experiência do evento, às vezes “mais intensamente vividas do que o que provém das próprias coisas” (Dewey, 2005, p. 283). Esse é notadamente o caso da literatura e da poesia, mas não somente. Diferentemente do pintor ou compositor, o *medium* das conversas, à saber, a linguagem, as expressões faciais, os gestos, as imitações, as inflexões

da voz, etc., já foi formado pela própria comunicação, que o carregou não só de significações, mas também de qualidades afetivas (cf. vimos acima, por palavras). É por isso que ele permite, mais do que qualquer outro *medium*, “a intensa e animada descoberta das significações dos eventos e das situações do universo” (Dewey, 2005).

Cada *medium* de expressão “tem seu próprio poder, ativo e passivo, expansivo e receptivo” (Dewey, 2005). Ele opõe uma certa resistência aos impulsos e às tendências naturais. Isto é, em particular, o que faz as palavras da linguagem, cujo poder é imenso: “Elas tentam restaurar a *natureza* das coisas e dos eventos. Na realidade, é por meio da linguagem que as coisas e os eventos têm uma natureza além e acima do fluxo bruto da existência” (Dewey, 2005, p. 286). Nós compreendemos a natureza das coisas e eventos, tanto através do que eles nos dão e do que fazemos deles e com eles, graças à sua representação em signos e à sua conversão em objetos de julgamento.

4.4 Discurso público e emoções

Mas, quando se trata de emoções públicas e coletivas, há outro tipo de conversa que entra em jogo, à saber, a do discurso público, realizada pela mídia, políticos, especialistas, cientistas, etc. Ele assegura em grande parte o “enquadramento” dos eventos, que é retomado na e pela conversa social. Tal discurso também gera uma forma de compartilhamento das emoções diferentes da forma dessa conversa.

Em seu trabalho sobre as emoções coletivas provocadas pelos atentados terroristas dos últimos anos na Europa e nos Estados Unidos, G r me Truc explica:

Essas emo es se formam [...] no contexto de uma experiência pública vivida em comum por milhões de estranhos, em rea o   forma como esse atentado   divulgado nos discursos políticos e midiáticos dos quais ele   objeto, e às *injun es   preocupa o* que esses discursos portam, indicando, além dos indivíduos que são diretamente vítimas ou testemunhas, quem deve se sentir preocupado com esses atentados e através de qual coletivo (geralmente a comunidade nacional) (Truc, 2020, p. 122-3; 2016).

Em seu estudo, Truc distingue as emo es coletivas no sentido fraco e no sentido forte. As primeiras são caracterizadas por seu compartilhamento em um espaço coletivo, um encontro, por exemplo. As outras têm um objeto ou um aspecto

coletivo; envolvem entidades e identidades coletivas que têm um sentido em uma determinada sociedade (a nação, por exemplo, um modo de vida particular, ou a identidade de uma cidade, se algo desse tipo existe), e sobretudo valores e ideais que uma coletividade considera merecedores de serem cultivados, defendidos e transmitidos.

Para esclarecer este ponto, talvez seja conveniente distinguir entre o objeto, o alvo e o ponto central de uma emoção. Este é um exemplo muito simples dado por Bennett W. Helm para justificar essa distinção (Helm, 2014). Quando estou com raiva dos esquilos que comem tomates no meu jardim, eu valoro negativamente as ações e o comportamento desses animais. Eles são os alvos da minha raiva, enquanto sua má conduta é o objeto formal. Se eu os apreendo como tal é porque eu me importo emocionalmente com meus tomates. Estes são o ponto central da minha emoção, ou seja, o que torna inteligível tanto minha valoração negativa do comportamento dos esquilos quanto minha reação emocional. Se eu me importo com meus tomates, e eu cuido deles, não é por sua cor, mas porque eu quero poder comê-los e apreciá-los.

No caso dos atentados terroristas estudados por Truc, a indignação pública e a cólera tinham como alvos seus autores e crimes, e tinham como objeto formal a desumanidade, a atrocidade, a crueldade, a estupidez, etc., dos atos que cometeram e as atitudes (ódio, ressentimento, desejo de vingança, etc.) que os sustentam. Seu ponto central foi o que tornou inteligível a valoração desses atos e atitudes no contexto de um apego incondicional a valores, ideais, modo de vida ou forma política.

Mas aqui intervêm mediações que não existem no exemplo de Helm. Em primeiro lugar, o evento deve ser percebido como preocupante, de uma forma ou de outra, por pessoas para além das vítimas ou das testemunhas diretas. Sua preocupação é definida pela forma como o evento é “enquadrado” nas diferentes instâncias do discurso público (mídia, especialistas, cientistas, políticos, etc.). Assim, o atentado contra *Charlie Hebdo* foi apresentado “como um atentado à própria República, apelando a uma união nacional” (Truc, 2020, p. 106). Esse enquadramento público inclui não

apenas interpretações e categorizações do evento, mas também as “injunções para se sentir preocupado”, de uma forma ou de outra, isto é, pela mediação de um coletivo — de cidadãos, profissão, cidade ou país, amadores de concertos, frequentadores de cafés, de restaurantes ou de transportes públicos, etc. O enquadramento solicita, ou até prescreve, sob o signo do que é considerado normal, reações a ter, e notadamente emoções para experimentar e compartilhar. Constatar que essas emoções não são vivenciadas por todos pode dar origem a uma reação de indignação. Enfim, esse enquadramento estrutura vários públicos do evento, nos quais podem prevalecer diferentes emoções (incluindo emoções de simpatia por terroristas):

O mesmo atentado, de acordo com os termos que os jornalistas usam para descrevê-lo e a maneira como eles o fazem, dependendo do que eles mostram ou não, não despertará as mesmas emoções. E é por isso que também diferentes públicos são geralmente formados em reação a um atentado, em conexão com os diferentes canais de mídia através dos quais é possível experienciá-lo (mídia de massa, mídia alternativa ou mídias sociais, por exemplo), e onde prevalecem diferentes emoções (compaixão pelas vítimas, raiva contra terroristas e/ou responsáveis políticos, simpatia por terroristas, etc.) (Truc, 2020, p. 104).

Finalmente, não podemos ignorar o caráter contagioso, em certas circunstâncias, das emoções provocadas pela mídia. Mas isso não suprime o caráter autêntico das emoções experienciadas, como David Lodge (2007) explica na Morte de Diana:

A mídia é tão onipresente em nosso mundo moderno que seria vão acreditar que podemos encontrar um lugar mais autêntico para expressar uma experiência pública e coletiva. Embora haja, sem dúvida, algo contagioso no luto que a televisão tem encorajado, dificilmente se pode falar de histeria para descrever a conduta das pessoas que fizeram fila para assinar os livros de condolências e correram para a passagem do cortejo [no funeral]. Que a mídia tenha coberto o evento até a saturação, não explica em nada o toque íntimo no coração que a maioria das pessoas sentiu quando a notícia foi anunciada.

5. Para concluir

As emoções comuns geradas pelo discurso público não são manifestamente da mesma ordem que as produzidas pela conversa social. Quanto mais ele busca comunicar algo enquadrando os eventos, menos poder ele tem do que a conversa social para suscitar o tipo de emoção pública. No entanto, como ele transmite significações, ele também contribui para dar forma à experiência emocional de quem as recebe. Essa

experiência é parcialmente comum, na medida em que há similaridade, convergência ou recuperação das emoções ativadas em seus receptores. Mas só a conversa social em co-presença ou uma atividade realizada conjuntamente (como os aplausos no Hyde Park no funeral de Diana) têm a capacidade de moldar a emoção comum em uma forma coletiva. Este também é o ponto de vista que Randall Collins manteve em seu livro *Interaction Ritual Chains*: as interações mediadas pelo telefone, internet ou outros meios que permitem a comunicação remota não têm o poder de uma conversa ou reunião para produzir a “amplificação emocional” que gera o movimento em um ritmo compartilhado (Collins, 2004).

Referências

- Bloch, M. (1999). *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre*. Paris : Editions Allia.
- Collins, R. (2004). *Interaction Ritual Chains*. Princeton: Princeton University Press.
- Descombes, V. (1996). *Les institutions du sens*. Paris : Minit.
- Dewey J., & Tufts, J. H. (1932). Ethics. In J. A. Boydston (Ed.). *John Dewey. The Later Works 1925-1953* (Vol. 7). Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- Dewey, J. (1945). “Values, valuations and social facts”. In J. A. Boydston (Ed.), *John Dewey. The Later Works 1925-1953* (Vol. 16, pp. 310-317). Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- Dewey, J. (1993). *Logique. Théorie de l'enquête*. Paris: PUF.
- Dewey, J. (2005). *L'art comme expérience*. Pau : Publications de l'Université de Pau/Éditions Farrago.
- Dewey, J. (2010). *Le public et ses problèmes*. Paris : Gallimard.
- Dewey, J. (2011). *La formation des valeurs*. Paris : Les empêcheurs de penser en rond.
- Dewey, J. (2012a). *Expérience et nature*. Paris : Gallimard.
- Dewey, J. (2012b). *Unmodern Philosophy and Modern Philosophy*. Carbondale and Edwardsville : Southern Illinois University Press.
- Dewey, J. (2014). *La quête de certitude*. Paris : Gallimard.

Dreon, R. (2018). "Is there any room for immediate experience? Looking for an answer in Dewey (and Wittgenstein) via Peirce et James". *Pragmatism Today*, 9(2), 59-73.

Durkheim, E. (1978). *De la division du travail social*. Paris : PUF.

Gallese, V. (2021). « Brain, body, habit and the performative quality of aesthetics ». In F. Caruana, & I. Testa (Eds.). *Pragmatist Approaches from Cognitive Science, Neurosciences and Social Theory*. (pp. 376-394). Cambridge : Cambridge University Press.

Goodwin, M. H., Cekaite, A., & Goodwin, C. (2012). « Emotion as stance ». In A. Peräkylä, & M.-L. Sorjonen (Eds.). *Emotion in interaction* (pp. 16-41). Oxford : Oxford University Press.

Karsenti, B. (2002). « « L'imitation. Retour sur le débat entre Durkheim et Tarde ». In C. Chauviré, & A. Ogien (Eds.). *La Régularité. Habitude, disposition et savoir-faire dans l'explication de l'action*. (pp. 183-206). Paris : Editions de l'EHESS.

Koselleck, R. (1990). *Le futur passé*. Paris : Editions de l'EHESS.

Livet, P. (2002). *Emotions et rationalité morale*. Paris : PUF.

Ogien, R. (1995). « La haine ». In P. Paperman, & R. Ogien (Eds.). *La couleur des pensées. Sentiments, émotions, intentions*. (pp. 259-273). Paris : Editions de l'EHESS.

Putnam, H. (1992). *Définitions*. Combas : L'éclat.

Quéré, L. (2021). *La fabrique des émotions*. Paris : PUF.

Robert-Diard, P. (2021, octobre 17-18). « Il y a autant de 13-novembre qu'il y a de victimes ». *Le Monde*, p. 9.

Stavo-Debaugé, J. (2012). « Des "événements" difficiles à encaisser ». In D. Cefaï, & C. Terzi (Eds.). *L'expérience des problèmes publics*. Paris : Editions de l'EHESS, 191-223.

Tarde, G. (1989). *L'opinion et la foule*. Paris : PUF.

Taylor, C. (1985). *Human Agency and Language. Philosophical Papers*, 1, Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, C. (1995). « Suivre une règle ». *Critique*, 554-572.

Taylor, C. (2011). *L'âge séculier*. Paris : Seuil.

Truc, G. (2016). *Sidérations. Une sociologie des attentats*. Paris : PUF.

Truc, G. (2020). « Tous concernés ? La dimension collective des émotions en situation d'attentats ». In L. Kaufmann, & L. Quéré (Eds.). *Les émotions collectives* (pp. 97-132). Paris : Editions de l'EHESS.

O que queremos com a epistemologia? *

What do we want with epistemology?

Ariston Azevedo**

Márcio Sá***

Resumo

Baseados em nossas experiências de conversas, estudos, ensinamentos e pesquisas em Sociologia, Administração e Estudos Organizacionais no Brasil, pretendemos promover o debate sobre o ofício da pesquisa no campo dos estudos organizacionais. Nesse sentido, nossa tese é que se a epistemologia abandona seu inerente e necessário caráter crítico e reflexivo, fica destituída de suas condições basilares que fornecem suporte à construção de teorias. A função de uma epistemologia acrítica é legitimar e rapidamente introjetar nos sujeitos cognitivos convicções de uma ontologia *a priori* ou de uma ontologia *a posteriori*. Assim, a função da epistemologia passa a ser a de acomodar o pensamento. Neste texto nos propomos a fazer dois movimentos no sentido de desacomodar o nosso. No primeiro, de modo breve e assistemático, recuperamos momentos da trajetória recente da epistemologia no campo da Administração brasileira no século 21. No segundo, indicamos a teorização modesta e soluções metodológicas sob medida de nossos problemas como possíveis desdobramentos de uma maior atenção e prática de pesquisa reflexiva. Ao final, nosso posicionamento é sintetizado e exposto como ponto de chegada ou diagnóstico a ser avaliado pelos pares.

Palavras-chave: Epistemologia; Estudos organizacionais; Teorização; Metodologia.

Abstract

Based on our teaching, studying, and researching experiences in Sociology, Administration and Organizational Studies fields in Brazil, we want to encourage open discussion and debate on the craft of research in organizational studies. Thus, we argue that if the epistemology abandons its (inherent and necessary) critical and reflective character, it cannot support theories. The function of an uncritical epistemology is to legitimize and quickly introduce convictions of an *a priori* or *a posteriori* ontology, i.e., it accommodates the thought. We propose to make two movements in order to avoid accommodating our thought. First, we recover moments from the recent trajectory of epistemology in the field of Brazilian Administration in the 21st century. Second, we point to modest theorizing and methodological solutions adapted to our problems as possible outcomes of greater attention and practice in reflective research. At the end, our position is summarized and presented as a result or diagnosis to be evaluated by peers.

Keywords: Epistemology; Organizational studies; Theory; Methodology.

* Este estudo é baseado em um trabalho apresentado no VII Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciências da Administração, realizado em João Pessoa em novembro de 2021.

** Doutor em Sociologia Política pela UFSC. Professor da Escola de Administração da UFRGS.

*** Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho. Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPB.

1. Questões e tese de partida

No final de 2018 assumimos a condução do tema *Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologia nos Estudos Organizacionais* da área Estudos Organizacionais dos eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), ou seja, do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO) e do Encontro Nacional da ANPAD (EnAPAD).¹ O primeiro evento no qual desempenhamos nossa função de “líderes de tema” foi no X EnEO, realizado entre 16 e 18 de maio de 2019, na Universidade de Fortaleza (Unifor). Dentre as questões que elaboramos previamente, no sentido de direcionar nossas reflexões ao longo das sessões do tema naquele evento, estavam as seguintes: há condições objetivas e intersubjetivas para avanços epistemológicos nos Estudos Organizacionais (EO) no Brasil? Quer dizer, avanços na atividade crítico-reflexiva voltada para o exame sistemático, histórica e contemporaneamente, das práticas científicas, de seus pressupostos, dos meios dos quais se valem e de seus resultados, principalmente em termos teóricos e metodológicos? Em caso de resposta positiva, quais práticas ou textos poderiam vir a consubstanciar esses avanços?²

Logo no início da primeira sessão de apresentação de trabalhos do tema de epistemologia daquele evento, um de nós proferiu uma tese que tanto nos guiou ao longo do período em que estivemos à frente do tema quanto na confecção deste ensaio. Assim, cientes da pertinência de se promover o debate sobre o ofício da pesquisa em EO, partimos da tese de que a epistemologia, quando perde aquele caráter crítico-reflexivo que lhe é inerente e necessário, pode afiançar teorias que, por um lado, incutem a convicção da existência de uma *ontologia a priori* ou, por outro, incutem a convicção da existência de uma *ontologia a posteriori*. Tanto naquele quanto neste caso, o que se tem como horizonte acadêmico é o estabelecimento do “dogmatismo teórico”

¹ Gostaríamos de agradecer à coordenadora da área de Estudos Organizacionais da ANPAD, Prof.a. Alessandra Costa, por nos ter feito o convite e confiado em nosso trabalho frente ao tema. Também somos gratos aos colegas que foram responsáveis pelas avaliações dos textos submetidos ao tema durante o período de nossa atuação como “líderes de tema”, biênio 2019-2020.

² Buscamos avanços, mas, por vezes, o que mais nos deparamos foi com retrocessos, que não nos interessam neste momento.

(Hessen, 1987, pp. 37-40), que pode ser compreendido como a “aceitação inquestionável de uma teoria e rejeição *a priori* de todas as outras” (Azoubel, 2017, p. 20). No limite, o assentimento da epistemologia ao dogmatismo joga por terra tanto a “utilidade” quanto a “necessidade” da própria epistemologia (Japiassu, 1981, p. 5). Consequentemente, abandona-se o fato de que o desenrolar do drama da verdade (ou verdades) do conhecimento humano ocorre, sempre, no plano da episteme, ainda que se admita, como propõem Marx e Engels (1998) na segunda tese sobre Feuerbach, que:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva, não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática”, pois “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a “terrenalidade” do seu pensamento (p. 100).

Ora, não há transformação do mundo que prescindia de uma ideia ou interpretação do próprio mundo, cujo palco é a episteme.

Essa tese não implica em uma tentativa de subordinar o ontológico ao epistemológico, o que nos levaria a cair naquela “falácia epistêmica” apontada por Bhaskar (2008), nem em assumir que o ontológico constrange o epistemológico a uma única e exclusiva corrente teórica ou teoria científica, determinando-a definitivamente de modo único e exclusivo. Afinal, a filosofia contemporânea admite que a ontologia (metafísica) pode subsidiar uma epistemologia (teoria científica) e/ou uma metodologia, mas ainda assim trata a questão como “problemas conexos” (Abbagnano, 1998, p. 666), ou seja, não sugere que da ontologia para epistemologia, e dessa para a metodologia, haja uma única via ou modo de ser.

Nesse sentido, quando fizemos aquela afirmação em 2019, o que visávamos era colocar em questão uma afirmativa que se converteu, entre nós acadêmicos da administração e estudos organizacionais, em uma espécie de “pergunta jargão amedrontadora” em bancas de defesa de mestrado e doutorado, qual seja: “onde está a coerência ôntico-epistêmico-metodológica de seu texto?”. Realmente, essa não nos parece uma questão de fácil resposta, mesmo para pesquisadores experientes. A pergunta supõe ser *necessária* a coerência consequencial a partir da ontologia. Mas em que sentido se pode falar da necessidade de coerência entre: ontologia – o estudo do ser; epistemologia – a articulação sistemática de pressupostos, correntes teóricas, teorias e conceitos com o intuito de investigar determinados elementos ou fatos

selecionados do real e, sobre eles, produzir conhecimento científico; e metodologia – os procedimentos executados durante a seleção, a preparação e a análise dos dados? Tal coerência implicaria, necessariamente, em um único e determinado modo de ser da coerência? Essas são perguntas que não tem sido devidamente enfrentada em nosso campo.

Uma vez que somos profissionais que perseguem um ideal da coerência, tomamos por hipótese que tal coerência é, sim, construída, mas a partir do plano epistêmico, e unicamente dele. Mesmo a elaboração de uma ontologia é impossível sem que se faça uso de qualquer tipo de episteme em sentido *lato*. Assim, caso seja possível reclamar a coerência como um dos principais critérios de cientificidade de um trabalho, melhor seria dizer coerência ôntico-epistêmico-metodológica. Ou seja, é a episteme, enquanto modo de produção de conhecimento incorporado por cada pesquisador e partilhado (ou não) numa comunidade, que se coloca no cerne de nossas concepções científicas, configurando-se como dimensão central e decisiva que perpassa as três atividades principais que constituem nosso ofício, no caso, o estudo, a conversa e a pesquisa (Sá, Alcadipani, Azevedo, Rigo & Saraiva, 2020, pp. 171-174).

Dito isso, nos propomos a fazer dois movimentos que se inscrevem nas seções seguintes. No primeiro, de modo breve e assistemático, recuperamos momentos da trajetória recente da epistemologia no campo da Administração brasileira no século 21. No segundo, indicamos a teorização modesta e soluções metodológicas sob medida de nossos problemas como possíveis desdobramentos de uma maior atenção e prática de pesquisa reflexiva em termos epistêmicos. Ao final, nosso posicionamento é sintetizado e exposto como ponto de chegada ou diagnóstico a ser avaliado pelos pares.

2. Trajetória da epistemologia no campo da Administração brasileira no século XXI

Em termos genéricos, podemos admitir, como faz Mario Bunge (1980, pp. 12-18), que a tarefa da epistemologia, enquanto um dos principais instrumentos de tomada de consciência crítica de nosso fazer científico e tecnológico, esteja em dedicar esforços para desvendar problemas de ordem semântica, gnosiológica, metodológica, ontológica,

axiológica, ética e estética, que “inevitavelmente surgem no decurso das investigações científicas ou tecnológicas, assim como nas aplicações dos seus resultados e na planificação do seu desenvolvimento” (Bunge, 1980, p. 242). Nesse sentido, diz Japiassu (1981, p. 3), enquanto “teoria crítica dos princípios, dos métodos e das conclusões das diversas ciências”, a epistemologia tem como tarefa conhecer, ainda que de modo sempre “provisório”, o conhecimento em “*devir*” ou o “*conhecimento-processo*” (Japiassu, 1977, p. 27, grifos nossos). Sua aplicação no campo do conhecimento organizacional e administrativo, portanto, não pode deixar de perder de vista esse amplo horizonte de atuação, evitando restringir-se a somente um ou outro aspecto, desconsiderando os demais.

Vista sob essa perspectiva alargada, veremos que o exercício epistemológico, no campo da administração, não é recente, entre nós. Vale lembrar, por exemplo, que Guerreiro Ramos, especialmente no capítulo intitulado “o conceito de ação administrativa” de seu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento* (1966), procede apurado exame epistemológico do conhecimento administrativo de sua época, (re)situando-o em termos dos avanços teóricos daquele momento histórico e dos elementos estruturais e estruturantes da realidade nacional, o que o levou, por exemplo, a aprofundar o entendimento weberiano de burocracia, ao objetivar a operacionalização da burocracia pública brasileira.

Mas esforços isolados não chegam a caracterizar uma tomada de consciência coletiva de caráter epistemológico crítico do fazer científico. Quando muito, marcam o pioneirismo. Assim, esses esforços são, antes, pontos de partida que, ao darem origem a movimentos revisionistas, entram para a história da disciplina como clássicos ou cânones da área (Meneghetti, Guarido Filho & Azevedo, 2014). Mas a efetiva institucionalização da “ciência da ciência”, que é, de fato, a epistemologia (Bunge, 1980, p. 241), requer colaboração inter e intrageracional. Nesse sentido, o campo da administração somente alcançou tal *status* recentemente, o que significa que seus reflexos ainda estão por ser devidamente catalogados.

Na virada do século passado para este, houve forte movimento acadêmico no

sentido de proceder avaliação da ciência administrativa aqui produzida. Mas nem todos os estudos que realizados podem ser colocados sob a rubrica de estudos efetivamente epistemológicos, já que não ultrapassaram o nível de mapeamento temático do que vinha sendo publicado em determinadas áreas específicas, desconsiderando, dessa forma, os problemas fundamentais atinentes àquela ordem de questões a que se referiu Bunge (1980). Em outras palavras, poucos foram os textos que se dedicaram ao âmago das “questões epistemológicas” (Japiassu, 1981), e que, dessa forma, contribuíram para a tomada de consciência crítica mencionada.

Um apanhado desses esforços está registrado no livro *Produção científica em administração no Brasil: o estado-da-arte*, organizado por Bertero, Caldas e Wood Jr. (2005). Em linhas gerais, ao mesmo tempo em que se constatava o crescimento quantitativo da produção que se apresentava como científica em algumas das principais áreas acadêmicas do campo da Administração (estratégia empresarial, estudos organizacionais, recursos humanos, estudos críticos em administração, administração pública, marketing, finanças, gestão de operações e sistemas de informação), a qualidade dessa produção acadêmica era questionada não somente em termos de rigor e relevância, mas também em suas práticas de avaliação e impacto local. Em poucas palavras: a nossa produção acadêmica seria “periférica”, “sem originalidade” e espelhava “o que o país é em outras áreas, uma imitação opaca do que acontece em centro mais desenvolvidos” (Bertero, Caldas & Wood Jr., 2005, p. 12). Os mesmos autores já haviam dito algo semelhante, mas acrescentando outros atributos: nossa produção acadêmica seria “epistemologicamente falha” e “metodologicamente deficiente” (Bertero, Caldas & Wood Jr, 1999, p. 148).

Por certo que esse diagnóstico acelerou entre nós a necessidade de investir esforços no terreno da epistemologia, a tal ponto de, no final da primeira década deste século, serem identificadas, do total dos 25 (vinte e cinco) Programas de Doutorado em Administração e Ciências Contábeis então em operação, 7 (sete) nos quais a disciplina de epistemologia era obrigatória. Esse número por certo seria maior, caso a pesquisa realizada por Cunha, Heinzmann e Silveira (2010) tivesse considerado pesquisar nos

bancos de dados não apenas o termo “epistemologia”, mas outros, como “filosofia da ciência”, “ciência e conhecimento em administração”, por exemplo, sob os quais a questão epistemológica tem historicamente se abrigado. De qualquer maneira, o que importa saber é que a pesquisa dos autores acima identificou não apenas a presença de disciplinas voltadas à epistemologia quanto a significativa produção sobre o assunto publicada em revistas eletrônicas e anais de congressos.

Relativamente aos anais de congressos, foi o EnANPAD que apresentou maior número de artigos sobre o tema durante a década de 2000 a 2010 (Cunha, Heinzmann & Silveira, 2010). O fato não nos causa surpresas, pois que o termo “epistemologia” aparece pela primeira vez nos descritivos dos Temas das Áreas dos eventos em 2006, em *Ensino e Pesquisa em Administração* e em *Estratégia em organizações*, expandindo-se, em 2007, para os temas *Teoria das organizações*, *Comportamento organizacional* e *Métodos de pesquisa e teoria em Marketing*.

Em 2009, o termo surgiria não mais como uma simples palavra dentro do descritivo dos temas, mas como um próprio tema, no caso, *Epistemologia e Administração* na área de Ensino e Pesquisa em Administração (EPQ), sob a liderança do professor Ariston Azevedo. O modesto descritivo utilizado para qualificar o tema era o seguinte: “Debates epistemológicos e sua contribuição para a prática da pesquisa. Discussões paradigmáticas. Integração paradigmática. Linguagem e conhecimento”.

No ano seguinte, seria a área de Estudos Organizacionais (EO) que adotaria o tema *Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologia nos Estudos Organizacionais*, tendo como responsável o professor Maurício Serva. O EnANPAD, portanto, passava a ter dois temas voltados para a temática da epistemologia. Haveria, entre um tema e outro, diferenças substantivas em seus respectivos descritivos. Enquanto a área de EPQ manteve o anterior logo acima posto, a área de EO adotou o descrito logo abaixo, no qual se destaca a presença da sociologia da ciência:

Congrega trabalhos de cunho epistemológico ou metodológico com foco exclusivo nos estudos organizacionais. A concepção de epistemologia é contemporânea, ou seja, incorpora também o desenvolvimento da

sociologia da ciência, que aborda as dimensões do campo científico: natureza deste campo, problemática sociopolítica dos atores, processos de produção e difusão do conhecimento, neste caso, sobre os estudos organizacionais. Espera-se que os trabalhos voltados para a vertente metodológica promovam discussões sobre o rigor na produção científica, com destaque para a problemática que caracteriza o emprego das metodologias qualitativas nos estudos organizacionais, considerando tanto as clássicas quanto as novas estratégias de pesquisa (grifos nossos).

Em 2014, sob a liderança do professor Sérgio Boeira, esse descritivo sofre pequena alteração (em negrito) para acolher questões ligadas à teoria da complexidade de Edgar Morin:

Congrega trabalhos de cunho epistemológico ou metodológico com foco exclusivo nos estudos organizacionais. A concepção de epistemologia é contemporânea, **crítica e reflexiva**, ou seja, incorpora **o desenvolvimento da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Portanto, o diálogo entre diversas formas de ciência e de saberes é reconhecido como contribuição aos estudos organizacionais.** Acolhe-se, por exemplo, a sociologia da ciência envolvendo discussões sobre as dimensões e a natureza do campo científico, problemática sociopolítica dos atores, processos de produção e difusão do conhecimento. **São bem-vindas as contribuições da história, da antropologia, da psicanálise da ciência, da geopolítica do conhecimento (norte/sul). Visa-se à pluralidade hermenêutica dos saberes (locais/globais). Desenvolve-se uma paradigmática, uma ciência com consciência.** Espera-se que os trabalhos voltados para a vertente metodológica promovam discussões sobre o rigor na produção científica, com destaque para a problemática que caracteriza o emprego das metodologias qualitativas nos estudos organizacionais, considerando tanto as clássicas quanto as novas estratégias de pesquisa (grifos nossos).

Digno de nota é o fato da constituição do *Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*, cuja primeira edição ocorreu em 2011, consolidando-se ao longo da década como um evento pioneiro em sua dedicação ao tema. Os trabalhos apresentados em algumas de suas edições ganharam dossiês específicos no periódico *Cadernos Ebape.BR*, e sua trajetória vem sendo objeto de reflexão e publicações de seu idealizador (cf. Serva, 2013a, 2013b, 2016, 2017).

Quando, em 2018, nós assumimos a liderança do tema de epistemologia da área de Estudos Organizacionais da ANPAD, por comodidade adotamos o mesmo descritivo acima, que vinha sendo utilizado desde 2014. Porém, em 2020, após reflexão conjunta sobre os textos e os pareceres acolhidos pelo tema em 2019, tanto no XLIII EnANPAD quanto no X EnEO, bem como considerando nossas experiências enquanto docentes e

pesquisadores, optamos por uma modificação em seu título e em seu descritivo. Assim, com vista a incentivar a qualificação da produção científica rumo à tão anelada autonomia e independência intelectual frente ao conhecimento estrangeiro que domina nosso campo acadêmico, pois, como mencionado, o diagnóstico que historicamente vem sendo feito sobre a nossa produção é o de que somos uma área que vive de empréstimos e de imitação, com grande dificuldade de superar o estado de dependência intelectual (Vergara, 2005), optamos por alterar o título do tema, que passou a ser *Epistemologias e Teorizações em Estudos Organizacionais e Administração*, e seu descritivo, que passou a ter uma justificativa que destacava a consolidação da epistemologia em nossa área:

Pode-se admitir com tranquilidade que o ambiente acadêmico nacional já assimilou a necessidade da reflexão sobre a produção do conhecimento científico a respeito das organizações e da prática administrativa. Ou seja, epistemologia já não é uma palavra estranha ao nosso vocabulário acadêmico, estando inserida como disciplina específica ou como tópico particular de discussão dentro de outras disciplinas que compõem as grades curriculares dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Epistemologia também é tema central de eventos científicos, como no caso do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, e diversas vezes já recebeu, por parte de periódicos da área, edições inteiramente dedicadas à sua discussão. No âmbito da ANPAD, o Tema foi criado em 2009, na Divisão de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EPQ), e, em 2010, na Divisão de Estudos Organizacionais (EOR). Esses fatos evidenciam que falamos de um campo específico do saber consolidado em nosso meio, embora ele possa receber um conjunto diverso de denominação, como Epistemologias da Administração, Epistemologia em Administração, Epistemologia nos Estudos Organizacionais, Epistemologia e Estudos Organizacionais, Epistemologia da Pesquisa ou, simplesmente, Epistemologia.

Além de uma reconfiguração de seu objeto de interesse temático:

Enquanto “estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos” (Japiassu, 1977, p. 16), a epistemologia é um lugar importantíssimo para o exame crítico de nossos próprio produzir ciências e saberes, auxiliando-nos, desta forma, na tomada de consciência crítica de nossa prática cotidiana. Merece, portanto, ser preservada no âmbito da ANPAD. A proposta é que o tema seja dedicado à epistemologia em suas várias denominações, particularidades e especificidades, mas vertidas preferencialmente para a reflexão sobre a produção de saberes e conhecimento científico dos fenômenos organizacionais e administrativos, ou daqueles que os contemple, de maneira que diálogos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares possam ser estabelecidos. Por isso o tema contempla contribuições de disciplinas como filosofia, história, antropologia, sociologia, semiótica, psicanálise, e de áreas como geopolítica do conhecimento. Ontologia e metodologia estarão incluídas, mas sob a condição de serem perspectivadas epistemologicamente, ou seja, elas importam ao tema enquanto objetos do

pensamento sobre os quais procura-se construir princípios, argumentos, hipóteses, procedimentos, resultados, interpretações e práticas, todos analisados criticamente pelas diversas abordagens ou correntes epistemológicas.

Como se pode perceber, a descrição da qual nos valem já estava mais alinhada à tese que apresentamos no início deste texto. Ademais, nossa intenção seria, antes de tudo, evitar o “epistemologismo” que por vezes se observa no campo e que tem levado a uma situação de esterilidade da capacidade de criação teórica e ao desvio da finalidade do exercício epistêmico. Ou seja, queríamos evitar os estudos pró-forma, que não contribuem para o aprofundamento da epistemologia, tão pouco para o desenvolvimento científico e tecnológico. Em síntese, ao percorremos essa trajetória em retrospectiva, refletimos que por mais evidentes que tenham sido os esforços formativos (inserção de disciplinas de epistemologia nos programas de pós-graduação de Administração do país), reflexivos (retomada de autores clássicos), produtivos (elaboração de trabalhos direcionados a questões de epistemologia) e coletivos-comunitários (inserção do tema no âmbito dos eventos da ANPAD e realização de diversas edições do Colóquio de Epistemologia), não conseguimos observar significativa atenção à epistemologia no campo da Administração brasileira nos termos de nossa tese de partida. Ou seja, percebemos o claro incremento quantitativo de trabalhos que tocam em questões epistemológicas. Entretanto, em sua grande maioria, nos parecem trabalhos passíveis de acolher a crítica que desde o final do século passado vem sendo reiterada (Bertero et al., 1999, 2005).

3. Teorização modesta e soluções metodológicas sob medida de nossos problemas

A relevância da epistemologia na prática de pesquisa social não é algo novo em si. Uma vez analisado o legado de autores como Marx, Weber, Durkheim, Wright Mills, Bourdieu e nosso Guerreiro Ramos, fica difícil ignorar a atenção e reflexividade que cada um deles dedicou ao modo como se propunham produzir conhecimento. Na medida em que avançavam com seus temas e (re)elaboravam seus objetos, eles se impunham reflexão sistematizada sobre como estavam praticando o ofício, ou mesmo sobre como

outros poderiam praticá-lo naqueles termos que se autodeterminavam. De modo mais ou menos explícito, tinham clareza de que não se é possível vir a ser pesquisador social sem se questionar e se aprimorar em seus atos epistêmicos.

A título de ilustração, vejamos o seguinte caso. No final de 1969, Guerreiro Ramos (2020) sistematizou em artigo de posicionamento (Viagem parentética I: Fenomenologia e Ciência Social), logo sucedido por dois outros (Viagem parentética II e III)³, o modo como vinha se relacionando com a fenomenologia e como esta corrente filosófica lhe inspirava. A partir de seu contexto, a Escola de Administração Pública da Universidade da Califórnia do Sul, assim registrou logo no parágrafo de abertura:

A fenomenologia chegou a nossa escola. E veio para ficar. Este é um sinal saudável da vitalidade intelectual de nosso corpo docente, bem como de nossos alunos. No entanto, estou inclinado a pensar que, a esta altura, é necessário definir precisamente em que sentido a fenomenologia pode ser útil para nossas atividades de ensino e pesquisa.

Se simplesmente substituirmos as palavras fenomenologia e escola por epistemologia e área, é possível encontrar, neste texto de Guerreiro Ramos, a mesma intencionalidade que aqui nos move e que procuramos inscrever na questão-título: o que queremos com a epistemologia? Mas antes de seguir adiante, é preciso fazer uma ressalva: do mesmo modo que ao estudar e se colocar como devedor da fenomenologia em sua redução sociológica, o sociólogo brasileiro não se via como um fenomenólogo; e, em nosso caso, longe está a ambição ou pretensão de nos dizermos epistemólogos. Todavia, se nos apresentamos profissionalmente como professores-pesquisadores, ao menos precisamos nos esforçar em questionar e aprimorar nosso modo de conhecer. Aqui, em particular, as implicações em termos de teorização (modesta) e de soluções metodológicas (sobmedida de nossos problemas).

Recuperemos mais uma passagem do mesmo texto, que somente agora vem a público e apresenta algo que acreditamos ser ainda hoje necessário à área:

Deixe-me enfatizar, no entanto, que, ao descrever suas reduções, Husserl frequentemente recorre a verbos como **pôr entre parênteses**,

³ Textos inéditos, traduzidos dos originais em inglês por Francisco Heidemann e Ariston Azevedo, a serem publicados no v. 14, n. I, da ReBAP - Revista Brasileira de Administração Política, 2021 (no prelo).

suspender, desconectar, não colocar em ação. Parece-me que esses termos são extremamente indicativos do que devemos fazer como cientistas sociais. Valendo-me da terminologia de Husserl, afirmei em outro texto que o procedimento metodológico essencial da ciência social é a **redução sociológica**. No entanto, a redução sociológica já não é mais uma redução husserliana. Seria um erro ou um contrabando indecente fazer uma tradução sociológica mecânica [...].

A noção de “redução sociológica” em Guerreiro Ramos é o modo como teoriza sobre sua própria prática, denominando um “procedimento metodológico essencial”. No trecho acima, fica claro que tal elaboração é fruto de apropriação seletiva e ressignificação da “terminologia de Husserl”, em função dos seus interesses investigativos e políticos. Se, por um lado, a redução sociológica não é o mesmo que uma redução husserliana, por outro, é um esforço de teorização sobre uma prática da pesquisa social em outro espaço-tempo.

Ao longo dos últimos anos, um de nós vem desenvolvendo pesquisa social periférica numa parcela específica do Agreste pernambucano (Sá, 2018, 2019a). Neste percurso surgiram algumas dúvidas em relação à metodologia (Sá & Mattos, 2016), uma interpretação do modo de produção científico e da metalinguagem de Pierre Bourdieu (Sá, 2015a, 2015b), pistas no sentido do desenvolvimento de uma abordagem epistêmica sob medida local (Sá, 2020) e algumas noções teóricas articuladas em função dos objetos de pesquisa construídos (Sá, Souza, Sousa & Leal, 2020).

Em tal trajetória, procurou-se aperfeiçoar a condição do local no processo lógico- interpretativo, refletir sobre como poderia um pesquisador se libertar progressivamente de conceitos “ultramarinos” e avançar, por meio de aproximações sucessivas entre empiria e teoria, rumo ao máximo de autonomia possível. Ou seja, procurou-se atribuir relevância à experiência prática de pesquisa, que ao mesmo tempo fecunda e controla novas conjecturas teóricas, como meio para emancipação do pesquisador (Sá & Mattos, 2016; Sá, 2019b)⁴.

⁴ Partindo principalmente das contribuições em epistemologia da ciência a partir dos anos 1960 do século passado, em particular da crítica aos pressupostos intocáveis da ciência convencional e a necessidade de atenção para os diversos limites socioculturais e históricos do que se diz ser produção de conhecimento (Vessuri, 1991) e da pragmática da linguagem a partir do segundo Wittgenstein (1999).

A partir disso, e por meio do diálogo travado pelos autores deste texto, construímos um consenso que aponta para a teorização como uma atividade de elaboração de linguagem articulada sobre o social. Atividade esta que (1) pretende suportar o entendimento, a elaboração e a explicitação de interpretações consistentes sobre tais fenômenos e (2) alcançar o reconhecimento dos pares atuantes numa comunidade acadêmica como tal, ou seja, como teoria válida. É totalmente dependente da epistemologia, uma vez que o modo como fazemos nossas pesquisas determina se e como teorizamos.

Ao mesmo tempo, um esforço de teorização serve para orientar e organizar o trabalho de pesquisa teórico-empírico. Os conceitos-termos-noções gerados nesse processo servem para articular, sustentar e dizer uma interpretação consistente, um argumento também teórico-empírico, ou seja, que se constrói com insumos de ambas as naturezas, entretanto, não é somente um nem outro. Trata-se, *a priori*, de uma elaboração que pretende dar conta de um novo objeto-problema.

Em síntese, o que chamamos de teoria é o produto de uma prática social (Mattos, 2003), como diversas outras que criam linguagem. No caso desta, pode ser mais pertinente chamá-la de esforços de teorização, ou simplesmente teorização. A adjetivação modesta se dá em decorrência do alcance explicativo pretendido, o objeto-problema que demandou esforço de elaboração teórica. Não há qualquer pretensão de generalização de tal criação; ela serve à problematização que a engendrou. Um movimento de investigação teórico-empírico num determinado espaço-tempo, podendo servir *a posteriori* apenas como referência, inspiração ou noção-guia de partida.

Do mesmo modo, por soluções metodológicas sob medida de nossos problemas, entendemos iniciativas que promovam inovação em estratégias e métodos, em função das demandas que campos empíricos específicos impõem à pesquisa social periférica. Tais tipos de soluções precisam articular o que se tem conhecimento em termos de técnicas de pesquisa, com as especificidades enfrentadas por pesquisadores em campos um tanto particulares e distintos, por exemplo, daqueles contemplados nos manuais de metodologia. Afinal, há metodologia estabelecida que possa ser

replicada em estudos sobre o campo dos negócios e do trabalho informal no Brasil? E das organizações criminosas que propagam *fake news* nas redes e mídias sociais? Ou mesmo sobre os traços definidores da escrita de um relato de pesquisa no século 21?

Se, por um lado, após quase duas décadas de presença da temática de epistemologia em nossos eventos e de sua elevação, nos programas de pós-graduação em administração, à condição de disciplina formativa de mestres e doutores, não nos foi possível perceber, na produção direcionada ao tema *Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologia nos Estudos Organizacionais* no biênio 2019-2020, reflexos desse esforço de institucionalização da epistemologia, de outro, ao expandirmos o horizonte e olharmos para a produção recente de pesquisadores atuantes em nosso campo, é possível observar e destacar, a título de exemplos: (a) inovação teórica, na noção de gestão ordinária (Carrieri, Perdigão & Aguiar, 2014; Carrieri, Perdigão, Martins & Aguiar, 2018), na de administração política (Santos, 2006), no conceito de economia política do poder (Faria, 2004) e na proposta de administração pública societal (Paula, 2005); (b) inovação metodológica, na problematização em Meneghetti (2019), no desenho metodológico de Meneghetti & Stefani (2020) e na proposta de método hipotético-argumentativo de Azevedo & Grave (2014). Essas propostas conceituais e metodológicas podem servir como inspirações e referências internas que estimulam e desafiam o avanço de nossas práticas de teorização e de geração de soluções metodológicas próprias.

4. Ponto de chegada (ou “Diagnóstico”)

O breve resgate histórico da trajetória do tema “epistemologia” em nosso campo, bem como a dificuldade – que encontramos enquanto estivemos à frente do tema (2019-2020) na divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD – de identificar e reconhecer trabalhos que apresentassem esforços dos pares em tal sentido, nos motivou a consolidar e registrar a seguinte autocrítica coletiva: por não conseguirmos transformar nossos esforços de estudo de epistemologia em capacidade de ressignificação, reconfiguração e aprimoramento dos modos como acreditamos produzir conhecimento na área, também temos, enquanto campo, dificuldade para

realizar e explicitar esforços de teorização, bem como para encontrar soluções metodológicas inovadoras sob medida de nossos problemas.

Práticas problemáticas recorrentes entre nós já amplamente criticadas por meio de termos como mimetismo, formalismo, transposição inapropriada de conceitos, (re)produtivismo etc., em maior ou menor medida, estariam sendo alimentadas pela nãoobservância radical da episteme (enquanto modo de produção de conhecimento colocado em prática) mobilizada por autores tão presentes nos referenciais teóricos dos trabalhos que se apresentam na área, porém não tomados como referências de um *modo de atuação em pesquisa* que pode inspirar a criação de outros potencialmente férteis, como foi ilustrado pelo caso de Guerreiro Ramos.

Talvez, se nos permitirmos o tempo necessário para investimentos neste tipo de reflexão e aprendizado, possamos ir mais além de dois lugares comuns: a aplicação da teoria X no caso Y e a tentativa de uso asséptico das técnicas padronizadas e propagadas por meio de manuais de metodologia. Afinal, ainda hoje seria epistêmico o salto qualitativo que urge acontecer em nossa produção? Acreditamos que sim, e é justamente isso que queremos da epistemologia.

Por fim, no plano individual, é válido pontuar que para atuar em pesquisa social de modo minimamente esclarecido, um possível caminho decorrente deste posicionamento é:

- (a) esclarecer-se bem sobre o que se quer fazer no curso da ação de pesquisa;
- (b) e assim dar sustentação ao que se segue fazendo;
- (c) o que possibilita dizer bem o que fez, para poder proferir e defender seus resultados.

Referências

- Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de filosofia* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Azevedo, A., & Grave, P. S. (2014). Prolegômenos a toda administração possível: administração, o que é isto? *Revista O&S*, 21(71), 695-712.
- Azoubel, M. S. (2017). Considerações sobre o dogmatismo teórico no behaviorismo

- radical. *Revista Brasileira de análise do Comportamento*, 13(2), 19-27.
- Bhaskar, R. (2008). *A realist theory of science*. London: Routledge.
- Bertero, C., Caldas, M., & Wood JR, T. (1999). Produção científica em Administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, 2(1), 147-178.
- Bertero, C., Caldas, M., & Wood JR, T. (Orgs.). (2005). *Produção científica em administração: o estado-da-arte*. São Paulo: Atlas.
- Bunge, M. (1980). *Epistemologia: curso de atualização*. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Carrieri, A. P., Perdigão, D., & Aguiar, A. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração (FEA-USP)*, 49(4), 698-713.
- Carrieri, A. P., Perdigão, D., Martins, P., & Aguiar, A. (2018). Gestão Ordinária e suas Práticas: O Casoda Cafeteria Will Coffee. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12(1), 1-13.
- Cunha, P., Heinzmann, L., & Silveira, A. (2010, setembro). Epistemologia: um primeiro olhar sobre o ensino nos programas de doutorado em administração e ciências contábeis e a produção científica no Brasil. *Anais do XIII Semead – Seminários de Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 8. Recuperado de <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/491.pdf>.
- Faria, J. H. (2004). *Economia Política do Poder* (Vols. 1-3). Curitiba: Juruá.
- Guerreiro Ramos, A. (2020). Viagem parentética I: Fenomenologia e Ciência Social. *ReBAP - Revista Brasileira de Administração Política*, 13(II).
- Japiassu, H. (1977). *Introdução ao pensamento epistemológico* (2a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- Japiassu, H. (1981). *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mattos, P. L. (2003). Teoria Administrativa e Pragmática da Linguagem: Perspectivas para Problemas Que Afligem as Relações Entre Acadêmicos e Consultores, Educadores e Educandos. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, 7(2), 35-55.
- Meneghetti, F. K., & Stefani, D. (2020). *Intolerância: uma análise sobre a realidade brasileira*. PortoAlegre: Editora Fi.
- Meneghetti, F. K. (2019). *Organizações Totalitárias: Esquadrões da Morte, Tribunais do Crime e oHospital Colônia de Barbacena* (1a ed.). Curitiba: Appris.
- Meneghetti, F. K., Guarido Filho, E., & Azevedo, A. (2014). Por que ler os clássicos no ensino e na pesquisa em administração? *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, 18(5), 695-709.

- Paula, A. P. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Sá, M. (2015a.). *Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste* (Tese de doutorado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sá, M. (2015b.). Construtivismo bourdieusiano como linguagem: Uma interpretação pragmática. *Revista Configurações*, 16, 115-128.
- Sá, M. (2018). *Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios agreste*. Recife: Editora Massangana-Fundaj.
- Sá, M. (2019a.). *Feirantes: quem são e como administram seus negócios* (3a ed.). Recife: Editora UFPE.
- Sá, M. (2019b). Em busca do impacto perdido? experiências significativas com sentido local em pesquisa ensino e extensão. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 365-399.
- Sá, M. (2020). Experiências agrestinas: pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 60(2),120-130.
- Sá, M., & Mattos, P. L. (2016). De Pequenos Negócios de Feira à Metodologia Científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(7), 605-644.
- Sá, M., Souza, D., Sousa, J., & Leal, B. (2020). A comunidade artesã do Alto do Moura no século 21: Tensões emergentes em um espaço social local em transformação. *Política & Trabalho(UFPB)*, (52),178-195.
- Sá, M., Alcadiyani, R., Azevedo, A., Rigo, A.S., & Saraiva, L.A.S. (2020). De onde viemos, para onde vamos? Autocríticas coletivas e horizontes desejáveis aos Estudos Organizacionais no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 60(2), 168-180.
- Santos, R. S. (Org.). (2006). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Serva, M. (2013a.). O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da Administração? inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. *RGO - Revista Gestão Organizacional (Online)*, 6, 51-64.
- Serva, M. (2013b.). Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 11, 500-502.
- Serva, M. (2016). A Contribuição do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência ao Campo da Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 14, 1-11.
- Serva, M. (2017). Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, 15, 740-750.
- Vergara, S. C. (2005). *Estudos organizacionais: a produção científica brasileira nos anos*

1990. In C. Bertero, M. Caldas, & T. Wood JR (Orgs.). *Produção científica em administração: o estado-da-arte*, pp. 35-49. São Paulo: Atlas.

Vessuri, H. (1991). Perspectivas en el estudio de la ciencia. *Interciencia*, 16, 60-69.

Wittgenstein, L. (1999 [1953]). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural.

Posthuman animality: bioeconomy, sustainability, and ontology of the animal

Edgar Varela Barrios*

Abstract

This paper addresses the issue of the valuation that, from the human side, is being made of the condition and status of the animal, including the very valuation of the human being as a human animal. We witnessed a severe revision of this animal status. In all these areas, we are dealing with theories, research, and postulates that have a convergent point of reference, that of challenging and criticizing the role of the man who has continued to pose himself as the measure of all things. This paradigm, the dominant instrumentalized anthropocentrism, has been sustained since our civilizing origins in the expansion and dominion of the human over the non-human natural. In this sense, post-humanism and post-modern theories break with this tradition, since they consider the importance of the animal in the development of society, as well as the issue of public policies developed today for animal protection and are oriented towards environmental sustainability.

Keywords: the human animal, posthumanism, anthropocentrism, bioeconomy, public policies.

Resumo

Este artigo aborda a questão da avaliação humana da condição e status do animal, incluindo a avaliação do ser humano como um animal humano. Estamos testemunhando uma revisão severa deste status animal. Todas essas áreas, teorias, pesquisas e postulados têm um ponto de convergência, o de desafiar e criticar o papel do homem, que continuou a se ver como a medida de todas as coisas. Este paradigma, o antropocentrismo instrumentalizado dominante, tem sido mantido desde nossas origens civilizacionais na expansão e domínio do humano sobre o natural não-humano. Neste sentido, o pós-humanismo e as teorias pós-modernas rompem com esta tradição, pois consideram a importância do animal no desenvolvimento da sociedade, bem como a questão das políticas públicas que agora estão sendo desenvolvidas para a proteção dos animais e que estão orientadas para a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: animal, humano, pós-humanismo, antropocentrismo, bioeconomia, políticas públicas.

* Ph.D. in Management from HEC - Université de Montreal. Master in Andean History and philosopher from Universidad del Valle (Cali, Colombia). He is currently serving as Rector of this University. He is president of CRULA (Conférence régionale des Recteurs des Universités Latino-Américaines), an affiliate of AUF (Agence Universitaire de la Francophonie). He is Regional Vice-President of IASIA/IIAS (International Association of Schools and Institutes of Administration), for Latin America and the Caribbean.

1. What are animal studies about?

In this paper I will critically analyze the contributions and references produced from the self-styled Animal Studies, a current of the last forty years, which began even without so many philosophical pretensions, being rather reactive and militant. In this postmodern line, after the emergence of the Animal Studies, several authors, (Agamben, 2003, 2005; Derrida, 2008; Wolfe, 2010; Braidotti, 2015) have reformulated the interrelation and connection between man and animal, with the idea of achieving the reconciliation of man with his animal nature.

That reminds me of the debate, which is central today, on the role of man, who continues to see himself as the measure of all things. Since our civilizational origins we have witnessed the expansion and domination of the human over the non-human natural. One of the strong and fertile points of postmodern theories consists precisely in the critique of the aforementioned thesis of Protagoras.

This has a direct impact on the field of public policies. In effect, public policies have made different regulations regarding animal life, fauna, and flora, establishing regulations against species trafficking, licenses, genetics, and its rules, bioeconomy, and its regulations, biotechnology, pet captivity, zoo, and natural park management.

These public policies have been built from a first modernist rupture of the bio-natural, with a second stage, evolutionism, which becomes more complex in a third movement, that of the reinvention of the living, and nature (Haraway, 1994). However, in these three phases, the animal was always based on a long-lasting paradigm, which persists. Where the human configured the animal from policies that rationalize and justify its exploitation, based, above all, on bioeconomic production. Thus, the key to these new policies has been the social formulation of the channels of human action, in terms of obligations from and in the State, concerning the civilizing mode of being (see in this regard, above all: Singer, 2003; González Valenzuela, 2017; Cortina, 2017).

This anthropocentric ideology has been sustained since our civilizational origins in the expansion and domination of the human over the non-human natural. However, this paradigm has been progressively questioned for several decades. In particular, under postmodern perspectives, there is today a closer approach to the natural. The relationships of humans and nonhuman animals are embedded in a much broader framework of relationships - individual and collective. These relationships will usually be classified under the heading: human-nonhuman. This also contains the interaction of humans with objects, techniques, procedures, regulations, plants, works of art, divinities, materials, molecules, nanoparticles, viruses, architectures, and many other forms of the nonhuman¹.

Human beings are largely constituted by these multiple relationships and this paper specifically explores these human-nonhuman interactions between humans and animals-nonhumans. Animality is an element that characterizes and marks the human in innumerable ways. In many aspects, we recognize and positively value such (human) animality when we speak, for example, of athletic virtues, physical endurance, speed, elasticity, precision, reaction capacity, strength, vitality, physical and sexual potency, in short, everything that corresponds to our animal materiality. On the contrary, these physical or animal capacities are looked upon with suspicion, suspicion, or simply put aside when we emphasize spirituality, surrender to the divine, the obligation to renounce the earthly, the "temptations" that religions such as Christianity condemn as sin and that are linked to the overflowing of the animal irrational. From this recusation of the *bio-*

¹ In this regard, see the book "*Humains non humains*" by Sophie Houdart and Olivier Thiery (2011), which contains more than 40 articles by various authors, experts in multiple disciplines who present studies, questions, and proposals on these multiple relationships that are generally assumed from an empiricist perspective. As stated by Houdart and Thiery, these studies are increasingly necessary, especially those of an ethnographic nature, to "repopulate" the humanities and social sciences by exploring a wide variety of relationships and interactions between humans and non-humans. In the field of organizations, the impact of the constantly renewed human-nonhuman animal relationships marks the reality of man in all its dimensions and many of the characteristics of organizations. For example, the emergence and growth of vegetarian and vegan consumers have substantially increased the number of companies dedicated to the production of food according to these tastes and has also promoted the proliferation of restaurants, influencers, sports, aesthetics and health companies that use as a background a whole culture of consumption of "healthy food".

humano, lust, gluttony, and laziness emerge as negative conditions that mark our material or animal being.

A dramatic change of attitude towards the animal is evident. Above all, from the footprint of the critical philosophy around the figure of *homo sapiens*, as a defining referent of the relationship with the animal. That is to say, from the critique of the decentering of the animal in the perspective of man as a figure of superiority before animality. This approach has been adopted and naturalized by the technical sciences and by the critical views of traditional humanism (Castro, Castro, & Morales, 2013; Wolfe, 2010). A key element emerges when talking about the animal and the living vital, since this renewed critical view of the relationship between humanity and animality, is inspired by and relaunches in postmodern contexts some of the strongest bases of the vitalism of the nineteenth century.

If we review the phylogenetic origin of the term animal, we see that it comes from the old Indo-European languages. Thus, the animal comes from the root *anmo*, which means precisely that which is animated, that which is impelled towards the vital by some force from which life emanates. This gave rise to a certain conception that the animal has movements by an *anima* that moves it. A force that in certain cults or religions has certain denominations. In the Christian religion: the *anima* or the soul; in Hinduism, the *prana*; and in the East, the *Ki (Chi)*. This force that nourishes the living is expressed in a religious form in these currents, in terms of a sort of cosmic balance. In this direction, this type of elaborations expresses a certain vitalism, which includes animality and animals as anthropomorphic representations (Calvo, 2019).

Reflecting on this subject, I have reread the literature on animal rights, and I find plausible criticisms and claims about the current status and condition of animals. Especially in this era of unbridled productivity, bioeconomy, zoos, pets as mega businesses, and the inclusion of certain domestic and non-domestic animals in the lives of human families. However, how viable is this issue: Since the rationalist discourse, about five centuries ago, there has been a sharp separation of the human from the

animal. In this sense, I could cite terms such as the beast, or bestiality, which we use to refer to animals. Terms such as wild beasts, ferocity, monsters, monstrosity, and a series of archetypes, such as the wolf, as a figure of evil, in the tales of Little Red Riding Hood. Figures rooted in cultural and literary traditions, such as the wolf as a threat to village society; the lion as an image of strength, or virility, and as a prototype of the king.

These archetypes are culturally constructed clichés. Likewise, in biblical stories, the serpent appears as an animal that intrigues and introduces tares. Stereotypes of the first hierarchy of animality: such as the dog as a faithful friend; and the cat, as noble and independent. Although today, there is the possibility of rethinking the discussion in a sort of self-criticism of the pure and simple relationship of the dominance of the human over the animal. And in a broader context, by reviewing the relationship of the dominance of the rational over the biological.

A relevant characteristic of our time, in this type of relationship, prioritizes animal rights as a postmodern movement. This, from a certain posthumanism, moving away from the man as a Cartesian rational subject, to return or try to find the foundation of the human in the Bios. That is, in the common animality of the man with the rest of the living species, in particular, with animals. Some of the post-humanist authors go beyond a classical zoological perspective. It is not a question here of animal zoology of the type that characterized classical biology, but of studies that work from ethological perspectives. I do not mean to say that only the natural human is capable of creating forms of social cooperation that go beyond the purely natural. But our species is the one that, at least on planet Earth, as far as we know, has a greater capacity. Moreover, it has, since human culture, an upward learning curve.

I do not consider that there is -properly speaking- such a thing as animal rights. Among other things, because rights are claimed by those who possess them. Rather, what exists is a construction of self-limitations and self-regulations of what humans have the right to do with nature, and, in this specific case, with living nature itself. The expansive literature on animal rights is based on the adjudication, always human, of rights

that human beings should recognize, out of self-awareness and self-limitation, in the face of the subordinate condition of animals, in the face of the various humanist civilizational schemes.

The right does not belong to animals, but animality. But without making an ideologized construction on life. A human ethical principle, which is neither transhuman nor posthuman (since contemporary technical science installs it as an urgency) has been the principle of precaution and anticipation, to guarantee self-sustainability, even of the species itself on the planet. This postulate is based on a humanist assessment. This one is radically different from traditional anthropocentric humanism. What has to do with respecting life, the diversity of flora and fauna, and the coexistence of human beings with other species. This is strongly affirmed, even to place moral rules on things that are inevitable for human beings, such as meat consumption, or the cultivation and exploitation of animals in the terms in which we are culturally installed, which are part of an inevitable predatory logic. We have to eat someone or something, be it fauna or flora. The non-intervention from the human on the animal or vegetable is unthinkable if we consider that our species must survive on the planet. The same happens with the rest of the living species. However, the issue is more: what are the rules that respect a kind of dignity of the animal and the animal-human, compared to non-human animals? This is one of the most interesting issues proposed by Animal Studies.

2. The animal spheres

The significance of the animal has many fronts and man has never been apart from it. Animals that were at the origin, in the phylogenesis of animal-human development, were always animals of power; they were not only companion animals. The dog with its strength to accompany and defend. The elephant with its imposing power. It could never be thought that primitive men preferred to have a squirrel as a companion, but they were always animals of power to be able to amplify, grow and dominate. On the other hand, it was always very important for the functionalization of the animal as a force, to place it at the service of the *Comunitas* and tribes. Therefore,

the animal played a key role as a producer. It was not domesticated in the same way, in terms of companion animals; because bovines (oxen, cows, bulls...) have also accompanied and were the main elements of domestication in terms of size and productive efficiency. The cultivation of these animals, the harvesting of the animals, either at the end of their lives (as a meat sacrifice) or throughout their lives, with dairy and other types of products, including the case of oxen with their physical strength. Oxen and horses were tractors of traditional communities until the 19th century; as a productive force par excellence. Even horsepower (engineering horsepower) comes from horsepower, measured, transferred from the animal to the mechanical.

Traditional societies simply planted and consumed vegetables. This had to do with the mastery of technology by human beings. The fact that on the one hand we can consume animal food, and on the other hand domesticate and use animals shows us how we have depended on animals. It is not only sustenance in a utilitarian relationship but also in a relationship of dependence. For example, the horse for transportation, war, and protection; since the development of empires was linked to the horse as a force and technology for war and transportation.

In our times, for many people, their relationship with animals is no longer utilitarian but one of fraternity, solidarity, and proximity. In addition to this, there is an immense industry parallel to the human industry of care, feeding, nutrition, reproduction, commercialization of animals that are companion species, where capitalism, then, has a very strong force so that everything that happens in its spheres becomes a business. There is even a kind of infatuation -in many lines of thought- with animals. With pets, in a list that is growing every day. Pets are not new in modern or postmodern society. Domesticated animals have been human companions - canids and felids, falconry itself, hawks, eagles, and other species throughout human history - have become members of the extended family. Under the logic of domestication, humans have always conceived of animals as pets, toys, or amusement and have transferred feelings of appreciation and solidarity, identity. A different issue, however, is the

expansion of the companion animal in industrial and post-industrial societies, which goes hand in hand with the reduction of the large, patriarchal, extended family of kinship, rooted as a tribe - on the contrary, individualism, isolation, and loneliness have been deployed.

In contemporary society, there are many single-family families, with no partner, or with open and flexible relationships. With children who leave home at a very early age, as happens in industrial societies. Then the animal, whatever it may be, becomes a supplement to human companionship and family configuration. They can be the same animals as always (dogs, cats, birds), some new ones, under the exoticism, snakes, cockatoos, parrots, pigs, small mice, fish (...) that become a substitute company for the deficiencies, limitations or lack of human community building. It is the animal entering to occupy a space in the human and there enters the theme of fidelity. Of course, the relationship of human beings with their animals is a relationship of dominance. The human hierarchy over their pets is absolute, non-negotiable and what is expected from the pet is loyalty, subordination, and fidelity.

From the industrial point of view, these animals are not fed as animals have always been fed, but as postmodern humans. With concentrates, and with specific diets. Emerging with them all the paraphernalia of veterinary medicine. Of the treatment, and of the care of man over his pets. From the emblematic construction that is typical of the American culture, even from the Welfare State, of the companion animal. A successor of what in the nobility was the lady-in-waiting. The animal that is part of the family, that is included in the family portraits, that when it dies is given a human or proto-human farewell ceremony.

Not only concerning pets but also to the meat industry itself in its different variants. With poultry, chickens, cattle, bovine animals. Animality that does not even deserve the epitome of the enemy, but is simply ignored and placed in the function of a pure and simple instrumentality. Which, in the last two centuries, has become an enormous industry. Cf. the discussion on cattle, poultry, and other animals that are

mercilessly exploited. In this sense, Agamben (2017) speaks of the concentration camp to refer to Auschwitz and to the thesis - which I believe extreme - that for liberal democracy its content is the concentration camp. This seems to be exaggerated, even if there is discipline, control, and other issues that we have to discuss in modern and postmodern societies.

On the other hand, the field of concentration par excellence is that of the meat industry: containing birds in captivity, illuminating them for 24 continuous hours, reducing their mobility, and shortening their life span according to productivist logics. Including biotechnology applied to genetics. The genetics that insufflates the production of animal meat mass. What is really domestication of exploitative type, in farms, large estates, and industrial plants, where the human takes advantage and benefits from the animal, in terms of its consumption. About animal rights, debates are postulated on how to slaughter cattle, chickens, etc. with moral questions on the inhuman and anti-animal way in which these species are reproduced in captivity to be slaughtered and consumed by the species that dominates: man himself.

It is also a recognition of the value and importance of animals from the point of view of genetics and pure and simple scientific research. Emphasis on hitherto undiscovered qualities of these. In a cultural process of relative decentering of the human, of man as the titular figure of the living nature. In this way, animals that accumulate aggregations are studied socially. From Mandeville's bees in the 18th century to the studies on gorillas, primates, and forms of social relationships of canines or felids. A classic theme of this literature is revealed from another point of view: the complex relationship that exists today between animals and human beings.

Also, the animal is seen as an object of ludic exploitation and entertainment. V gr., in bullfights, cockfights, and poultry fights, dog fights, etc. We are used to going to

zoos open to the public, which have existed since the middle of the 19th century as places where animals are exhibited in captivity so that we humans can pay to see them.²

The zoo was a form of the captivity of a commercial exhibitionist type, an industrialist innovation of the mid-nineteenth century. From that time to date, zoos have changed. In the past, they were pure and simple captivity. Today they have a more open scheme, of conditioned freedom -we could say- to simulate or recreate, in smaller scales, the natural environments of the animals. Nature reserves are zoological parks *in situ*, but they are still zoological parks, because man, due to the expansion of agricultural and human frontiers and demography over the territory, has restricted and confined many of these species to a condition where they are preserved as living objects in danger of extinction or in danger of extinction, which in the end do become extinct, but not totally, since a few illustrative samples of the annihilation of the other species are preserved.

Studies on animality also incorporate ethology and recognize a degree of animal consciousness, intelligibility, and sociability even in fields in which the frontiers of biological sciences have not finished exploring them (Lorenz, 1975; Morris, 1968; Tinbergen 1972). As in communication relations: communication that is no longer only human, of the human being who communicates with his peers through language, symbols and other languages. But animal communications are studied at length, of which until a few decades ago very little was known, but today this has been more documented (Fossey, 1985). How do animal groups of canines, felids, or even how do animal species that do not mix naturally relate to each other? Developing communication ethos mediated by the relationship with the human family, as an extended family. This is the

² Others have become more sophisticated by reproducing wild spaces, but, in general, the zoo is based on captivity, where what has been attenuated, due to the criticisms of animalistic tendencies, have been the conditions of captivity. Those that every day try to simulate natural habitats more and more. However, this is not advocated for the benefit of the animals, but to captivate the users; so that the client is enjoying a more natural scenography, to see bears, lions, giraffes, apes. The same in butterfly farms, or aviaries, which are not places where captivity has been discarded. A new scenography has been put in place that has to do with the ability to persuade and sell the animal exhibit.

subject of ethology as a science of animal behavior, as an evolutionary process of transitions and complexities, in relation to their lives in society.

Collectivities and forms of associativity, even quite complex, that ethology and the sciences of biology have studied in detail, where there have been very significant advances in the last 150 years. However, the human being who shapes himself, in society or collective, does so by creating material forms, not only discursive, through language, communication, languages, or symbols, creating artifacts that theorists such as Marvin Harris have called material culture. For example, our cities have thousands of urban infrastructures, buildings, networks, and electrical energy ducts. We are in an artificial world of electric light and continuous nightlife, sophisticated and complex, created by man.

Moreover, animals have learned to coexist with man, who has created civilization and sophisticated material culture. In a typical city, there are species of mammals or birds that have adapted to human life without becoming domesticated. I am not talking about domestic animals, but about birds, parrots, and other predatory species of man's productions such as rats, sparrow hawks, and pigeons. They even become an endemic problem in the cities because of their capacity to reproduce without the natural regulation of the fight of all against all that characterizes this world.

So, also animals are able to relate and articulate with man. For example, learning to live with the human night of the last two centuries. An illuminated night, not the natural night where at sunset the possibility of continuing with productive practices disappeared. We are totally accustomed to having totally productive nights since the industrial cycle at the end of the 19th century became 24 hours long. The heaviest industry: 24 hours in the 365 days of the year. Non-human living species have also learned to adapt to this. This tradition of several millennia, anthropocentric in character, of which we are the standard-bearers, following the biblical 'grow and multiply', has implied the domination of the human over the natural. This has been taken to extremes, which today we observe critically because they affect us, made from a utilitarian and

rationalist logic. Criticism and voices of alarm about the disappearance of the genetic banks of flora and fauna. Or about global warming and the loss of the quality of life of human beings in large cities.

We recognize from ecological and environmentalist discourses that what we are doing as a species is not destructive of the planet; because the planet does not care what happens to the species; the planet does not exist; it is not a subject - the Earth has no brain and is not thinking about itself. This is an anthropomorphizing of the planet and even a religious ideologization in terms of terrestrial discourses of traditional communities. Or in millenarian terms, by postmodernists or fundamentalists who claim the Earth god. Gaea as a great womb or mother approaches with a certain kind of romanticism. I do not think this is the core issue. The planet does not care what happens to itself. It has no thought, no brain, no reflection. It is a natural substrate in which human beings live and build our sociability, reflections, and symbology.

It is a matter of revising or adjusting, even in a partial and limited way, what the industrialist human condition has built for a long time. Now, from a human ethical discourse - not animal ethical discourse - but the human ethical discourse about animals, questions are being asked and questioned. V. gr, thus public policies are reformulated, which regulate and control the forms of an exhibition in zoos. This implies militancy so that these animals are released, restored to their natural condition. Or repair them with some kind of therapy that allows a dignified life for the animals outside of captivity.

3. Bioeconomy and animal studies

I go to the next thicker point, even in terms of numbers or impact, which is all that the industrial economy implies about the animal and the living. Which now has a sophisticated name: Bioeconomy. Or the economy of the living. However, this is not new. For we humans have been domesticating animals for millennia, raising them to eat them, to use their skins as hides and clothing, their bones, their blood, etc. The companion animal is one of the most important areas of business and the bioeconomy

today, and this is a point worth emphasizing. This is atavistic and constitutive - in general - of our civilizations.

The history of our civilizations is a history of progress, with wars and many problems, but in general, from the point of view of material culture, for several thousand years we can trace ascending parables from the traditional societies of bushmen, then nomads; then there was the transition of human beings to sedentism: the domestication of nature. Because it was key to domesticate animals and plants. Fauna and flora no longer became ends in themselves but ends for man.

Human culture through agriculture and cattle raising were the two great sources on which human civilization was sustained, relying on the natural, giving it a form and an organization that was not in the state of pure nature. The passage from hunter-gatherer to sedentary human communities that can live and accumulate wealth and resources from agriculture, livestock, exploitation of forests, water regulation. In short, fulfilling the program of dominating nature, using it, and instrumentalizing it.

Humans, as Animal Studies makes explicit, have been doing this since the beginning of time with plants and animals. Manipulation to obtain better horses, dogs, cats, agricultural species, or types of seeds did not only begin one hundred and fifty years ago with the appearance of genetics. Through trial and error, and through long-term learning, human communities have been changing their way of animal husbandry in different ways. From the use of the living to domesticate it and convert it into an economic scheme of exploitation, subsistence, and even wealth.

See under this framework empires, and tax regimes. The history of humanity is a history of domination, control, and domestication of nature. Both in mining, and in the exploitation of forests, and in the exploitation of animals and their confinement. It is part of the preeminent situation that as a species we have over the rest of the living forms. At least over those, we can control. In contrast, there are some that we cannot, such as viruses, mice, and flies. In short, species that survive and have articulated

functionally and together with the human being, which qualify them as pests, noxious or harmful factors. Although we have not destroyed them. On the contrary: they have been included in the civilizing process. Not from the reflexive point of view, but from the natural adaptive in front of the socio-cultural and technological nature that human beings have created.

Life in relation, says Agamben, would be the basis of the redefinition of biopolitics. This implies the rivalry or split between vegetative life versus organic life. This distinction is based on the notion of nourishing. In this way, life would not be defined in itself but in its relations and exteriority. This perspective implies a vision that has been installed in the analysis of biopolitics referring now to the non-human living. This is mainly, as we have already seen, in terms of domestication and domination, of economic usufruct, of bioeconomy. In the case of man, this would imply a separation or rupture between human animality, which would have a vegetative organic character, and the same political animality that would transcend it. Incarnation and reincarnation.

On the other hand, there emerges a recusation of the predatory abuses of the human over the living from the domestication of fauna and intensive economic over-exploitation, under a strong and devastating techno-scientific rationality that converts animal life, which man has used for his benefit, into incessant and infinite productivity. This has been questioned and ethical grounds have been raised concerning the human exploitation of domesticated animals for consumption. This is the case of meat production, with poultry subjected to indefinite illumination twenty-four hours a day, which forms vexatious to the nature of living beings. There is also criticism of the manipulation of the living using biotechnology, transgenics, and other forms of utilitarian genetics that modify animal nature for the exclusive benefit of industrial productivity. Even if humanity itself: more meat, better meat, more food, faster productions with accelerated growth, etc. Or in cheaper and more efficient terms, subjugating the animal condition.

From Animal Studies we talk about a kind of protection of animals and ecosystems in general. Of the stability of ecosystems in the face of man. It can also constitute a development of ecology. As it happens from the eco-environmental discourse. An eco-militant discourse, so to speak. I consider that, with the predatory character of the relationship between the human and the living, several conditions must be established. As I mentioned before, the predator net is an ontological feature, a characteristic of the living on our planet earth. There, no moral judgments should be made about such predatory character. The logic of the living natural must be understood in this way.

Not only from animals but also from vegetables. In the same sense, wheat could not be harvested to be made into bread. Consume chard or tomatoes. Because we would be manipulating natural-agricultural life to turn it into an instrument for our benefit. In reality, this is what we do. We use a rule of the natural. The ontological basis of the predatory character of the species. From which no one escapes in terms of life. Rather, the issue is one of the ethical discussions concerning ethical and moral limits that the instrumentalization of the human on the non-human living that has a utilitarian character, would have to build.

In this sense, the discussion goes back to the hypothetical situation posed by Hans Blumenberg-German (1983), philosopher, between *homo laborans* and *homo sapiens*. Of a homo that forcibly abandons the deep jungle to inhabit the plain, to see the savannah. And when such abandonment occurs, there is an upheaval in the psyche and in the conception of the proto-hominid due to the contrast of his being with the unlimited savannah that generates a beginning of anguish. Thus, when he observes the celestial vault, he notices that man finds the same animal that has pursued him and from which he has fled in the deep jungle; he finds it projected in space Blumenberg-German (1983)³.

³ When this leap occurs, other things are produced in him, such as the possibility of catasterism, which is to see an animal of the concrete life, reflected representationally in the firmament. Following this has

Agamben points out that the contribution made by the primitive is to unite the things of the earth with those of the sky, which is to unify how that which is always fixed serves me to orient myself -a sense of the cosmos- that *homo laboris* did not have before because he was in the middle of the forest where he could not observe or see and therefore could not determine that. But it is also worth noting that he is a being, who is forced to lead in the forest, by the same conditions, protection in the plain. In the unbounded savannah, he is unprotected and there are no longer several leaderships, but the leader begins to assume the guide.

4. Heraldry and the animal

Another interesting topic is that of heraldry. That is, certain groups of animals have become emblems of communities, tribes, and territories: eagles, bears, lions, jaguars, and other species are mostly used as symbols of domination and power. In their beginnings, tribes and territorial ethnic groups innovated using these totemic figures. They then moved towards a more political scheme of heraldry as an instrument and emblem of power. Kings, nobles, military men, powerful families, used animal heraldry in shields, representations, costumes, to manifestly exercise their superiority over the common people, as a rule of social hierarchy.

The herald has the attribution of representing the law, therefore, no one can harm him and he also generates *inmunitas*. In the Middle Ages, heraldry was made in function of war, since every king had his arms. Since the one who went out to fight was obliged to do it in the best forms of security -he had to have a series of attachments like the helmet- and to be recognized during the combat they used insignia. The one who made the insignia and shields was the squire, later called herald.

generated the indications for the orientation of man in his process of development, since it is through fixing certain asterisms (as a set of stars in the sidereal depths), concerning the animals that he sees, that serve him as an orientation and with this he begins to build the principle of proto-astronomy. This analogical relationship of similarity is rooted in the principle and will generate a different proposal.

Animal heraldry is expressed in terms of attributable things, capacities, and powers attributed to animals. The place and origin are also alluded to. Regarding heraldry, it is interesting to note that, looking at the function of the rat in Chinese legend, as a communicator, this same role is played by the herald, in the Middle Ages, and is represented by the figure of the page, in the card games that became popular in Europe. Thus, the herald (pageboy) in practice is the one who articulates and materializes the policy of the state.

From heraldry, a sort of highly differentiated taxonomy of animal values has been constructed. No longer exclusively from the point of view of their domesticity, of their practical and productive utilitarian function for human beings, but a political logic. Hierarchies, identities, and also the elaboration of a kind of pure negativity towards certain animal species that symbolize or represent evil or wickedness are introduced.

5. Animals in cartoons

It is also relevant to analyze the anthropomorphizing of animals from literature, which, although it has a long tradition, has developed a lot since the twentieth century with the invention of cinema, television, of the kind inaugurated in the thirties of the last century by Walt Disney. The so-called cartoons. The origins of this aspect of the use of animality as a function of moralizing literature are quite ancient. Since the Greco-Roman civilization, outstanding authors such as fabulists and moralizing writers used certain animals in their anthropomorphic stories, in pedagogical narratives.

Since the end of the Middle Ages and the beginning of modernity, many of these authors systematized and standardized stories and legends of popular origin. However, since the end of the nineteenth century, this literature had a passive boom when it was transmuted into the cultural conditions of child-rearing and the modern, mononuclear structuring of the bourgeois family. But, as I have already pointed out, it was the irruption of cinema and television that transmuted and amplified these tendencies of pedagogical and moralizing use of the animal from an anthropological ethical perspective.

With Walt Disney and the literature of cartoons, an enormously productive entertainment industry emerged with a worldwide cultural diffusion. The image of the animal has a moralizing character. And that later has become a cultural industry of recreational character. Comic strips, cartoons, and cinema where the animal is the focus of the narrative and representation, which produce entertainment, apps, video games, with animal species. In particular, see the cinema since the forties where the animal turned into comics or cartoons is an important component for the formation of children.

To this is added the child who has small animals such as the plush animal; all these species that we have mentioned that were heraldic and then are transmuted or devalued emblematically and representationally as animals that are companion toys, that are in the crib, in the bedside where they accompany the children. This is a subject that, as we have it so present today, - for example, the mickey mouse and others- we do not manage to distance ourselves from what it implies in terms of the representation of the animal and of an anthropomorphizing of the animal, evident in this type of narratives. Thus, the anthropomorphizing itself took a quantum leap. Not only the heraldic animals of the past with their negative and positive archetypal figures were staged. Now practically a good part of the fauna and flora are used and spread worldwide. What is radically transmuted is the perception of the animal from the human, reaching unimaginable heights of anthropomorphizing.

The key here is symbology, which, from theology and esoteric sciences, assumes from the human the representation of the animal. Including diverse versions of animism and animal spiritualism. In addition, to the projection, the transference, the symbolic representation of the secular and theological Power, which implies an interpretation from the human. of the living nature. Of the hierarchies between the human and the animal; of the hierarchies in animals about the social hierarchies themselves. That is, having as axis the power and the use of animals in political terms.

In short: the representation of animals, whether in heraldry, cartoons, literature, or myths, refers to the power of a historical past based on the virtues of the animal. The shrewdness of the fox, the strength of the lion, the sight of the eagle. No one has a snake on their coat of arms because in Christianity it has been demonized. In traditional society, the wolf was an enemy that competed with our meager resources such as livestock. The fox was also an enemy because it eats birds. Nowadays, in a plethoric society that no longer has to take care of livestock from its natural predators -simply because it has reduced them and because the industrial agricultural plantation or agro-livestock farming is of the enclosure, with high technology- that kind of threat of the animal is lost. And the wolf or foxes assume positive representational attributives of strength, cunning or, courage. Most of the time in highly anthropomorphized symbolism schemes.

6. The discussion of environmental conservatism and the preservation of life

A rigorous reflection must be made on what life is, since in many of these posthumanist texts, and the militancy of "Animal Studies" there is the assumption that life is a defensible value in itself. This type of discourse remains a prisoner of anthropocentrism. As a simple example: for the bird that is eaten by the cat, the value of its life - if it knew what it thinks and values - would be opposed to that of the cat; they are not summative. What one gains, the other loses. A predatory chain that the biology of the last centuries has explained. A life that eats or consumes life. The life that appropriates life for the subsistence of life. Such is the logic that reigns in nature. What for more than a century and a half has been called Darwinism, a debatable label, open to criticism when it comes transferring it politically to the social sphere.

However, I am suspicious of these moral disquisitions on biological life. Even if many other species are not mammals, with which we have a relationship of explicit contact and proximity; affinity, and domestication. I am referring to that other life, that of insects, microorganisms, etc. Life, in general, that is far from being reducible to animal

husbandry. Or to the zoology of the zoological park. Or to the productive or playful instrumentalization of human beings on the living. The living is not only a great species. Life is a much more diverse concept, as biology has been made explicit in a technical, detailed, and taxonomic way.

In this discussion, it is as if life were equal to a good life. As if it were not antithetical itself. I do not want to criticize the predatory condition of life, because this is a condition of nature. This is how life has been constructed among the different species. Part of that life is ephemeral. From what formal judgment can we judge that a butterfly is a caterpillar for many, many months and then lasts one or two days as a butterfly? Would we judge nature for the injustice of being a prisoner of the caterpillar figure to only briefly live the emancipatory life of the butterfly that can fly?

I make this semi-literary example to point out that these are anthropocentric forms and ideologies that go in a cultural ideological sense. They refer to the social construct of his life as a good life. And to discourses that are quite distant - even when they are politically popular - from what the biological sciences have documented and made explicit about the nature or ontology of biological life.

This is a point on which a good part of the discussions that one reads about perspectives such as animal studies take the wrong paths. They end up being prisoners without realizing, despite their reactive character, of the anthropomorphization of the biological. And of the specific, directed, and unilateral way in which the notion of the living is constructed from the human. This is explained to me by the logic of interest that human beings themselves have in the living. And above all about the living that we take advantage of. Thus, one could say that there is an ideology that rejects the living that threatens us: viruses, bacteria, microorganisms, and pests that are not pests in themselves. They are pests to us since they are themselves life. They live, and it has the logic of the living that in the biological nature of planet earth has been built.

On the other hand, another core issue in the contemporary debate is environmentalism, which has to do with the conservation or preservation of the non-human living, insofar as the human individual places himself as a collective subject, as *Humanitas*, formulating or establishing an ethical rule on which much work has been done in recent years. This rule is based on coexistence with other species. The fact that we have an inevitable predatory function does not imply a "license to destroy and annihilate other living beings, which are not of our interest, or against which our interest may be dominant and end up having no value whatsoever.

This is not a utilitarian argument, of the type: we need genetic banks of fauna and flora, therefore, let's conserve nature. Or at least portions of it in natural parks, in areas not yet intervened by civilization, such as the Amazon. As was the case of the impulse to the schemes of protected areas that the North Americans themselves invented, since the end of the 19th century when they created the first great natural park, Yellowstone. In a society that was still a long way away from the agricultural frontier. This could have been anticipatory utilitarian clairvoyance. Of course, we do not deny that human beings have a utilitarian function concerning the natural environment that must be conserved. In function of eventually using it without affecting it. In medical terms, for example, with research on medicinal plants or in purely scientific terms in the investigation of the nature of life. However, I consider that it is valid to raise morally from the man who deserves for himself his *Dignitas*, the principle of respecting life on planet earth. The diversity of flora and fauna, even if sometimes this is done for utilitarian reasons. About this issue, there is progress in various areas, including public policies that are protectionist of flora and fauna. For example, wild animals become suburban or semi-urban fauna.

In our days, we can testify that communication is no longer only for human. Animal communications, today has been better documented. For example, the way whales communicate in the oceans, groups of canines, felids or even how communications are made that were not of a natural type between animal species that

did not mix naturally. But that, if they mix in the environment of captivity and domestication: dogs and cats, pets of different species that become social cohabitants.

There would be around these topics, in communication, culture, values, solidarities, animal rights. And a strong mobilization in favor of these, as characteristics of post-humanism,⁴ in aspects that recover human animality. The old distinction between **Zoe** and **Bios**, where **Zoe** serves as the foundation of **Bios**. As an articulation of pure and hard natural animality with cultural animality.

These studies on animality include per se the generic animality, integrating the human-animal that relates to other humans and other species. Of animals, including man, with technology. But as posthumanism is ultra-rationalist scientism, insofar as it is, it has two aspects. That of going beyond the human, through artificial intelligence, digital machines. Not only the trans, because the trans would have to do with leaving the human, since there is an etymological difference that is conventional between posthumanism and transhumanism, to the extent that posthumanism does not deny the human, but looks at the complementarities, horizons, and unprecedented spaces that open up with the posthuman.

When humanism is challenged, it is not because of epistemological problems that have to do with a theory of the subject. Rather, it is done from the point of view of ontology. The promise of the Greco-Roman -and later liberal- humanitarianism model. The contemporary debate in philosophy reinstates the ideas of new human projects, in a more complex and sophisticated context. The Nietzschean arguments against the West and against the values that Western civilization has as a Greco-Roman Christian matrix are then observed. In this sense, Nietzsche has been recovered by many authors who reject humanism. Not only because of his nihilism. What can be perceived is that

⁴ See the recent anecdote of the photographer who disputed copyright against a macaque monkey who took a selfie. The dispute was whether the photo was a selfie owned by the macaque monkeys, or if it was the photographer. Which led to a long dispute. And a challenge from the photographer regarding his creativity, and copyright. Certainly, an animal in the wild would never take a selfie. The photo would not have been possible if the photographer had not placed a device in a natural environment, so that the monkeys, out of curiosity, approached, saw themselves in the image, and finally - as it happened - took group photos.

these contemporary thinkers consider humanism as a closed stage. They are not saying that there are no human beings. They are saying that human beings at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, finally recognize themselves as **Zoe**, with their bio animality and vitality. The one that is being transformed by science-technology because what was natural before, man transforms, instrumentalizes and modifies it. In this sense, the previous discussion of domestication, worked by Sloterdijk (2000), is transmuted by the production of the living because domestication was to place moral rules and social or political rules on the herd, and today it is about changing the herd, to make a transformative ontogeny of what the herd is. Sloterdijk (2000) defends the improvement of the species, this is one of the central focuses of this contemporary discussion: quantity of schemes, technologies, productive poietic systems of transformation of the living.

7. Conclusions

Life in relation (Agamben, 2006) would be the basis for the redefinition of biopolitics (Salinas, 2006; Lemke, 2016). This implies the rivalry or split between vegetative versus organic life. A distinction that is based on the notion of the nourishing. In this way life, would not be defined in itself but its relations and exteriority. This perspective implies a vision that has been installed in the analysis of biopolitics referring now to the non-human living. This is mainly, as we have already seen, in terms of domestication and domination, of economic usufruct, of bioeconomy. In the case of man, this would imply a separation or rupture between human animality, which would have a vegetative organic character, and the same political animality that would transcend it. Incarnation and reincarnation.

Agamben (2005) raises in his book "The Open: Man, and Animal", the possibility of the reconciliation of man with his animal nature. He also mentions the thesis on the end of history and the possibility that this implies - along the same lines - the reconciliation of man or animal and the dissolution of the frontiers between society and nature. The problematic question, according to Agamben, is the animal becoming of man,

in a social and natural historical process. It would be a matter of seeing the human being as a post- historical animal. The anthropological machine of humanism, according to Agamben (1996, 2005), disqualified the specific animal condition of the human being. It would be in this sense, the staging of a faceless Homo, or divine or bestial; but on loan. Not intrinsic. As if the other animals were beings without self-consciousness; in this perspective, Agamben reminds us of Linnaeus' thesis on human chameleon-like unclassifiable.

For Marx (1973), in the *Gundrisse* and several of his unpublished works, what would emancipate the human being would be free time. Non-work, leisure, and then return to the agora, to the Greek world. The Greeks were free citizens because they did not engage in work. While slaves, merchants, foreigners, the **metecos** did produce. The man was not fulfilled in production because it belonged to the non-human world. Of the physical animality that does not even have the stature of biopolitics, because using the diptych that Agamben (2005) reminds us of, it was more **Zoe**, as animality, than **bios**.

We use the problem of moral and legal limits for the rest of life, since we manipulate all kinds of living beings, even bacteria to produce drugs, etc., but we still do not have a clear threshold of resistance to transform human living beings in terms of birth and procreation. What is there today? There are: surrogacy, people who have money decide that they do not get pregnant, but pay someone else and make a contract and in the contract the child that is born does not belong to the biological mother but to a commercial contract; couples who decide to have borrowed offspring through this type of mechanism or others, this already exists and it is a valid, legitimate business that has the logic of the market. So, it is observed that it is not black and white because there is no manipulation whatsoever, there is an opening of the market business to issues that have to do with this type of device.

What is continuous or invariant: our biological character. Well, the man of today is the same man of seven thousand, eight thousand, or twenty thousand years ago. From the point of view of his DNA, his morphology, his biological structure, his way of walking,

and so on. This has not changed. It has been our biological invariant which, of course, can change, but over long durations of millennia. Just as a turtle today is similar to the turtle of a hundred million years ago. Just as today's ants are similar to those of three thousand years ago. Studies on animality have to do precisely with self-identity, to restore us to the condition of bios and to recognize us as such. To point out that man is there; and he has his interests and his validations from that anthropocentrism. It is not a total critique in which we can escape from anthropocentrism. We are *Anthropos*, and to the extent that we are *Anthropos* we think from the human. Ontologically, we do not think like ants, seals, or lions. As humans, we think in the seal, in the ants, and the lions. And we can even construct the ethics of animality and respect, not as intrinsic rights of animals but as rights that man grants them, even if they contain his rights⁵.

That is to say we seek, through the use of transdisciplinary research, to know and understand the behavior, codes, languages, of human and non-human animality. And the interactions between them. This is an ultra-rationalist scientific program, which tries to codify social relations, including non-human relations, between animals. Those of humans with animals. Those of man with himself and with his species. Those of humans with things and with nature. Those of animals with things and with nature. Nature is not understood as something intact, untouched, but seen as a reconfigured nature, mediated by human and animal communities and by the transmutations that human and proto-human technology itself has on nature, including artificial intelligence and expanding robotics. This is a subject where biological science and behavioral sciences are in exploratory stages. We do not even fully know the human behaviors themselves, from the point of view of scientific programming. Posthumanism is an ultra-rationalist scientism (Varela, 2018). It seeks, in the first term, to go beyond the human through artificial intelligence, and digital machines. It is not only about or trans because the trans

⁵ The idea that we are separate from the animal kingdom is still strong. In this sense, we have made very little progress. Some movements that vindicate the animal condition can be important in the media. Like the enemies of bullfighting, cockfighting, or the exhibition of animals in captivity. This has grown quite a lot and the media agenda gives visibility to certain issues. But I am pessimistic or cautious as to whether human beings in the post-industrialist and post-modern era will see this issue from a different perspective than that of the productivity rationality that is superimposed on animality.

would have to do with leaving behind the human, since there is a difference between posthumanism and transhumanism, insofar as posthumanism does not deny the human, but looks at the complementarities, horizons, and unpublished spaces that open up with the posthuman. At the same time, cybernetic posthumanism is not antithetical to the biologization of the human in techno-scientific terms. Therefore, the condition that man is an animal is still very distant in the cultural perception of the **Humanitas** of the 21st century.

References

- Agamben, G. (1996). *La comunidad que viene*. Valencia: Pre-Textos.
- Agamben, G. (2000). *Lo que queda de Auschwitz: El archivo y el testigo. Homo Sacer III*. Valencia: Pre-textos.
- Agamben, G. (2003). *Homo Sacer*. Valencia: Pre-Textos.
- Agamben, G. (2005). *Lo Abierto. El hombre y el animal*. Valencia: Pre-Textos.
- Agamben, G. (2008). *El reino y la gloria: Para una genealogía teológica de la economía y del gobierno*. Valencia: Pre-Textos.
- Arendt, H. (1958). *The Human condition*. Chicago IL: University of Chicago press.
- Argyris, C. (1957). *Personality and organization: the conflict between system and the individual*. New York: Harper & Row.
- Aristóteles (2007). *Física*. (G. Echandía, Trad.) Madrid, España: Gredos.
- Berkowitz, L. (1993). *Aggression: Its causes, consequences, and control*. New York: McGraw-Hill Book Company.
- Blumenberg, H. (1983). *The legitimacy of the modern age*. Cambridge: MIT Press.
- Braidotti, R. (2015). *Lo posthumano*. España: Gedisa.
- Castro, L., Castro, M. A., & Morales, J. (2013). *Ciencias sociales y naturaleza humana: Una invitación a otra sociología y sus aplicaciones prácticas*. Madrid: Tecnos.
- Darwin, C. (2004). *On the origin of species*. London: Routledge.
- Derrida, J. (2008). *El animal que estoy si(gui)endo*. Madrid: Trotta.
- Esposito, R. (2006). *Bios, biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu.

- Fossey, D. (1985). *Gorilas en la niebla*. Barcelona: Salvat.
- Harris, M. (1979). *El desarrollo de la teoría antropológica: Una historia de las teorías de la cultura*. Madrid: Siglo XXI.
- Houdart, S., & Thiery O., (2011). *Humains non humaines- comment repeupler les sciences sociales*. Paris: La decouverte.
- Lakatos, I. (1983). *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza.
- Lorenz, K. (1975). *Hombre y animal: estudios sobre comportamiento*. Madrid: Hermann Blume.
- Marx, K. (1973). *Grundrisse: Foundations of the critique of political economy*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Morris, D. (1968). *El mono desnudo*. Barcelona: Ed. Random House Mondadori.
- Mumford, L. (1971). *Technics and Human Development: The Myth of the Machine (Vol. I)*. Boston: Harvest Books.
- Schaeffer, J.-M. (2009). *El fin de la excepción humana*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Sloterdijk, P. (2000). *Normas para el Parque Humano: una respuesta a la Carta sobre el humanismo*. Madrid: Ediciones Siruela, 2008.
- Schaeffer, J.-M. (2009 [2007]). *El fin de la excepción humana*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Tinbergen, N. (1972). *The Animal in Its World (Explorations of an Ethologist, 1932-1972)*. Cambridge: Harvard University Press.
- Valenzuela, J. G. (2015). *Bios: El cuerpo del alma y el alma del cuerpo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Varela, E. (2018). Posthumanismo y transhumanismo: modos de gestión y productividad de lo viviente. *Humanismo y posthumanismo en la postmodernidad: su impacto en la administración pública y la gobernanza*, Universidad del Valle, Cali, Colombia.
- Varela, E. (2014). Biopoder, Biopolítica y Gubernamentalidad- Referentes de interpretación y crítica del poder managerial. *III Congreso de la Red PILARES*, Porto Alegre, Brasil.
- Waal, F. D. (2016). *¿Tenemos suficiente inteligencia para entender la inteligencia de los animales?* España: Planeta.
- Wolfe, C. (2010). *What is Posthumanism?* London: University of Minnesota Press.

Autoridade e chefes no século XX*

Authority and chiefs in the 20th century

Yves Cohen**

Resumo

Este texto apresenta um estudo de quase 25 anos realizado sobre líderes e autoridades na primeira metade do século XX em quatro países, França, Alemanha, União Soviética e Estados Unidos. Não se trata apenas de grandes líderes, mas do que se expressou em todos os círculos como uma "necessidade de líderes" em todas as áreas da atividade social (produção, exército, administração, escola, religião, etc.) e em todos os níveis das organizações e das estruturas. Não são referenciados somente os países totalitários, mas também os países liberais, eles próprios afetados pela obsessão pelo líder e pela transformação modernista das hierarquias. O próprio comunismo se via como uma estrutura piramidal encabeçada pelo secretário-geral. O pensamento da *Psychologie des foules* de Gustave Le Bon (Paris, 1895) era comum a todos: "Os homens na multidão não podem prescindir de um mestre", escreveu. Tal realidade era concernente a todas as pessoas, ainda que as mulheres fossem amplamente excluídas dos cargos de autoridade. Esse "século" durou até a década de 1968, durante a qual uma relação diferente com as hierarquias tomou forma no mundo, protagonizada pelos movimentos antiautoritários e pelo movimento feminista em particular. O estudo aborda tanto as práticas discursivas quanto as práticas de autoridade. Busca ser o mais analítico possível, contando com fontes próximas aos atores, como as de Henri Fayol, do diretor de produção da Peugeot, de executivos da fábrica Putilov em Leningrado, e de Stalin.

Palavras-chave: História da autoridade; História dos chefes; Estudo transnacional.

Abstract

This text presents a study of nearly 25 years, conducted about leaders (*chefs*) and authority in the first half of the 20th Century in four countries, France, Germany, the Soviet Union, and the United States. It is not only about great leaders, but about what has been expressed in all circles as a "need for leaders" in all areas of social activity (production, army, administration, education, religion, etc.), at all levels of organizations and structures. Not only totalitarian countries are concerned, but also liberal ones, themselves affected by the obsession with the leaders and the modernist transformation of hierarchies. Even communism saw itself as a pyramidal construction capped by the general secretary. The thought of Gustave Le Bon's *The Crowd* (Londres, 1896, *Psychologie des foules*, Paris 1895) was common to all. He wrote: "Men in crowds cannot do without a master". Everybody was concerned, even if women were still largely kept apart authority positions. This "century" lasted until the "68s" during which a different relationship with the hierarchies took shape in the world, carried by antiauthoritarian movements and women' movement in particular. The study addresses both discursive practices and authority practices. It seeks to be as analytical as possible, relying on sources the closest to the actors, as those of Henri Fayol, of the production director of Peugeot, of executives from the Putilov plant in Leningrad, and of Stalin himself.

Keywords: History of authority, history of leadership, transnational study.

* Este artigo é baseado na Introdução Geral do livro *Le siècle des chefs – une histoire transnationale du commandement et de l'autorité* (1890-1940), publicado em 2013 (Paris: Éd. Amsterdam). Tradução: Maurício Serva.

** *Directeur d'études* (professor) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris).

1. Introdução

O presente texto é um fragmento de um longo estudo da história dos chefes. Mostra de forma transnacional o surgimento de culturas de liderança, cultos de liderança, o desenvolvimento de formas de autoridade e o surgimento de práticas de comando entre os anos 1890 e 1930. Os países em causa são França, Alemanha, União Soviética e Estados Unidos. O estudo se concentra em regimes liberais e capitalistas, na ascensão do nazismo na Alemanha e no socialismo soviético. Não afeta os países do Sul. Segue a circulação de conceitos e práticas tanto entre países quanto entre diferentes campos de atuação, especialmente industriais e políticos.

A história que ele propõe não é de dominação ou do poder em geral. O interesse principal parte de uma preocupação datada que começa a se manifestar fortemente no final do século XIX e início do século XX: a necessidade não de ter grandes chefes, mas de multiplicar chefes e líderes em todos os níveis da sociedade. Os efeitos dessa preocupação continuaram nos dois primeiros terços do século XX e constituíram uma era particular e moderna de formas de autoridade. Vemos assim um novo discurso emergindo em vários países sobre o chefe e o comando (em outras línguas, *leadership* em inglês, o *Führung* em alemão, e o *rukovodstvo* em russo). Mas não se trata apenas de discursos. Em muitos setores de atuação (política, negócios, educação, militar, etc.), novas hierarquias são colocadas em prática ou hierarquias existentes são intensificadas. Ao mesmo tempo que a produção moderna, a arquitetura moderna, a ciência moderna, a arte moderna, o modernismo desse século correspondem a uma renovação das formas de autoridade e comando.

Por sua vez, as ciências sociais e as humanidades estão muito envolvidas nesse movimento multifacetado. A psicologia social surge dessa questão do chefe. Duas obras publicadas na França rapidamente tiveram um destino internacional e formaram a base científica desse intenso interesse pelo chefe e o líder: *Psychologie des foules*, de Gustave

Le Bon (1895), e *La suggestibilité*, por Alfred Binet (1900). Este último livro inaugurou uma nova onda de psicologia experimental e imediatamente inspirou o primeiro estudo da psicologia da liderança por um jovem psicólogo americano. Complementarmente, a sociologia (Weber e outros) e a antropologia fazem da questão da autoridade e do chefe um dos centros de seus estudos.

Essa história não é, portanto, a da figura eterna do chefe, pois se manifestaria no século XX. Essa figura não existia antes de ser construída desde o final do século XIX por psicólogos, sociólogos, teóricos e praticantes de gestão e comando militar, até mesmo da religião. São eles que a naturalizam: dizer que é natural e imutável é um argumento de propaganda. O estudo designa e tenta oferecer um relato de um momento histórico particular e sem precedentes, específico do século passado, o da concentração sobre o chefe e o comando em todos os níveis, aquele em que os cultos do chefe são acompanhados por discursos que se autodenominam científicos, nos quais o que está em jogo é a consistência e a estabilidade da relação face a face entre os “leaders” e os “seguidores” (*followers*), em que os discursos sobre esses temas circulam de forma sustentada de um país para outro, enquanto cada país desenvolve uma configuração singular. Acreditamos que esse momento do chefe dura pelo menos até os anos 1960 nesses quatro países, e, em seguida, a paisagem é recomposta pelo questionamento das formas e do apoio da autoridade. A década de 1930 é o auge daquele período e é por isso que decidimos colocá-la como limite.

Há histórias setoriais do comando. Eles se relacionam, por exemplo, com liderança política e comando militar, mas só estão interessadas nos grandes chefes. O nosso estudo abre o foco e propõe uma história mais geral, seguindo as circulações de um setor a outro, e de país para país. A pesquisa não focaliza somente os grandes chefes como faz a maior massa de literatura sobre essa questão, mas estuda a atividade de todos os tipos de chefes e as relações que se formam entre chefes de níveis similares e diferentes. Além disso, um tema que se tornou um clássico da história comparativa é revisitado. Muitas obras foram publicadas para comparar o nazismo e o stalinismo,

especialmente sobre o culto ao chefe. Ambos são considerados, mas em uma paisagem maior, não para afetar sua singularidade, mas para entender melhor as condições de sua gênese e interpretá-las em uma escala maior que inclui países liberais.

Por volta de 1900, algo aconteceu sobre o chefe, a autoridade e o comando. A disciplina da história, apaixonada por formas de racionalização e burocratização, não se interessou nessas manifestações que pareciam estar ligadas a irrupções do irracional. Ou limitou esses fenômenos a setores específicos que estão isolados uns dos outros. Ou ainda, embora interessada na história de um grande número de hierarquias sociais, ela não considerou o mundo hierárquico em toda a sua generalidade, talvez impressionada com a ideia comum de que a hierarquia seria uma característica natural e inevitável da história humana, até mesmo da história de todo o reino animal. Ora, cruzar fronteiras nacionais, as de regimes políticos, as de setores de atividade, e as de disciplinas possibilita identificar um fato histórico e mostrar seu lugar considerável na história do século XX.

Além disso, partir dos atos aos quais fontes específicas dão acesso, próximos aos atores em plena ação, mesmo que esta seja de fala ou de escrita, permite constituir a representação de outra realidade e formular outras interpretações em uma abordagem que não podemos dizer se é mais da história pragmatista ou do pragmatismo histórico... O estudo, em qualquer caso, é simultaneamente pragmático e pragmatista em sua investigação e em sua abordagem interpretativa.

2. A “necessidade de chefes”

A primeira parte do estudo é dedicada a um quadro da emergência da nova discursividade. A “*nappe discursive*” (de acordo com uma expressão de Foucault) se desenvolve em vários países de uma forma que é tanto totalmente nacional quanto interconectada. Uma questão bastante atual ocupa um lugar importante, o da relação entre o chefe e a democracia. A discussão sobre este tema é diferente segundo os países e não se limita à sua versão mais extrema, a dos nazistas, para quem o poder do *Führer* excluía qualquer recurso à democracia. Muitos pontos de vista são expressos para

conciliar a *leadership* com o sistema parlamentar, ou o “comando por chefes”¹ com a democracia mais ampla, ou proclamada como tal.

Comecei a preparar o livro enquanto estudava a história da organização de trabalho a partir de arquivos originais de uma empresa que datam do início do século XX. Entre centenas de assuntos, esses arquivos falavam dos chefes. Algumas frases me tocaram especialmente. Elas aparecem em um documento enviado aos executivos das fábricas da Peugeot em 1919 intitulado “Direção Técnica”. O texto estabelecia a orientação geral que o diretor de produção queria que fosse seguida nos anos seguintes. Entre considerações sobre oficinas, modelos de carros, organização e condições de trabalho, salários, comportamento produtivo e político dos trabalhadores, o documento contém os seguintes trechos:

Acreditamos que um chefe deve dar o exemplo de trabalho, que ele deve estar em contato constante com sua equipe e conviver com ela, que ele nunca deve mentir, prometer firmemente apenas o que pode ser mantido, dar a qualquer pergunta feita uma solução imediata, ou pelo menos responder em um tempo muito curto. [...] Seguiremos a mesma linha de conduta para os chefes [como com os trabalhadores], mantendo apenas aqueles que sempre darão um bom exemplo e fornecerão uma soma de trabalho, se não maior, pelo menos igual ao de seus subordinados (Mattern, 1919).

Nenhuma pesquisa histórica tinha lidado com tais declarações sobre o chefe moral. Essas formulações mostravam que havia uma reflexão específica entre os engenheiros de produção sobre chefes que buscavam determinar o que deveriam ser e fazer. Datado de 1919, elas apontam para uma dificuldade desse retorno de uma guerra quando a vida estava em jogo a cada momento. Essa reflexão era autônoma com relação à da organização do trabalho. Além disso, o estudo mostrava que esse tipo de afirmação era expresso apenas no masculino. Era impensável que os chefes sejam mulheres, salvo em postos mais baixos em fábricas têxteis ou como especialistas em assistência social. A reflexão dos praticantes abordava à sua maneira a questão central da hierarquia nas

¹ Esta expressão é a tradução da palavra russa « *natchal'stvo* » que designou muito especificamente, a partir de 1934, o que era para caracterizar o governo da economia e de todo o país.

relações humanas, da qual tratava as ciências humanas como a psicologia, a sociologia e a antropologia.

Este aspecto é importante enfatizar, na medida em que habitualmente na Europa a questão do chefe era pensada unicamente com referência ao nazismo e sua obsessão pelo *Führer*, ou com regimes totalitários e autoritários e ao seu culto ao chefe. A pesquisa mostrava que a problematização do chefe se estende muito além de uma questão própria do século XX, mesmo que a disciplina acadêmica da história a tenha pouco estudado sob este ângulo. O século XX construiu a figura do chefe que não existia antes. Claro, há chefes de todos os tipos há muito tempo desde a Antiguidade. Mas, na variedade das línguas em causa, até o século XX eles não tinham um nome genérico. O “chefe” ainda não era um instrumento da construção do social. Não havia uma figura geral nem uma função social consistindo em dirigir e guiar os outros. O direito de comandar e dirigir veio do nascimento (da aristocracia) ou do dinheiro (a burguesia), e não de qualidades identificadas por superiores com a ajuda cada vez mais importante da psicologia.

Este movimento se produz em uma série de países onde a Revolução Industrial alcançou um certo desenvolvimento, dos Estados Unidos à Rússia via Europa Ocidental.

O que podemos dizer para compreender esse fenômeno histórico é que em todos esses meios vemos ao mesmo tempo uma preocupação idêntica que sempre se exprime da mesma forma em diferentes línguas: “Precisamos de chefes” (“*On a besoin de chefs*”). Uma crise de autoridade é diagnosticada e a solução é invariavelmente: necessitamos de chefes. Um escritor católico que publicou em 1935 um *Evangelho do Chefe* escreveu: “Uma literatura, cada dia mais abundante, ecoa este apelo unânime da Igreja, da pátria, da indústria, do comércio, do exército, da política: *chefes!*” (Bessieres, 1935, p. 1). Exatamente no mesmo período, do outro lado do Atlântico, em Boston, um célebre professor de ética social em Harvard, Richard Cabot (1935, p. 1), escreveu: “Precisamos de chefes nos negócios, nas profissões, na educação, na igreja. Precisamos deles mais do que qualquer outra coisa”. Eu poderia multiplicar as citações em francês,

inglês, alemão, russo, vindas de todas as esferas. Elas sempre declaram, por um lado, a **necessidade** de resolver crises sociais e, por outro lado, que a solução é **ter chefes**.

Havia, certamente, a expressão de um medo compartilhado das elites dirigentes diante do desenvolvimento da indústria de massa, guerra em massa e política de massa. Como controlar as multidões e obter sua obediência? Essa é a questão comum. Encontrando, formando e colocando chefes eficazes em todos os níveis. Esta é a resposta comum, inclusive na extrema esquerda do espectro político.

Essa inquietude também se manifesta no movimento socialista. Lênin, exilado em Stuttgart, escreveu em 1902 o texto fundador do movimento bolchevique, *O que fazer?* Para falar melhor do partido de vanguarda que, segundo ele, deve se tornar o partido operário social-democrata da Rússia, ele insiste na “necessidade” de ser uma “organização de chefes” (“*organizatsia rukovodiditelei*”) (Lénine, 1965).

A Primeira Guerra Mundial radicaliza a expressão dessa “necessidade”. Este é particularmente o caso nos países derrotados e que tinham uma fraca tradição democrática, como Itália e Alemanha. A reflexão de Max Weber participa desse movimento sob a forma de sua sociologia da dominação. Weber não gostava da burocracia e tinha apenas pouca confiança na democracia alemã (não na democracia em geral, mas na democracia alemã). Completando seu trabalho sociológico, ele entra na arena política em 1917, no momento do colapso público do *Kaiser* como chefe de guerra. No período em que quase foi nomeado ministro, sua proposta constitucional e a tese que ele estabeleceu na “*Política como vocação*”, em 1919, dizem não só que há uma legitimidade carismática da dominação, mas que se tem necessidade, ainda hoje, de chefes e que esses chefes sejam carismáticos (Weber, 1963). Ao lado do parlamento, o presidente deve ser eleito diretamente e ter muitos poderes. A intervenção de Weber ocorreu em uma reflexão já lançada na Alemanha sobre o *Führertum* e o *Führer* antes mesmo da criação do Partido Nazista.

Em uma série de países, a ideia de uma necessidade de chefes no plural ou no singular é, portanto, largamente compartilhada. Talvez só a social-democracia escape dela, uma parte do movimento sindical e, claro, grupos de tendência libertária ou anarquista.

3. Quatro dimensões

Essa questão da forma de autoridade que é “o chefe”, assim formada no início do século XX tem grande importância. Indicarei quatro aspectos: i) a questão atravessa todos os setores da atividade social; ii) as ciências sociais estão profundamente engajadas com isso; iii) esse movimento releva de circulações transnacionais; iv) o elo entre o chefe e a política é particularmente marcado por essa conjuntura.

Em primeiro lugar, o aumento dessa preocupação com o chefe e a liderança vai além de cada um dos setores de atividade nos quais ela se manifesta. Ultrapassa os limites das profissões e das ocupações. Circula entre o exército, a administração pública, a indústria, a política, a religião, a educação e até mesmo a família. Uma pequena ilustração um pouco lateral: foi nessa época que nasceu o movimento do escotismo, o qual se desenvolveu ao mesmo tempo nas religiões católica, protestante e judaica e também entre os laicos. Qual é o seu propósito explícito? Formar jovens para se tornarem chefes (Guérin, 1984). As religiões — e até mesmo a antireligião — inventam esse trabalho moral em benefício da sociedade como um todo e este trabalho consiste na formação de seus chefes desde a infância ou adolescência!

Segundo aspecto, as ciências sociais e humanas estão completamente engajadas nesse movimento. Mencionei a sociologia de Weber, mas a de Durkheim também é uma sociologia muito normativa das restrições impostas pela sociedade aos indivíduos e o que ele mais desenvolve é a ideia de uma restrição física.

Outra disciplina que não a sociologia também se preocupa significativamente: é a psicologia social, ou psicologia aplicada. Essa disciplina se constrói literalmente em torno da questão do chefe e do controle das multidões. O livro de Le Bon, *Psychologie*

des foules, publicado em 1895, tornou-se instantaneamente um *best seller* mundial. É lido em todos os setores da sociedade, pelos políticos, claro, mas também pelos industriais; é lido tanto na direita quanto na esquerda. Talvez seja este livro que dá o tom do século quando ele diz que “os homens em uma multidão não podem prescindir de um mestre” (Le Bon, 1963, p. 115). Freud retomou essa tese em 1921 em *Psychologie collective et analyse du moi*, e a encontramos novamente em 1969 em Lacan, completamente fora do tempo, diante do movimento de 1968 que se caracteriza justamente como uma multidão sem mestre e sinaliza provavelmente o fim do século de chefes (no sentido de necessidade de líderes em todos os lugares do social) (Lacan, 1991).

É porque sou francês que dou tanta importância a um autor e ao livro francês *Psychologie des foules*? Os debates desde a publicação do meu livro ainda não me contradizem. Mas vou piorar meu caso falando de outro psicólogo francês, Alfred Binet. Como mencionei, Binet escreveu em 1900 um livro de psicologia experimental chamado *La suggestibilité*. Ele concebe um teste para medir o quão sensíveis os indivíduos são à sugestão de outros indivíduos. Seus experimentos são feitos com alunos do ensino fundamental. Os grupos que ele compõe têm cada um seu “*leader*” (Binet usa o termo inglês) cuja capacidade de sugerir é estudada e medida. Seu teste, adaptado, transformado, é a base do primeiro texto de psicologia da liderança no mundo, que foi escrito nos Estados Unidos, em 1904, por um jovem psicólogo chamado Lewis Terman. Mais tarde, Terman seria o principal inventor do teste de quociente de inteligência (QI), que também foi uma derivação do teste Binet e, portanto, da intensa preocupação internacional com o chefe a partir do início daquele século.

Tudo isso demonstra um terceiro aspecto desse fenômeno social que é a ascensão da cultura da liderança e do chefe. Vimos que ele se forma em diferentes países, cada vez na própria língua do país e sob suas condições históricas particulares. No entanto, se considerarmos o vocabulário, *leadership* está muito longe da noção de comando; por sua vez, *authority* em inglês é uma noção muito formal que remete a títulos ou funções em uma instituição, enquanto a palavra *autorité* em francês é

simultaneamente autoridade formal e autoridade pessoal. A palavra *leadership* não existe em francês, mas a expressão “autoridade pessoal” corresponde inteiramente à noção que ela designa. Em português, a palavra *leader* foi adotada (líder) e a palavra liderança foi criada muito rapidamente sobre a palavra *leadership* que é muito recente em inglês e se espalha apenas a partir do final do século XIX. *Führung* em alemão significa inicialmente gestão, não a liderança. *Führer* é uma palavra que remete ao início do século XX a pequenos *métiers*. Foi pouco antes da Primeira Guerra Mundial que ele passou a representar um modo de comportamento para um chefe político. Sua carreira começou antes do nazismo avançar. No idioma russo, que é rico nesta área, a palavra “*rukovodstvo*” comporta uma noção de orientação como “*leadership*” e “*Führung*”, mas pode traduzir tanto “direção” quanto “comando”. Duas outras palavras muito importantes neste campo semântico são *nachal'nik*, equivalente a chefe, e *vojd'*, equivalente a guia, ao guia, ao *Führer* e ao chefe.

Cada língua, portanto, tem sua própria dinâmica. Mas todos esses fenômenos, em cada uma delas, ocorrem quase simultaneamente. Isso constitui um fato que também é global (se entendermos a palavra global no sentido do que não necessariamente tem toda a extensão do mundo, mas que cobre uma boa parte dele). É, assim, nacional e global. E, além disso, é circulatório. Depende de circulações como as da psicologia social que acabei de mencionar. As circulações transportam vocabulário, formas de reflexão, práticas como a dos testes, etc., e tudo o que carregam é transformado nos locais de recepção em função das exigências locais das diferentes práticas (Cohen, 2010).

Abordo então a quarta dimensão. Assim que esses discursos sobre o chefe e sobre a autoridade moderna aparecem, eles se confrontam com a questão da democracia. Esse confronto também é diferente dependendo do país. Por exemplo, na Alemanha, é muito animado desde o início. Há, é claro, defensores de uma compatibilidade entre o chefe e a democracia. Esta é a posição de Weber (1963), para o qual não há democracia sem chefes, mesmo que, segundo ele, a democracia não seja o melhor sistema para *selecionar* os chefes tão necessários para o desenvolvimento

político e econômico do país. O parlamento é notificado para responder a essa necessidade social de seleção de chefes. Mas na Alemanha é o sentimento de uma incompatibilidade entre o chefe e a democracia que rapidamente prevalece. Para muitos autores alemães da década de 1920, a democracia impediu a chegada do *Führer*. O discurso nazista fornece a versão mais extrema desse confronto. O *Führer* do povo alemão só pode chegar com a ruína da democracia.

Nos Estados Unidos, pelo contrário, a ideia dominante é a de uma compatibilidade obrigatória entre o chefe e a democracia. Por um lado, a democracia deve aceitar o *leader*, porque ele é uma característica da história americana. Os Estados Unidos foram construídos recentemente por homens livres que eram *leaders*. Por outro lado, os próprios *leaders* devem ser democráticos.

Uma interessante oposição entre *leader* democrático e *leader* autocrático se desenvolve muito rapidamente na literatura sobre o tema da liderança. Permanece hoje fortemente presente em todos os ensinamentos da liderança nos Estados Unidos como em outros lugares, por exemplo na França e, tenho certeza, também no Brasil. Essa oposição vem da sociologia alemã. Ela foi encontrada, provavelmente pela primeira vez no mundo, no livro sobre partidos políticos de Robert Michels, um discípulo de Weber, publicado na Alemanha em 1911 e nos Estados Unidos em 1915 (Michels, 1911). Trata-se, assim, de uma circulação, e até mesmo de uma dupla circulação, uma vez que essa ideia atravessa o Atlântico (circulação no espaço) e, no mesmo movimento, passa da política para a economia (circulação entre campos de atividade). Como em todas as circulações, há uma transformação. Os chefes industriais são encorajados a serem democráticos, não autocráticos ou autoritários. O chefe democrático é aquele que ouve a maioria de seus subordinados ou seguidores. Quanto ao chefe autocrático, ele persegue fins pessoais sem preocupação com as necessidades do grupo.

O comunismo, por sua vez, joga um jogo duplo com a democracia. A fórmula do “centralismo democrático” figurava entre as 21 condições para a adesão à Internacional Comunista em 1919 e escondia um centralismo sem limites nem controle. Uma nova

Constituição foi publicada na URSS em 1936. É chamada de “Constituição democrática” porque prevê eleições de deputados para o Supremo Soviético. Mas a nomeação de candidatos está inteiramente nas mãos do Partido Comunista. Este é declarado como a força dirigente do país e essa Constituição não prevê qualquer controle democrático e popular sobre o Partido. Como vimos, esse é o tempo do “comando dos chefes”.

Na França, nascem as correntes portando uma ideologia do chefe antiparlamentar, mas não conseguem ganhar vantagem sobre a defesa da democracia. É essa defesa que forma a tradição mais forte, um pouco semelhante como nos Estados Unidos. A compatibilidade do chefe e da democracia não levanta um problema, mesmo que ela seja pouco reconhecida explicitamente.

Venho agora ao mundo industrial e ao seu lugar nessa preocupação coletiva e transnacional com o chefe, a autoridade e o comando.

4. O mundo industrial

Até aqui, abordei principalmente práticas discursivas concernentes a tais questões. Elas vêm de políticos, industriais, administradores, professores, cientistas sociais, oficiais, chefes religiosos, etc. Esta série já mostra uma coisa: não podemos considerar isoladamente o que acontece nas empresas. Modos de gestão, direção, maneiras de designação de formas de trabalho e formas hierárquicas estão ligados ao que acontece na política, na administração pública, no exército e em muitas outras esferas da vida social. Os fatos industriais não podem ser estudados isolados dos outros e este é, notadamente, o caso da autoridade e da liderança.

Se considerarmos a França, três fenômenos do final do século XIX devem ser notados para compreender a emergência da preocupação com os chefes. Tais fatos não são da ordem das práticas discursivas, mas das práticas operacionais, ou seja, tanto práticas materiais quanto formais (de ação por, e sobre as formas). O primeiro fenômeno é o das hierarquias industriais. Eles se desenvolvem consideravelmente no terceiro terço do século XIX e em seguida. Vários estudos mostram que os

contramestres eram muito poucos anteriormente. O posto de “chefe de equipe” (que está no nível abaixo do capataz) também estava se expandindo. Como segundo fenômeno, esse movimento acompanha a multiplicação das “grandes fábricas” (Turgan, 1868-1884). Dois argumentos são então empregados para justificar a proliferação de chefes e a criação de múltiplos títulos hierárquicos: o aumento do tamanho das empresas, e a sua crescente complexidade. Aumento do tamanho e, portanto, do pessoal, sobretudo de operários, mas também da equipe técnica e administrativa, e aumento da complexidade tecnológica e organizacional que leva à proliferação de serviços especializados. A “necessidade de chefes”, da forma como ela se expressa na indústria, e não só na França, está enraizada neste duplo aumento. O terceiro fenômeno desse mesmo período é a expansão de uma forma de protesto que corresponde à fábrica em crescimento: a greve. Com a greve vem o sindicato. A greve é permitida na França desde a década de 1860, e os sindicatos desde 1884. A CGT, que era o sindicato que dominava a vida sindical no século XX, foi formada em 1895, ano da publicação de *Psychologie des foules*, de Le Bon. Outra hierarquia se constitui, então: a de protesto, e a sua estabilidade é um imenso problema recorrente.

A expressão da necessidade de chefes pode ser encontrada em vários autores industriais. Todos eles são inspirados por um texto tão famoso quanto *Psychologie des foules*, escrito por um capitão que se tornará um marechal depois de passar décadas nas colônias francesas, Hubert Lyautey. Seu texto foi publicado em 1891 e é intitulado *Le Rôle social de l'officier*. Como o serviço militar obrigatório aumentou para três anos, toda juventude na França foi convocada a passar pelo exército. Lyautey (1891) explica que é preciso aproveitar disso para pacificar essa juventude, especialmente a juventude da classe trabalhadora. Para tanto, torna-se necessário aprender a comandar melhor, a cuidar melhor de cada soldado, a conhecer seus soldados melhor do que seus cavalos. Como resultado dessa proposta bem sucedida para muito além do mundo militar, muitos escritos são publicados para incentivar o papel social do engenheiro... que também consiste, em primeiro lugar, em saber comandar. Um desses primeiros escritos foi o de Cheysson (1897), intitulado *Le rôle social de l'ingénieur*.

A intensificação desse interesse no oficial e no engenheiro como chefes é exatamente contemporânea do desenvolvimento da racionalização do trabalho e da gestão. O taylorismo se espalhou pelo mundo nos anos 1900 e 1910, propondo uma nova hierarquia funcional composta por especialistas no estudo do trabalho. São eles que doravante decidem sobre as normas que a hierarquia direta vai impor aos trabalhadores nas oficinas. O taylorismo constitui um relançamento disciplinar do governo do trabalho. Em sistemas anteriores, lidávamos com um governo por salários e os trabalhadores permaneciam no controle de suas maneiras de fazer as coisas. O taylorismo insere a ciência nos gestos de trabalho através dos padrões estabelecidos por especialistas agrupados nos “*plannings departments*” que na França eram chamados de *bureaux de métodos* (Taylor, 1911). Em termos foucaultianos, essa política *disciplinar* dos gestos do trabalho é paralela a uma política mais *governamental* que se baseia em bônus. Autores americanos e franceses dizem que se passa da firmeza (do *driving*) ao bônus. As políticas salariais multiplicam os bônus de produção, os bônus de subsídio familiar para incentivar o crescimento familiar e populacional, os programas de seguridade social, etc. O comando direto dos chefes e a disciplina taylorista do trabalho estão cercados por toda uma administração, isto é, por toda uma burocracia de gestão da mão-de-obra. Em outras palavras, o modernismo quer que a ação direta dos chefes sobre seus subordinados seja acompanhada de uma ação governamental de proteção e incitação, em paralelo à conflitualidade social e ao protesto mais ou menos organizado.

Por sua vez, a União Soviética buscou se desenvolver no mesmo caminho, mas consegue êxito com dificuldades. Durante a década de 1920, foi certamente o país no mundo onde os maiores esforços para estabelecer o taylorismo foram tentados. A indústria é largamente nacionalizada e integrada ao Estado como uma de suas dimensões. A administração do Estado e a do Partido Comunista se tornam cada vez mais importantes, se não prolíficas, e também são alvos de políticas de racionalização. Um ministério é quase inteiramente dedicado a esse esforço de racionalização administrativa, paralelo à racionalização industrial. Este ministério forma tayloristas, publica revistas, intervém nas empresas, impõe um esquema de organização funcional a todas as

empresas em todo o país no final da década de 1920. Neste esquema, há em cada empresa um departamento de planejamento e um departamento do trabalho com seu escritório de padrões tayloristas.

Desde o início da década de 1920, se desenvolve na União Soviética um imenso trabalho de concepção de normas do trabalho operário. Especialistas atuam em todos esses bureaux e no nível central dos ramos industriais. Os institutos produzem enormes manuais de normas que devem ser aplicadas a todo o país. Mas desde o primeiro plano quinquenal, que vai de 1928 a 1932, todo esse esforço é um fracasso. Nem a União Soviética nem, mais tarde, os países socialistas da Europa superam esse fracasso. De fato, o esforço da hierarquia da produção (que, portanto, não é a dos especialistas em normas produtivas) é para evitar uma rotatividade muito intensa, para colocar os operários (a maioria vinda do campo) para trabalhar, e garantir que eles permaneçam lá. Uma coalizão de operários com a hierarquia de produção é formada contra os especialistas em normas. Em vez de auxiliar a produção e muni-la de padrões confiáveis, a hierarquia taylorista “funcional” se houve em permanente conflito com ela, o que pesou na vida industrial na URSS. No Ocidente, as duas hierarquias constituíram uma frente comum para se opor à conduta dos trabalhadores.

Há muitas razões desses esforços combinados para derrotar as normas. De um lado, as normas estabelecidas nos bureaux tayloristas eram consideradas como irrealistas, tanto pelos trabalhadores quanto por seus superiores. Não levavam em conta as interrupções incessantes da fabricação devido à má provisão de matérias-primas ou de produtos intermediários. Ademais, é impossível constituir um fluxo contínuo de produção, o que também impossibilita a aplicação das normas. O que prevalece é o que os próprios chefes de oficina chamam de “normas de fato”, aquelas que os capatazes estabelecem no local, nas oficinas, independentemente das chamadas “normas científicas” estabelecidas nos escritórios tayloristas de planejamento do trabalho.

Por outro lado, há uma segunda razão para o fracasso da organização taylorista do trabalho soviético. Faz parte do que pode ser chamado de economia geral das

práticas. O regime stalinista que está em vigor desde o final da década de 1920, por um lado, suprime todas as liberdades civis e, por outro lado, é incapaz de elevar o padrão de vida dos trabalhadores. Em 1930, os sindicatos tornaram-se simples órgãos administrativos liderados pelo Partido Comunista e não tinham mais qualquer caráter reivindicativo. Todo o regime de liberdade é abolido. Além disso, o primeiro plano de quinquenal marca um declínio considerável no padrão de vida operário. As liberdades e o consumo são bloqueados. Torna-se, portanto, impossível bloquear também o trabalho, no sentido de enquadrar estreitamente os gestos concernentes às atividades do trabalho.

Há um compromisso social completamente implícito, mas muito real, pelo qual a autonomia das formas de trabalho dos trabalhadores no local de trabalho é preservada. Isso não quer dizer que trabalhadores e empregados não trabalhem muito. Isso significa que as hierarquias não controlam os gestos como conseguem fazer nos países capitalistas. Esses países têm liberdades civis limitadas, mas reais, e os capitalistas também têm uma estratégia deliberada de aumentar *um pouco* a capacidade de consumo dos produtores para aumentar consideravelmente sua produtividade, que é a doutrina básica do fordismo. Esse aumento da produtividade sempre será um problema econômico básico da União Soviética e dos países sob seu controle. A desorganização e sua consequência que é o bloqueio da inovação não são à toa no colapso do comunismo soviético. Na China, o desbloqueio do consumo dos trabalhadores possibilitou, há trinta anos, o aumento da produtividade e, portanto, também da tecnicidade da produção, e do desenvolvimento econômico.

Em vários países capitalistas, como França e Estados Unidos, um treinamento específico de comando e liderança foi colocado em prática para detentores de cargos de chefias em fábricas. Ele foi destinado principalmente a engenheiros, mas também muito rapidamente a contramestres. Cursos especiais para capatazes foram lançados em 1920 nos Estados Unidos por uma instituição universitária, *La Salle Extension University*. Sua primeira característica é dizer aos líderes o que eles são, de confirmar que eles são

de fato chefes, líderes, *leaders*. E que há boas razões para eles o serem: é porque eles têm qualidades pessoais que os designam para serem chefes, porque eles têm a personalidade de um chefe. Essas qualidades e o próprio termo “personalidade” importam porque ligam esse treinamento à psicologia. Nos Estados Unidos, toda uma psicologia de “traços de personalidade” se desenvolve, buscando compreender essas qualidades por meio de testes. Ademais, a psicologia geral estava muito dedicada à elaboração do conceito de personalidade. Ora, este conceito é em grande parte baseado em pesquisas relacionadas com chefes. Os chefes têm personalidade, os subordinados muito menos! A psicologia torna-se a base científica que assegura aos chefes e *leaders* de todos os tipos que eles estão certos em pensar em si mesmos como tal.

Em suma, em todos esses países, incluindo a União Soviética, emergem figuras do chefe. Essa psicologia e, em particular, a dos “traços de personalidade” contribuem para a construção da figura do chefe. O “tipo humano: chefe”, como diz um psicólogo francês, é feito de boas qualidades (Lahy, 1916). Na União Soviética, a abordagem é diferente. É preciso estar na frente das massas, ser da vanguarda, não as seguir, mas confrontá-las. Nos Estados Unidos, ele tem que ser honesto, dedicado e atencioso. Na França, é necessário primeiro ser um exemplo para os subordinados. Na Alemanha, inicialmente, o chefe tem que ter as características que acabaram de ser declaradas, porém cada vez mais ele deve ser nacional. O chefe nazista é um chefe racial, alemão, inteiramente dedicado a Hitler, que é o povo alemão por conta própria. Além disso, todo alemão é um chefe porque ele sempre terá a oportunidade de comandar um membro de uma sub-raça.

Com o aumento do tamanho e da complexidade das organizações políticas, econômicas, culturais, etc., as antigas classes dirigentes não são mais suficientes para controlar as massas da modernidade. A figura de chefe que se desenvolve em todos os lugares deve reforçar a ordem social. A forma do chefe, na qual a competência, o know-how e a confiança são dominantes, é oferecida a todo o mundo: conquistar posições de

direção de outros homens é a perspectiva aberta aos indivíduos e, assim, a solução para supostamente consolidar a ordem social.

Como se diz, há décadas esse discurso é proferido inteiramente no masculino. Só recentemente é que as funções gerenciais estão se tornando mais acessíveis às mulheres. Isso é resultado da ascensão do movimento das mulheres desde a década de 1960 em ressonância com a ascensão do sentimento antiautoritário na vida social no sentido mais amplo, familiar, educacional, bem como industrial e político. O chamado “momento 68” marca a ruptura com os tempos modernos.

Esse século de chefes provavelmente acabou. 1968 e os movimentos pós-68 eram antiautoritários. A autoridade dos chefes não é mais tão reconhecida como costumava ser. As empresas buscam, como dizem, esmagar hierarquias. A autoridade de comando está fora de moda. A autoridade da competência também é mais difícil do que antes de manter. Os mais variados conhecimentos se tornaram mais acessíveis graças à Internet. Associações são formadas para organizar esses conhecimentos contra os portadores oficiais de autoridade baseada em competência. Este é, por exemplo, o caso da medicina com associações de pacientes que entram em competição acadêmica com o corpo medical, e isso acontece igualmente nas empresas.

Além disso, movimentos sociais ao redor do mundo e milhares de práticas coletivas de todos os tipos buscam formas de ação não hierárquicas. A crescente interconexão entre pessoas e redes promove a criação de um tecido social tanto discreto quanto global, em que a igualdade, a cooperação e a horizontalidade reinam. Os chefes autoritários que se manifestam no mundo não são mais os do século XX. Eles não têm mais massas e a essência de sua política é uma resistência furiosa ao aumento da responsabilidade das mulheres, da diversidade racial, sexual e de gênero, e do desejo de horizontalidade, solidariedade e igualdade.

Essas transformações tornam mais difícil chamar o século atual dos chefes como foi o século XX.

5. Conclusão

O presente estudo se recusa a limitar-se ao discurso. Teria sido tão simples se contentar em aproveitar as longas prateleiras de bibliotecas cheias de livros e artigos de jornais ou revistas em todas as línguas europeias dedicadas ao comando, *liderança*, *Führung*, *comando* ou *rukovodstvo*. Assim, uma dimensão importante deste trabalho é metodológica. Os discursos não se opõem às práticas. São considerados práticas discursivas. Por sua vez, práticas, como as de chefes em processo de comando, são consideradas com seu componente discursivo ao mesmo tempo que com seus componentes mais físicos (gestos, manipulação de ferramentas, etc.). São estudados em sua relação com toda a literatura sobre o comando que lhes é contemporânea e considerando o efeito disso nos atos operacionais. São esses atos, em sua negociação com os elementos materiais, humanos, discursivos presentes, e sua apropriação em situações, que proporcionam o significado do que é o comando, a liderança e a figura do chefe, e não os manuais, nem os estudos especializados mobilizados na época, nem as grandes interpretações da história contemporânea. Esses atos caracterizam uma era que agora se juntou ao passado.

Este estudo histórico procurou recompor a visão de uma noção que está no centro da sociologia: a do vínculo social. A sociologia, desde seus fundadores do século XX, considerou natural o componente hierárquico dos laços sociais. Parte considerável de seu programa consistiu em estabelecê-lo, e essa dimensão tornou-se uma evidência indiscutível. No entanto, estudos de práticas específicas de chefes e lideranças, bem como todo o discurso justificativo que as acompanha, mais ou menos sistematicamente fundamentado em ciências como a psicologia, mostram a dificuldade de incutir essa ideia em todo o corpo social.

Embora o capitalismo e o comunismo tenham combinado seus esforços para tornar a subordinação aceitável, a crítica multifacetada e renovada da autoridade derrubou essas premissas fortemente construídas. Parece que desde “o momento dos anos 1968”, relançado no mundo pela década de 2010, iniciou-se um longo processo de reconstrução de laços sociais igualitários. Daí surge um vislumbre de otimismo, diante dos sucessos resistíveis do neoliberalismo e do liberalismo.

Referências

- Bessieres, A. (1935). *L'Évangile du Chef*. Paris : Editions Spes.
- Binet, A. (1900). *La suggestibilité*. Paris : Schleicher.
- Cabot, R. (1935). Préface, In: P. Pigors. *Leadership or domination*. Boston & New York: Houghton Mifflin Co.
- Cheyssson, É. (1897). *Le Rôle social de l'ingénieur*, Paris : Librairie Guillaumin.
- Cohen, Y. (2010). « Circulatory Localities: The Example of Stalinism in the 1930s ». *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, 11(1), 11-45.
- Guérin, C. (1984). « Le chef Scout de France : du chevalier à l'éducateur (1920-1960) ». *Revue historique*, CCLXXIV(2), 409-425.
- Lacan, J. (1991). L'envers de la psychanalyse. *Le séminaire*, Paris, Le Seuil, França, livre XVII.
- Lahy, J. M. (1916). La psychologie du chef . *La Grande Revue* , sept.-oct.-nov.
- Le Bon, G. (1895). *Psychologie des foules*. Paris : Alcan.
- Le Bon, G. (1963). *Psychologie des foules*. Paris : PUF.
- Lénine, V. (1965). *Que faire ? Œuvres*, Paris : Éditions sociales.
- Lyautey, H. (1891). Du rôle social de l'officier. *Revue des deux mondes*, 443-459.
- Mattern, E. (1919). Archives Mattern, *Direction technique*, Beaulieu, Peugeot, 20 mars, 20-21.
- Michels, R. (1911). *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie. Untersuchungen über die oligarchischen Tendenzen des Gruppenlebens*. Leipzig: W. Klinkhardt.
- Taylor, F. W. (1911). *The Principles of Scientific Management*. New York: Harper & Brothers.
- Terman, L. (1904). A preliminary study in the psychology and pedagogy of leadership. *Pedagogical Seminar*, (11), 413-451.
- Turgan, J. (1868-1884). *Les Grandes usines, études industrielles en France et à l'étranger*, V. 15. Paris : Michel Lévy frères.
- Weber, M. (1963). Le métier et la vocation de l'homme politique. In: M. Weber. *Le savant et le politique*. Paris: Éditions Plon.

Autoestima (2021)



Tinta acrílica sobre tela (90cm x120cm)

Autor: Lavi Kasongo

Femme africaine (2021)



Tinta acrílica sobre tela (100cm x 100cm)

Autor: Lavi Kasongo

Preâmbulo da entrevista com Yves Cohen*

Preliminary considerations to the interview with Yves Cohen

O Professor Yves Cohen é doutor em história social pela *Université de Besançon* (França), título obtido em 1981. A maior parte de sua carreira como docente se deu na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris), onde participou intensamente da construção das abordagens de inspiração pragmatista nas ciências sociais. Seu engajamento científico e político pela renovação dos estudos sociais críticos desde os desdobramentos do Movimento de 1968 marca a sua trajetória acadêmica. Participe de todo o desdobramento desse Movimento, e iluminado pela sua formação em história, o Prof. Yves Cohen nos esclarece sobre as consequências daquela forte inflexão.

A entrevista também aborda os desafios, as descobertas e estratégias de pesquisa que caracterizam seus estudos, com ênfase no processo de elaboração do livro *Le siècle des chefs – une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*.

Retraçar a trajetória de um historiador que se debruça sobre fenômenos organizacionais de longo alcance é uma chance primorosa para os pesquisadores dos estudos organizacionais refletirem sobre seus próprios caminhos, assim como sobre a evolução que desejamos para a ciência da administração.

Nosso entrevistado o *Directeur d'études* (professor) Yves Cohen**



Fonte: <https://eusp.org/en/news/a-transnational-history-of-leadership-cultures-and-practices-in-the-20th-century-11373>

* Tradução da entrevista: Maurício Serva

***Directeur d'études* (professor) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris).

Entrevista:

1. (CeD): Professor, primeiramente te peço para abordar o seu contato com a abordagem pragmatista, o contato inicial, como você descobriu a abordagem pragmatista e no que ela tem ajudado no desenvolvimento de suas pesquisas?

YC: Meu primeiro contato com o pragmatismo se deu tarde no desenvolvimento da minha pesquisa, na década de 1990, quando defendi minha tese em 1981. Mas eu estava preparado para isso, de certa forma.

Sou historiador e minha formação como pesquisador foi principalmente na história social. Comecei a pesquisar a história do sindicalismo, principalmente nas fábricas da Peugeot no início do século XX, depois fiz uma tese na história da gestão, sempre no mesmo período e na mesma empresa.

No início, eu queria fazer uma tese sobre o surgimento e formação progressiva de uma população trabalhadora em uma região francesa muito industrial, o Pays de Montbéliard. Foi lá que a atividade industrial da Peugeot se desenvolveu desde o final do século XVIII e onde a indústria automotiva surge no final do século XIX. A maior fábrica francesa das décadas de 1960 e 1970 foi a da Peugeot em Sochaux. Empregava até 40.000 pessoas em 1980, principalmente operários e operárias. Iniciei minha tese com fontes de trabalhadores, incluindo depoimentos, arquivos policiais e publicações da imprensa trabalhadora local, sindicatos e imprensa política, mas sem fontes patronais. Em 1979, após três anos, descobri os arquivos privados do principal engenheiro responsável pelo crescimento das fábricas da Peugeot em pleno desenvolvimento do Fordismo, Ernest Mattern. Ele dirigiu as fábricas da Peugeot de 1917 a 1943 e foi um dos maiores organizadores do trabalho na França entre as duas Grandes Guerras.

Seus arquivos são extraordinários, únicos. Eles me deram acesso privilegiado às práticas de organização da produção e do trabalho como nenhum historiador ainda tinha se beneficiado. Historiadores tinham pouco interesse em práticas, ou seja, no que as

peessoas fazem. No centro desses arquivos estava a autobiografia profissional e inédita de Mattern, escrita em 1941 (ele nasceu em 1880). Esta autobiografia foi uma espécie de justificativa, mas de certo modo relativizada porque algumas testemunhas poderiam lê-la e contestá-la. Era, portanto, uma verdade particular: a de seu autor, deste modo, uma verdade subjetiva. Ele relatou o que tinha feito. Outras fontes o complementaram, todas elas documentos da empresa: projetos e monitoramentos organizacionais, relatórios, notas, correspondências, rascunhos (por exemplo, cartas, enviadas ou não, para seus colegas engenheiros e diretores ou para seus chefes da família Peugeot), textos de conferências, etc. A tese foi o relato da prática de Mattern desde o seu início, em 1900: o mais próximo possível da pessoa, pois eram fontes diretas da prática, iluminadas pela narrativa em primeira pessoa.

Esses documentos eram elementos constitutivos da prática, não apenas o de administrar e organizar fábricas, mas também o da escrita. Mais precisamente: não foram concebidos para influenciar a prática vinda de fora; eles eram componentes completos dela com seus próprios fins e efeitos. Pareceu-me durante a redação da tese que eu tinha em minhas mãos um acesso único à prática, não apenas a uma prática gerencial, sobretudo, mais amplamente à **prática** em geral. Esses arquivos eram uma forma excepcional de acessar o que constitui prática.

O ano era 1980. Naquele momento, antes do fim da escrita da minha tese, eu não sabia nada sobre o pragmatismo ou pragmática da linguagem. Meu interesse por práticas não havia sido expresso antes desse trabalho sobre as fontes que eu tinha descoberto. No entanto, ele se juntou a pelo menos duas curiosidades presentes no meu percurso.

A primeira veio do marxismo. Eu tinha sido maoísta nos anos 1960. Depois de começar estudos de matemática, trabalhei por mais de 4 anos como operário, incluindo um ano na Peugeot. Era um “*établi*”, um desses estudantes tendo ido trabalhar como operário para trazer as formas das lutas estudantis para os operários e realizar o encontro com eles no lugar mesmo. Fiquei então muito interessado nos atos de trabalho, nos gestos dos trabalhadores e nas mil circunstâncias da atividade ao mesmo

tempo materiais, industriais, sociais, políticas e emocionais. Eu estava muito interessado também nesse tempo no conceito marxista de *práxis* sem nunca ter feito nada para desenvolver essa curiosidade. Logo após maio-junho de 1968, eu estava durante dois anos muito próximo de Robert Linhart, que havia se engajado como um trabalhador na Citroën. Mesmo antes de 1968, ele foi, com outros camaradas, o inventor da fórmula do “*établissement*”. Eu o ajudava nas portas da fábrica distribuindo panfletos e fazendo contato com os trabalhadores. Em 1978, Robert elaborou o relato de seu engajamento que foi traduzido para o português no Brasil sob o nome “Greve na fábrica” (Rio: Paz e Terra, 1986, tradução de Miguel Arraes). Esse relato não esconde sua inspiração marxista, mas a narração permanece constantemente próxima das ações das pessoas concernentes, colegas de trabalho de Robert. Houve uma lição de análise prática que eu não estava ciente no momento da publicação do livro, mas à qual eu estava diretamente confrontado.

Por outro lado, como segunda curiosidade eu desenvolvi um grande interesse pelo trabalho de Michel Foucault. Ele deu muita ênfase às práticas de todos os tipos. Eu havia percebido que a sua abordagem das práticas, como ele explicou em várias ocasiões, focava principalmente em sua “instância de reflexão” e muito menos nos fatos circunstanciais do desenvolvimento de tais ou quais práticas. Apesar disso, de certa forma, o interesse de Foucault por práticas me permitiu pensar que eu estava trabalhando sobre elas, especialmente porque ele estava muito próximo de um estudo sobre as práticas em construção, no âmbito de um debate sobre a história das prisões que ocorria com vários historiadores na época em que eu estava fazendo minha tese (publicada na coletânea *L'impossible prison*, dirigida por Michelle Perrot, Paris, Seuil, 1980). Ele falou, por exemplo, do “poliedro da inteligibilidade” pelo qual as práticas deveriam ser abordadas. Embora isso possa ser uma discussão entre os pragmáticos, há pragmatismo em Foucault. De minha parte, eu não poderia deixar de ser sensível a tal chamada, especialmente porque durante minha estadia na região da fábrica da Peugeot, eu próprio tinha sido preso e tinha passado pouco mais de um ano na prisão, fazendo ali à distância o primeiro ano dos meus estudos de história.

Então eu tinha estudado uma prática, pelo menos uma história de prática, a de um organizador do trabalho no ramo automotivo no início do século XX. A extraordinária qualidade das fontes às quais tive acesso, seu caráter, por assim dizer, duplamente objetivo e subjetivo, me permitiu pensar que eu poderia desenvolver um método de análise de qualquer prática.

A conclusão da minha tese foi dedicada a este ensaio de elaboração analítica do material exposto no *corpus* da tese. Para escrevê-lo, busquei outras referências, especialmente em sociologia. As primeiras obras de Bruno Latour e Michel Callon estavam começando a aparecer. Uma revista multidisciplinar extremamente sugestiva, onde foram publicados, *Pandora*, tentava abrir novos caminhos de pensamento nas ciências sociais. Estes estavam, de fato, profundamente enraizados em rotinas difíceis de abandonar, tanto devido ao marxismo quanto à tradição durkheimiana. Do meu lado, eu tinha aceitado que o percurso do marxismo e o tempo das revoluções tinham acabado. No entanto, sem negar a experiência revolucionária de 1968 (ou a minha em particular), eu pensei em contribuir para começar do zero a construção do pensamento e do movimento da revolta, que era exatamente o que Foucault demandava naquele momento.

Então eu estava, por assim dizer, totalmente preparado para me agregar aos esforços de toda uma geração de sociólogos, historiadores, filósofos, antropólogos, linguistas e economistas que estavam formulando a virada pragmática das ciências sociais. No início da década de 1980, no entanto, a palavra pragmatismo ainda era largamente ignorada. Ele era apenas uma curiosidade filosófica. Mas, assim como eu mesmo fiz com a minha tese, muitos outros pesquisadores estavam fazendo estudos que eram, digamos, apenas uma forma de pragmatismo a ser desenvolvido. Pensa-se, é claro, que Luc Boltanski e Laurent Thévenot, cujo grande trabalho intitulado *De la justification* (Paris, Gallimard, 1991), tinha sido precedido por uma espécie de teste chamado *Les économies de la grandeur* (*Cahiers du Centre d'études de l'emploi*, Paris, PUF, 1987). O número de autores que concebiam abordagens semelhantes vinha crescendo constantemente desde meados da década de 1980. As abordagens se multiplicavam e eram debatidas em um

número crescente de reuniões, na maioria das vezes deliberadamente transdisciplinar e transnacional. Todos, ou quase, se reconheceram na referência comum aos “Estudos de etnometodologia” de Arnold Garfinkel (1967). Alguns dos desenvolvimentos, além da Teoria do Ator-rede de Michel Callon e Bruno Latour, tomaram as formas da “ação situada”, lançada na obra de Lucy Suchman, da “ação distribuída”, lançada por Edwin Hutchins, e de muitas outras contribuições acolhidas pela coleção anual *Raisons pratiques* que foi iniciada em 1990 sob a direção iluminada de Louis Quéré.

Eu estava bem posicionado para testemunhar e, se possível, participar desse movimento de pensamento porque obtive em 1984 uma posição como pesquisador no Centro de Pesquisa em História da Ciência e Tecnologia (o CRHST do *Cité des Sciences et de l'Industrie*). Esse Centro contribuía intensamente a esse movimento, não somente na França, mas em nível internacional, em particular sob a direção de Dominique Pestre, um historiador da ciência. Sob o ímpeto de personalidades abertas, cultas e inventivas como Simon Schaffer, de Cambridge, ou, em outro registro, Isabelle Stengers, além de colegas já mencionados, um mundo de reflexão e análise se abriu para renovar o pensamento a partir de uma abordagem da realidade que descortinava dimensões desconhecidas. As disciplinas estabelecidas e cristalizadas em suas certezas epistemológicas impediam que essas dimensões fossem vistas. Em torno de termos como prática, ação ou atividade, as abordagens foram formadas em ressonância, cada um desses termos sendo objeto de diversas correntes, e até mesmo a formação de novas disciplinas, como na psicologia.

Naquela época ainda não estávamos falando de “pragmatismo”. Pelo menos, no que me diz respeito, eu não o via. A sociologia que surgiu junto ao *Centre de sociologie de l'innovation de l'École des Mines* e à *École des Hautes Études en Sciences Sociales* empregava mais facilmente o termo “pragmática”. Este, para mim, só poderia se referir, em primeiro lugar, à pragmática da linguagem de John Austin (*How to do things with words*, 1962). Esta foi a primeira via que me conduziu da pragmática ao pragmatismo. Uso-a extensivamente desde 1990 para estudar práticas de comando e liderança.

Então, posso afirmar que participei, de forma modesta, dessa virada que renunciava em geral a uma abordagem estruturalista e funcionalista, e que renunciava em história a uma abordagem quantitativa em prol de uma abordagem sobretudo mais analítica, mais qualitativa e mais próxima dos atores e suas ações singulares. Foi para mim uma condição para a construção de uma concepção de história a partir da trajetória das práticas e seu entrelaçamento em todas as escalas, do micro ao macro. Aos poucos, encontrei quase todos os participantes desse movimento, de várias disciplinas. Havia um mundo no qual me integrei no decorrer dos anos 1980 e 1990 com proposições pessoais. Meu percurso se desenvolveu com o meu ingresso na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em 1995. Os meios que eu conhecia melhor eram o da história e o da sociologia das ciências e das técnicas. Era o momento da definição da “construção social” delas. Participei em numerosas atividades da *Society for the History of Technology*. Na EHESS, eu comecei a frequentar o meio dos pragmatistas e pragmáticos.

Penso que foi somente a partir desse momento que se começou a falar mais em virada pragmática. Portanto, foi a “*sociologie pragmatique*” de Boltanski e Thévenot e, logo em seguida, a sociologia de uma nova geração, alunos deles ou não, tais como Nicolas Dodier, Daniel Cefaï, Francis Chateauraynaud, que vocês conhecem bem, e muitos outros. A afirmação do laço com o pragmatismo americano dos “quatro” (Charles Peirce, John Dewey, William James, George Mead) se tornou mais e mais frequente. Meu interesse pelo trabalho e sua organização também me levou a conhecer a ergonomia (Jacques Theureau, por exemplo, era muito próximo do pragmatismo) e também outros campos para os quais menciono apenas alguns nomes de autores recentes ou mais antigos, como as disciplinas de atividade (Yves Clot, Yrjö Engeström, Anni Borzeix) e ação (Alfred Schütz, Jean-Marie Barbier, Christian Licoppe), e a recente linguística pragmática (Lorenza Mondada, Béatrice Fraenkel, Michèle Lacoste). No lado da atividade, havia referências russas emocionantes como as de Mikhail Bakhtin, Alexei Leontiev e Lev Vygostki.

No meu trabalho, desenvolvi várias abordagens. Não me interessei apenas pelos quadros de validação das práticas, em uma versão próxima e ao mesmo tempo diferente das “cidades de justiça” apresentadas em *De la justification*. Também tentei ressaltar nas próprias ações seus componentes físicos e intelectuais implementados simultaneamente. Cada prática, concebida como o que é feito em uma situação, desvelava em cada um dos praticantes séries de variáveis que se poderia também chamar de preocupações. A noção de variável foi emprestada de Ludwig von Bertalanffy e a sua Teoria Geral dos Sistemas. Assim, a ordem do tempo foi a primeira dessas variáveis para um organizador tayloriano. Para um líder comunista, a variável principal era o grau de adesão das pessoas à causa e, para um psicanalista, a regra primária era a livre associação. Cada prática é assim composta por múltiplas variáveis, em número indeterminado, de maior ou menor importância e intensidade, contaminadas umas pelas outras numa articulação própria de cada prática. Esta “praticologia”, como disse, é composta de muitos outros aspectos que ajudam a analisar os dados das práticas, mas que não posso indicar nesta entrevista. Está muito próxima de certas formas de “praxiologia”, uma disciplina popular no século XX.

Mais uma proposta, que desenvolvi no meu trabalho sobre a história dos líderes, foi avançar a noção de **ato espacial** ao lado de outros atos, atos materiais, atos linguísticos, atos perceptivos... Júlio César, como pensador de sua prática, não disse que antes de ver e ganhar, deve-se vir? *Veni, vedi, vici*. Para imperadores e gestores (ou cada vez mais, desde a pandemia, trabalhadores de qualquer tipo) que procedem à distância, a área de atividade e a área de impacto onde a ação se efetiva são distintas.

Também busquei quebrar a oposição prejudicial ao pensamento entre prática e discurso. Seguindo a pragmática, a palavra é um ato e o discurso uma prática. Foucault não dizia outra coisa ao falar de discursos como práticas discursivas. Em outro sentido, as práticas são compostas tanto pela fala quanto por atos materiais, perceptivos, físicos ou outros tipos de atos. Elas são compostas e não podem ser opostas aos discursos, uma vez que os contêm.

Dentre minhas outras propostas, uma é mais historiadora. Ela consiste em constatar que o século XX foi um período privilegiado em que *práticas de concepção* e

direção das práticas dos outros foram desenvolvidas em múltiplos campos. É assim que se poderia definir o taylorismo, mas também o comunismo, e talvez a psicanálise que não deixou de buscar normatizar a prática de seus praticantes. Esses três exemplos são cruciais, com a pretensão comum de ser científico, mas certamente não os únicos dessa necessidade de considerar na mesma compreensão os dois níveis aos quais as práticas criadas *ad hoc* nas instituições pertencem: o nível da criação das normas das práticas; o do mundo das práticas cujo um dos aspetos consiste na execução dessas normas. A questão surge sobre o que está acontecendo hoje com as *práticas de direção de práticas* ou ainda com a realidade da autonomia das práticas. Será que a virada neoliberal, com suas individualização e digitalização generalizadas, mudou alguma coisa, e como?

Eu participei, à minha maneira, do movimento que tentou recompor as ciências sociais, buscando sua renovação pragmática e pragmatista. Uma dimensão fundamental foi a nova forma de conceber o engajamento das pessoas nas provas pelas quais elas se definem, sem a necessidade de recorrer às “estruturas”. O corpo está no centro desse esforço para entender aquilo que engendra relação social. Sem dúvida, agora, o movimento está se movendo em uma direção ainda mais fundamental, que é o estudo não só do envolvimento corporal, mas também do uso dos sentidos, e da ação sobre os sentidos.

Assim, a abordagem pragmática dá legitimidade à pretensão de que são as práticas que são primárias na história, na vida social e no desenvolvimento das sociedades, consideradas no momento singular da sua realização. É preciso que a gente constitua o que são as práticas na sua configuração, na sua concepção, sua estabilização eventual, nos seus interrelacionamentos, e também na sua destruição ou desaparecimento. Uma prática pode se dissolver, como bem se vê historicamente. E aí, o que é interessante no pragmatismo é que ele nos diz que não há uma verdade que domina isso. Poderia citar um historiador que é extremamente importante, porque ele realizou em um momento decisivo o encontro entre a história, a pragmática e o pragmatismo. Ele se chamava Bernard Lepetit (morreu, infelizmente, cedo demais, em 1996). Em um texto muito importante, de 1995, que se chama “História das práticas, prática da história” (“*Histoire*

des pratiques, pratique de l'histoire”), ele diz uma coisa que me parece muito bem formulada: “A sociedade não dispõe, para organizar suas estruturas do momento, para regular suas dinâmicas, de nenhum ponto fixo externo que lhe seja transcendente.” Isso me parece bem resumir a dimensão “pragmatista” e a forma de favorecê-la na história.

2. (CeD): Me chama a atenção também, professor Yves, um pesquisador que faz uma tese de doutorado focalizando as práticas dentro das fábricas da Peugeot. Como se deu essa possibilidade de levantar esses dados? Eu pergunto, porque muitas vezes no Brasil, principalmente em grandes empresas, não é muito fácil para um pesquisador ter acesso a um cotidiano, principalmente de fábrica, às vezes sim, mas na maioria das vezes acredito que não...

YC: Durante o meu trabalho de doutorado, fiz muitas tentativas para ter acesso aos arquivos da Peugeot, mas isso foi numa época em que a empresa não abria os seus arquivos. Na França, as empresas abriam muito pouco seus arquivos. Mas a Peugeot, desde os anos 1990, os abre mais para os historiadores, e outras empresas também. Nos anos 1975-1985, foi necessário contornar e tive muita sorte, já que encontrei o que não estava procurando, o que é interessante para um pesquisador.

Como disse, encontrei arquivos extraordinários de um engenheiro que havia dirigido a fábrica da Peugeot durante vinte anos. São arquivos pessoais de um indivíduo. Eu não acharia arquivos da prática tão ricos entre os documentos guardados pela empresa. Os arquivos de Mattern são feitos de documentos imediatamente produzidos em sua própria prática, ou coletados porque eram úteis para ela. Daí a grande força pragmática desses papéis que pude esclarecer com o que os arquivos clássicos disponíveis me proporcionaram. Mattern era o diretor da produção no tempo quando a produção era central na economia. São, portanto, arquivos cruciais para acessar a prática desse indivíduo, mas também para ter acesso a uma prática essencial do século XX, e novamente para desenvolver métodos de investigação sobre qualquer outra prática.

3. (CeD): Havia também uma reflexão da parte dele?

YC: Mattern forneceu sua contribuição pessoal. O ponto focal de seu pensamento é o que ele chamava de “prática de oficinas”. Ele tinha percebido a tendência dos gestores de se afastar dos locais de produção e dirigir de longe, como James Burnham logo conceituaria como a “Revolução Gerencial”, de acordo com o título de seu livro publicado em 1941. Para Mattern, engenheiros e gerentes de produção deviam gastar pelo menos dois terços de seu tempo em oficinas e escritórios. Tratava-se, dentre outras, da implementação de duas coisas. Em primeiro lugar, uma prática negligenciada nos estudos da organização científica do trabalho: o “juízo da atividade” (“*le jugement d'allure*”). Em vez de depender apenas de números de produção, despesas, custos, tempo, a relação de tempo de trabalho e quantidade produzida, etc., era uma questão de observar pessoalmente e diretamente a atividade dos trabalhadores e funcionários nas oficinas e escritórios. Para ele, o termo “atividade” que ele usou, significava a velocidade com que essas pessoas trabalhavam. Esse julgamento sem instrumentos, apesar da proliferação de ferramentas científicas, foi a base para a avaliação da organização e do seu “rendimento”. Havia uma dimensão social porque ele também descrevia a ambiência do trabalho do ponto de vista do organizador (atualmente, o Google e outros vendedores de dados estão a recolher tudo o que podem sobre as nossas "atividades", rastreando os nossos cliques...). Um segundo ponto constitutivo da “prática de oficinas” de Mattern também não aparecia muito em livros didáticos organizacionais ou em elaborações de ciências sociais: a conversa livre, as discussões e trocas que o gerente de produção tem no local com trabalhadores, técnicos, supervisores, funcionários, gerentes reunidos ou convocados no local, e, na maioria das vezes, sem aviso prévio, cada vez de forma específica, para identificar e avaliar um problema e buscar soluções.

Isso me levou, em outra fase da minha pesquisa, a continuar esses estudos da prática, voltando-me para o exercício da autoridade e do comando na primeira metade do século XX, principalmente na indústria e na política. Além dos de Mattern, também

trabalhei a partir de arquivos muito especiais: de um lado, os estenogramas das reuniões de executivos e da direção de uma das maiores fábricas soviéticas, localizadas em Leningrado, reuniões onde as questões de autoridade e de comando foram discutidas por volta de 1930; de outro lado e, especialmente, os documentos de trabalho do próprio Stalin que tinham acabado de serem abertos em Moscou em 1996: cartas, rascunhos, esboços, desenhos, relatórios, projetos, material informativo, etc. Estes dois conjuntos de documentos são novamente fontes diretas da prática. Isso me permitiu realizar um trabalho comparativo entre a França e a União Soviética dos anos 1920 e 1930, adicionando *insights* menos relacionados à prática sobre os Estados Unidos e a Alemanha.

4. (CeD): Estamos falando já do seu livro que foi publicado em 2013, poderíamos comentar um pouco sobre ele?

YC: Sim, é *Le Siècle des chefs*, publicado em 2013. Justamente, no trabalho dos arquivos industriais e desse engenheiro da Peugeot, li que havia palavras sobre o chefe e que diziam que o chefe devia ser honesto, que ele não devia mentir. Sobre estas palavras não havia uma história elaborada. Quero dizer que não existiam estudos na história, nem na França ou nos Estados Unidos ou na Alemanha, sobre esse discurso moral a propósito dos chefes. Eu decidi trabalhar sobre isso, o líder, a chefia, a autoridade, tanto sobre as práticas discursivas quanto sobre as práticas mais físicas, e fazer um ensaio comparativo. Pensei no início com a França e a Alemanha e, depois, quando os arquivos soviéticos foram disponibilizados, decidi em 1989 inserir a União Soviética (ainda era a União Soviética). Para uma comparação tão larga, eu necessitava da riqueza das bibliotecas americanas. Trabalhei nelas sete meses em vários lugares. Tornou-se evidente que eu tinha que incluir também os Estados Unidos no meu painel comparativo. Naquele momento, fiz mais uma descoberta de pesquisa que não procurava; quero dizer que esta curiosidade a respeito da autoridade, das práticas de

comando, me levava a constatar que havia realmente algo que se constituiu no século XX a respeito dessas questões e que não existia no século XIX.

Os chefes sempre existiram, com nomes variados em cada língua. Mas a noção de *leadership* nasceu só no fim do século XIX e no início do século XX nos Estados Unidos. No mesmo momento, idêntico fenômeno ocorreu em países que viviam um forte desenvolvimento da revolução industrial, como a França, a Alemanha e a Rússia, com suas próprias formas e nomes (por exemplo, o nome *Führer* se tornou importante na Alemanha somente a partir desse momento crucial). Nunca existira antes uma figura geral de líder que fosse consistente, que dissesse respeito aos líderes de todos os níveis (e não somente o do grande chefe ou *great leader*), que tentasse descrevê-los com qualidades que a psicologia poderia medir. O *chef*, o *Führer*, em russo o *rukovoditel'*, o *leader*, a *liderança* se tornaram títulos sociais dedicados à promoção das pessoas, em particular das pessoas das classes populares. Todos estavam convidados a serem chefes (mas não as mulheres). É essa a ideia de “necessidade de chefes” que se formulou na França com o livro *Psicologia das multidões* de Gustave Le Bon (que foi publicado em 1895, e está disponível no Brasil em português) e que todo o mundo a adotou: “homens em multidão não podem dispensar um mestre”. Todos aqueles que queriam controlar as massas, as multidões, adotaram esta ideia no século XX, tanto no exército quanto na política, na economia, na educação e mesmo na Igreja. Podemos ver que não foi apenas uma questão de olhar para os maiores chefes. Houve um maior desafio historiográfico e interpretativo para compreender como as hierarquias foram reforçadas com as suas pilhas de líderes em todos os níveis. O chefe faz parte da modernidade como a arquitectura moderna, o automóvel, e Picasso.

5. (CeD): Seria por isso que você considera o século XX, como você afirma no seu livro, o “século dos chefes”?

YC: É isso mesmo. Foi realmente a tese do livro, que foi um momento da história da humanidade em que se fez o diagnóstico científico, pela sociologia, psicologia e depois

antropologia e história que os homens em sociedade têm naturalmente líderes e, além disso, precisam deles. Além do mais, é um discurso que é feito a pessoas, a nós: “você precisam de chefes”. Isso foi muito forte no século XX, tanto do lado das elites capitalistas, liberais, quanto do lado socialista, com o bolchevismo e, evidentemente, os autoritarismos, ou os totalitarismos. Hanna Arendt diferencia bem os totalitarismos e os autoritarismos. Você conheceram e conhecem no Brasil regimes muito autoritários. Não se pode dizer que era um totalitarismo como o nazismo ou stalinismo.

6. (CeD): Foi um autoritarismo de qualquer forma...

YC: É isso. É um autoritarismo como o peronismo. Penso que esse século tenha acabado. Quero dizer que o século dos líderes, desse discurso sobre os líderes, desse discurso sobre a obrigação em reconhecer líderes em todos os cantos da vida social, tenha acabado.

No momento, percebo que há uma tentativa no mundo, por parte de grupos, coletivos, populações mais ou menos organizadas, de fazer um balanço dessa história. As críticas à autoridade e aos líderes explodiram em 1968 e em seguida. A virada neoliberal não é estranha a isso. Apoiando-se no desenvolvimento das técnicas e da tecnologia digital, ela busca se livrar da parte humana na produção, na guerra, na administração... Os humanos são caros e, sobretudo, protestam, imaginam outras soluções diferentes daquelas que se quer impor a eles. As empresas estão em busca de novas formas hierárquicas que pareçam mais horizontais, e da redução do número de níveis de autoridade. Nos movimentos sociais e em coletivos específicos que buscam outras formas de vida, a horizontalidade também é um desejo constante, uma busca ininterrupta. Um bom exemplo disso é o “Movimento Passe Livre” que esteve na origem em junho de 2013 das mais importantes manifestações populares ocorridas no Brasil. Mas também, houve movimentos sem líderes em dezenas de países desde 2010 e, especialmente, fora daqueles países que tinham sido os criadores da democracia — até os “coletes amarelos” franceses no final de 2018. Em todos os lugares, sob o impulso

do movimento das mulheres, podemos também dizer da revolução feminista, grupos, coletivos, associações estão buscando novas formas de igualdade. Portanto, o discurso do século XX não tem mais vez no século XXI. Isso não significa que não há mais chefes! Existem sempre, na política sobretudo sob constituições presidencialistas, na economia em empresas capitalistas, e também na China, a qual adotou o capitalismo para fortalecer seu comunismo. Mas a paixão pelo chefe diminuiu muito. As pessoas estão se construindo cada vez mais de outra forma do que querendo ser líderes.

7. (CeD): Então, professor Yves, podemos considerar que o seu trabalho, na sua trajetória científica, somando a sua tese de doutorado, os inúmeros artigos que você tem publicado e esse livro que foi feito com tanto carinho, tanta dedicação durante 23 anos de pesquisa em quatro países; podemos considerar que o seu trabalho — uma contribuição à história, sem dúvida, à ciência da história — é muito importante para nós, analistas organizacionais, porque ele pode ser visto também na fronteira entre a gestão, a análise organizacional e a ciência da história.

YC: Obrigado. Trabalhei muito na França com pesquisadores de gestão do *Centre de gestion scientifique de l'École des Mines* e do *Centre de recherche en gestion de l'École Polytechnique*. Estou pensando especialmente em Denis Bayart, Armand Hatchuel e Eric Pezet. Foi com eles que criei em 1995 um grupo de estudos interdisciplinares com historiadores, sociólogos, economistas e, portanto, pesquisadores em gestão (esse grupo agora se chama *Prato, Pratiques, Travail, Organisation*, mas perdeu essa última categoria de colegas...). Segundo esses pesquisadores-gestores, seu objeto devia ser considerado como histórico, definido pela história. Além disso, as abordagens pragmatistas foram e são amplamente utilizadas entre eles. E, finalmente, esses pesquisadores eram eles próprios praticantes e conceberam o que estavam fazendo como pesquisa-ação. Tudo isso podia nos aproximar, pois entre eles não havia apenas a consideração da gestão como prática, mas havia também uma abordagem crítica.

E também é muito importante na minha própria investigação atravessar fronteiras de qualquer tipo: fronteiras nacionais, fronteiras dos campos de atividade (negócios, política, arte, protesto, etc.), fronteiras das ciências (história, sociologia, antropologia, linguística, economia), e também ver como elas são atravessadas pelos próprios atores. A partir daí, é evidentemente uma questão de praticar um intercâmbio interdisciplinar que é essencial, uma vez que as questões colocadas pela história em construção são inesperadas e estão em constante mudança, e as ciências devem se permitir serem remodeladas por esta irrupção.

8. (CeD): Agradecemos a generosidade e a oportunidade do professor Yves em nos dar essa entrevista, em nos trazer essas contribuições. Professor Yves, se puder nos deixar uma mensagem final...

YC: Uma coisa que eu não abordei é que eu estou muito atento à relação entre dominação e emancipação. No entanto, as práticas de gestão são, em grande parte, dominação em ação, mesmo que a gestão também seja encontrada em organizações de protesto e resistência. Para mim, dominação e emancipação estão intrinsecamente em relação permanente entre si. Quantos gestores protestam contra o que chamam de “resistência à mudança” que dizem encontrar constantemente entre os empregados? Esta expressão sugere que enquanto eles estão do lado do progresso, os empregados estão do lado do conservadorismo e da imobilidade. No entanto, o que a antropologia, inclusive a do Brasil, tem mostrado muito bem é que as práticas ordinárias dos povos são emancipatórias como tal porque se antecipam às práticas de dominação que podem enfrentar. A emancipação já está lá e até precede a dominação (veja Pierre Clastres e sua *Sociedade contra o Estado*, traduzido em português). Por exemplo, Taylor concebeu seu sistema para contornar as práticas coletivas dos trabalhadores que dissimulavam suas formas de fazer as coisas para evitar que o empregador baixasse o preço acordado para o trabalho a cumprir. A resistência já estava lá e era uma proteção contra as

ameaças dos poderes que estavam por vir. Estou trabalhando muito neste tema no momento.

Eu agradeço a você e aos seus colegas pela abertura porque em Florianópolis há pesquisadores em gestão que buscam o diálogo com as ciências sociais para integrá-las às suas abordagens, o que é extremamente raro. Isto é muito demonstrativo do que permitiu a virada pragmática, criando novos encontros e novas conversas. O esforço é maravilhoso nesse sentido. Sou eu que devo agradecer a vossa iniciativa. A riqueza dessa discussão mostra bem que há um processo em andamento e que este processo continua, não terminou e há muita coisa positiva pela frente.

Passage obligé (2021)



Tinta acrílica sobre tela (40cm x 50cm)

Autor: Lavi Kasongo

Reflexões epistemológica e metodológica: empreendedorismo étnico na nova diáspora negra em São Paulo

Epistemological and methodological thoughts: ethnic entrepreneurship
in the new black diaspora in São Paulo

Audrey Silva Hein*

Resumo

Este artigo apresenta reflexões de ordem epistemológica e metodológica de uma pesquisa em andamento sobre o empreendedorismo étnico realizado pela nova diáspora negra em São Paulo. O objetivo central do estudo é compreender de que maneira os migrantes dessa nova diáspora negra emergem como empreendedores e se, a partir dos seus negócios, contribuem para posicionar as questões raciais e migratórias nas arenas públicas em que esse fenômeno se insere. A revisão sistemática da literatura demonstrou que as pesquisas que articulam migração e empreendedorismo étnico comumente adotam uma visão estruturalista para tratar o fenômeno. Para construir um olhar diferenciado, focado na ação individual e coletiva dos atores, adoto como postura teórico-epistemológica a sociologia pragmatista francesa. Especialmente, seu desdobramento nos termos de uma Sociologia dos Problemas Públicos. Para cumprir os objetivos dessa pesquisa, combinei o uso de narrativas de vida, observação direta e participante, entrevistas compreensivas e semiestruturadas, análise de documentos e diário de campo. Todos esses métodos podem ser agrupados sob a dimensão do trabalho de campo etnográfico. Entretanto, diante do cenário pandêmico, fiz uso de uma adaptação do método etnográfico feita, inicialmente, para a pesquisa de mercado, a netnografia. Alguns dados relevantes têm surgido nessa pesquisa. Os empreendedores dessa nova diáspora negra em SP emergem a partir de uma complexa rede de conexões com atores humanos e não-humanos. Raça e identidade de migrante estabelecem intersecção com outros marcadores sociais da diferença (como idade, estado civil, gênero, paternidade/maternidade) para explicar a trajetória desses empreendedores. De acordo com as três categorias empíricas de perfis empreendedores identificadas nessa investigação (frágil ou vulnerável, por necessidade e por engajamento), há variações na potencialidade que favorece ou bloqueia a emergência de questões raciais e migratórias nas arenas públicas.

Palavras-chave: Sociologia Pragmatista Francesa; Sociologia dos Problemas Públicos; Netnografia; Empreendedorismo Étnico; Nova Diáspora Negra.

Abstract

This paper presents reflections of epistemological and methodological order of ongoing research on ethnic entrepreneurship carried out by the new Black diaspora in São Paulo. The main objective of the study is to understand how migrants from this new Black diaspora emerge as entrepreneurs and whether, from their businesses, they contribute to positioning racial and migratory issues in the public arenas in which this phenomenon is included. A systematic review of the literature showed that research that articulates migration and ethnic entrepreneurship commonly adopts a structuralist view to treat the phenomenon. To build a differentiated look, focused on the individual and collective action of the actors, I adopted as a theoretical-epistemological posture the French pragmatist sociology. In particular, its unfolding in terms of the Sociology of Public Problems. To fulfill the objectives of this research, I combined the use of life narratives, direct and participant observation, comprehensive and semi-structured interviews, document analysis and field diary. All these methods can be grouped under the dimension of ethnographic fieldwork. However, given the pandemic scenario, I made use of an adaptation of the ethnographic method initially made for market research, netnography. Some relevant data have emerged in this research. The entrepreneurs of this new black diaspora in SP emerge from a complex network of connections with human and non-human actors. Race and identity of a migrant intersect with other social markers of difference (such as age, marital status, gender, paternity/motherhood) to explain the trajectory of these entrepreneurs. According to the three empirical categories of entrepreneurial profiles identified in this investigation (fragile or vulnerable, by necessity and engagement), there are variations in the potentiality that favors or blocks the emergence of racial and migratory issues in public arenas.

Keywords: French Pragmatist Sociology; Sociology of Public Problems; Netnography; Ethnic Entrepreneurship; New Black Diaspora.

1. Introdução

Este artigo apresenta reflexões de ordem epistemológica e metodológica de uma pesquisa em andamento sobre o empreendedorismo étnico realizado pela nova diáspora negra em São Paulo. O objetivo central do estudo é compreender de que maneira os migrantes dessa nova diáspora negra emergem como empreendedores e se, a partir dos seus negócios, contribuem para posicionar as questões raciais e migratórias nas arenas públicas em que esse fenômeno se insere. Para isso, esse trabalho se propõe a responder as seguintes perguntas de investigação: 1) Como as associações, mediações e agenciamentos entre atores humanos e não-humanos são traçados para que estes/as migrantes consigam iniciar e manter seus negócios? 2) De que maneira esses negócios se relacionam com controvérsias e conflitos que favorecem ou bloqueiam a emergência de questões raciais e migratórias referentes à essa nova diáspora negra como problema público? Assim, procuro analisar como diferentes atores agem, se articulam e constroem (ou não) novas respostas para o empreendedorismo étnico, desenhando ações coletivas, mobilizações para responder às situações problemáticas que encontram (Cefaï, 2017a).

Como um mapeamento inicial desse tema, realizei uma busca em bases de dados científicas internacional¹ e nacionais². Os campos de estudo como Saúde Ocupacional Ambiental Pública, Demografia, Sociologia, Geografia, Economia, Ecologia, Estudos Étnicos, História, Antropologia e Administração são alguns em que o diálogo acadêmico sobre migrações tem acontecido com mais ênfase. Os registros dessas bases de dados

¹ A pesquisa foi realizada na base de dados da *Web of Science* (WoS), em periódicos revisados por pares. Os termos de busca foram: *Social Entrepreneurship*, *Ethnic Entrepreneurship*, *Ethnic Enterprises*, *Ethnic Business*, *Ethnic Migration*, *Minority Entrepreneurs*, *Ethnic Economy*, *Black Business Owners*, *Black Diaspora*, *Non-White Diaspora*, *Pragmatism*.

² A pesquisa foi realizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) e na *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Os termos de busca foram: Empreendedorismo, Empreendedorismo Étnico, Imigrante, Empreendedorismo Imigrante, Empreendedorismo Negro, Diáspora, Pragmatismo. A busca com os termos em inglês também foi feita na SCIELO e na CAPES.

acadêmicas mostram que essa atenção, representada pelas publicações científicas, tem aumentado desde 2008 e segue com maior força a partir de 2015.

Para proceder a escolha das leituras, segui três princípios elencados por Quivy e Campenhoudt (2013). O primeiro deles foi iniciar essa trajetória pelo objetivo geral. Isso me permitiu buscar artigos relacionados aos temas que abarcam meu questionamento nessa investigação, como migração/imigrante, empreendedorismo, empreendedorismo étnico e diáspora negra. Assim, fiz levantamentos em bases de dados científicas³ usando esses termos de busca. Os resultados impressionam. Somente no ano de 2008, a *Web of Science* (WoS) registrou 13.017 artigos em sua base de dados sobre o tema *Migration*. Em 2019, a quantidade de estudos sobre migrações em sua plataforma foi de pouco mais de 37.000. O total de publicações, desde 1996, soma quase 429.000 artigos. A busca com o termo *Entrepreneurship* sozinho trouxe pouco mais de 23.700 publicações. A soma de estudos que relacionam os termos *Migration* e *Entrepreneurship* é de mais de 500 artigos. Apenas em 2019 foram apresentados 107 estudos sobre essa temática. Os termos *Ethnic Entrepreneurship* e *Migration* relacionados aparecem em 131 artigos, mas se forem cruzadas as palavras *Ethnic Entrepreneurship* e *Immigrant* o resultado do levantamento aponta para 337 estudos. Nas bases de dados nacionais, a quantidade de publicações sobre “Imigração” e “Empreendedorismo”, apesar de menor se comparada a WoS, é expressiva. Juntas, Spell, Scielo e Capes apresentam 1.275 estudos sobre “Imigração” e 3.200 sobre “Empreendedorismo”. Entretanto, são bem poucas as publicações sobre “Empreendedorismo Étnico” ou “Migrante” em suas plataformas. O resultado dessa busca foi de 56 artigos na CAPES, 2 na Spell e 5 na Scielo.

Então, para evitar partir para leituras inadvertidamente, me afogando no mar de conhecimento, fiz uso do segundo princípio elencado pelos autores. Quivy e Campenhoudt (2013) defendem que é preferível ler de maneira aprofundada e crítica alguns bons textos escolhidos a ler milhares de páginas superficialmente. Confesso que

³ A última verificação nessas bases foi feita em fevereiro de 2020.

essa tarefa não foi fácil, porque a tentação de “ler tudo” me consumiu durante um bom tempo. Para poder seguir com esse segundo fundamento, inicialmente, parti para a busca de artigos que apresentassem uma meta-análise, uma revisão sistemática da literatura sobre cada tema. Eles deveriam trazer uma reflexão de síntese e indicar as leituras fundamentais a serem feitas para os estudos ou apontar os artigos mais citados. Esse último ponto, inclusive, é bem mais fácil de ser visualizado na plataforma acadêmica WoS. Outra maneira que encontrei, para refinar a leitura e cobrir os anos que não foram contemplados nas meta-análises, foi a de concentrar minha busca em artigos mais recentes. Isso porque, normalmente, eles trazem o estado da arte sobre uma determinada temática. E, essas leituras me conduziram a outros estudos e autores seminais.

O terceiro princípio é voltado ao cuidado em escolher textos que possam trazer abordagens diversificadas sobre o objeto de estudo. A ideia foi confrontar perspectivas diferentes e, assim, poder apresentar o diálogo acadêmico entre os autores, o que também me fez ser inspirada por alguns deles. Esses critérios que adotei, claro, não são infalíveis, nem necessariamente os melhores. Mas, ajudaram-me a sair da angústia inicial.

Esse tema tem-se mostrado atual, social e academicamente importante e bastante relacionado à realidade concreta. Então, por meio deste estudo, procuro oferecer duas contribuições, sendo uma de ordem teórica e outra de natureza prática. Primeiramente, proponho uma nova leitura teórica e analítica que estabelece relações entre o empreendedorismo étnico e a nova diáspora negra em SP, o que possibilitará avançar a teoria sobre esse fenômeno. Ao invés de olhar para a questão dos fluxos migratórios em função exclusivamente das desigualdades globais – que forçam populações oprimidas a ir para outros países e seguir suas vidas – e para os sistemas – que podem bloquear ou beneficiar suas ações nos países de destino – como a visão estruturalista comumente observada nos estudos que articulam migração e empreendedorismo étnico, desejo construir um olhar diferenciado, focando na ação individual e coletiva dos atores. Por esse motivo, adoto como postura teórico-

epistemológica a sociologia pragmatista francesa, que se interessa pela capacidade de ação dos agentes. Especialmente, seu desdobramento nos termos de uma Sociologia dos Problemas Públicos, tal como praticada por Daniel Cefaï. Acredito que tal postura me permitirá compreender melhor como os empreendedores étnicos definem situações problemáticas e passam à ação para resolvê-las (Cefaï, 2017a, 2017b). A segunda contribuição está relacionada aos resultados e conclusões deste trabalho junto a esses empreendedores. Minha pretensão é que este estudo possa trazer novas análises sobre a gestão dos seus empreendimentos e assim seja útil para suas reflexões e ações. E ir além, ampliando os debates que possam influenciar a formulação de políticas públicas voltadas para atenuar os efeitos negativos e incentivar as consequências benéficas relativas ao empreendedorismo e ao empreendedor étnico.

Na próxima seção exponho o diálogo acadêmico nacional e internacional sobre migrantes e empreendedorismo étnico. Em seguida, faço uma breve incursão sobre a sociologia pragmatista francesa e mais especificamente sobre a Sociologia dos Problemas Públicos. Essa aproximação justifica a relevância epistemológica e metodológica adotados nessa pesquisa. Logo após, teço alguns comentários sobre a importância da pesquisa etnográfica em estudos pragmatistas e finalizo apresentando a maneira como foi realizado o trabalho de campo e a construção de dados. Além disso, trago brevemente alguns dados relevantes que estão surgindo nessa pesquisa sobre os agenciamentos entre os atores humanos e não-humanos para que esses migrantes da nova diáspora negra em SP emergam como empreendedores e algumas ações adotadas por eles para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas públicas.

2. A produção científica sobre migrantes e empreendedorismo étnico: são eles simples marionetes das estruturas?

Primeiramente, exponho alguns limites conceituais para esclarecer a distinção de termos e para posicionar o fenômeno desta investigação. A natureza complexa da palavra “empreendedorismo” resultou na formação de múltiplos domínios sobre ela. Os

termos “empreendedorismo imigrante” (ou migrante) e “empreendedorismo étnico” têm sido usados de maneira intercambiável na literatura acadêmica. Essa sobreposição pode ser atribuída aos diversos quadros teóricos usados para explicar esses acontecimentos (Aliaga-Isla & Rialp, 2013; Dheer, 2018).

O “empreendedorismo imigrante” (ou migrante) é o processo pelo qual os migrantes identificam, criam e exploram oportunidades econômicas para iniciar novos empreendimentos em suas nações de destino. No entanto, é diferente do “empreendedorismo étnico” que engloba os procedimentos para abrir e administrar uma empresa vinculados a uma herança cultural comum e de pertencimento a um grupo que tenha as mesmas características (Zhou, 2004). Essa forma de empreendedorismo se concentra em satisfazer as necessidades e preferências dos consumidores étnicos no país anfitrião e se beneficia do acesso a trabalhadores co-étnicos, bem como da recepção da comunidade, fornecedores e redes sociais étnicos (Aldrich; Waldinger, 1990). Dito de outra forma, etnia, identidade étnica e solidariedade étnica são características que definem os negócios étnicos (Keefe, 1992).

As últimas cinco décadas presenciaram um aumento expressivo na migração global. Em 1970, havia pouco mais de 84 milhões de pessoas migrantes. De lá para cá, o número de indivíduos que se deslocou internacionalmente foi de 272 milhões. Em relação a 1970, a expansão desse fenômeno foi de 69% (International Organization For Migration [IOM], 2020; Organização das Nações Unidas [ONU], 2019a; 2019b). O Relatório Anual 2019 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) apontou que, entre 2011 e 2018, o Brasil registrou 774,2 mil migrantes. Desses, 492,7 mil são considerados migrantes de longo termo, ou seja, aqueles que permanecem no Brasil por mais de um ano.

O Brasil tem recebido indivíduos de várias nacionalidades, com destaque para haitianos, venezuelanos, colombianos, bolivianos, argentinos, peruanos, angolanos, senegaleses e bengalis. Os haitianos representam 21,5% do grupo de migrantes de longo

termo e, no decorrer desses anos, têm figurado como a principal nacionalidade registrada no mercado formal de trabalho brasileiro (Observatório das Migrações Internacionais [OBMIGRA], 2019). Como é possível notar, a entrada de estrangeiros no Brasil tem sido marcada pelo predomínio de pessoas oriundas de diversos países africanos e sul-americanos. Esse contingente de migrantes proveniente da África e do Caribe que se deslocam para o Brasil configura uma nova diáspora negra, diferente daquela relativa ao momento histórico do sistema colonial escravista que marcou a formação da nação.

Com perfis socioeconômicos diversificados, diferentes nacionalidades e percursos históricos e migratórios, esse fluxo de contingentes de migrantes mostra que o Brasil está inserido na rota das migrações internacionais. E, essa inserção passa, necessariamente, pela cidade de São Paulo, devido a concentração da atividade econômica, forte base industrial, comercial e de serviços (ONU, 2019a).

Os governos e pesquisadores, então, passaram a observar esse fenômeno mais de perto. (Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, 2018; Dheer, 2018). Os campos da Sociologia, Antropologia e História se concentraram em analisar as questões voltadas à inserção dos migrantes nos países de acolhimento (Aldrich & Waldinger, 1990; Bates, 1994; Dheer, 2018; Jibeen, 2011). Os ramos da Economia, Estudos Étnicos e Empreendedorismo têm-se dedicado a explorar as consequências da participação do migrante no mercado de trabalho – não somente como empregados, mas também como empreendedores - relacionadas ao crescimento econômico e o desenvolvimento regional (Aldrich & Waldinger, 1990; Aliaga-Isla & Rialp, 2013; Bates, 1997; Bagwell, 2008; Borjas, 1986; 2000; Barbosa, Gerhardt, & Kickul, 2007; Hunt, 2010). Essa tendência é observada em vários países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Austrália, Alemanha, Holanda, Suécia, Eslováquia, Espanha, Reino Unido e Bélgica (Hunt, 2010; Dheer, 2018).

O debate político em torno dos benefícios e desvantagens relacionados ao escopo das atividades empreendedoras desempenhadas pelos migrantes tem gerado um volume considerável de literatura sobre esse tema (Aldrich & Waldinger, 1990; Aliaga-Isla & Rialp, 2013; Bates, 1997; Barbosa et al., 2007; Bagwell, 2008; Borjas, 1986; 2000; Dheer, 2018; Hunt, 2010).

No campo acadêmico brasileiro, as pesquisas se concentram nos contingentes de migrantes que aportam no Brasil. Apesar de alguns artigos colocarem as ações de migrantes no cerne de suas análises, como os estudos de Zanforlin e Cogo (2019) e Almeida e Cogo (2018) que refletem sobre os agenciamentos de migrantes, a maior parte deles segue a lógica da publicação internacional, que privilegia uma abordagem estruturalista.

Outra questão significativa diz respeito às múltiplas localizações sociais que atravessam os sujeitos. A literatura nacional sobre o empreendedorismo étnico pouco aborda a questão da intersecção de raça, gênero e classe que marcam as comunidades diaspóricas (Brah, 1996).

Em comum, as pesquisas nacionais e internacionais têm salientado a importância dos capitais humano, social e financeiro do migrante para a análise dos empreendimentos no enclave étnico e, por isso, se baseiam nas teorias dos capitais de Bourdieu (Aliaga-Isla & Rialp, 2013). De modo geral, os autores se concentram nos fatores *pull and push* que desencadeiam ou limitam o comportamento empreendedor de um migrante, em análises de nível micro e perspectiva dedutiva (Aldrich & Waldinger, 1990; Aliaga-Isla & Rialp, 2013; Cruz & Falcão, 2016). Em outras palavras, as estruturas sociais têm sido apontadas como o fator responsável pelo empreendedorismo dessa população diaspórica.

Nenhum desses estudos investigou o fenômeno do empreendedorismo étnico da nova diáspora negra a partir da sociologia pragmatista francesa. O trabalho mais

próximo dessa perspectiva é o de Tonelli, Brito e Zambalde (2011) que discorre sobre o empreendedorismo na ótica da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Os autores buscam relacionar as perspectivas objetivista – que privilegia o estruturalismo como a causa do empreendedorismo – e subjetivista – que favorece a capacidade do indivíduo – para revelar os diversos agenciamentos mobilizados para o surgimento do empreendedorismo. Entretanto, o foco está nos empreendedores em geral e não apresenta resultados empíricos. Ademais, a discussão não incorpora a questão dos problemas públicos.

Para escapar dessa visão estruturalista, trago uma nova lente teórica a partir da sociologia pragmatista francesa, especialmente aquela com foco nos problemas públicos, que tem em Daniel Cefaï um dos seus principais representantes. Essa nova perspectiva é relevante para compreender como esses agentes – migrantes/étnicos – em um contexto adverso, emergem como empreendedores e, a partir da sua ação empreendedora, contribuem para posicionar questões raciais e migratórias nas arenas públicas.

Afinal, se todo problema público é um problema social, nem todo problema social emerge como um problema público (Cefaï, 2011). Além do mais, os agentes são competentes e capazes de crítica. Eles não são cooptados pelo sistema e conseguem perceber a necessidade de fazer concessões e traduções para alcançar um objetivo. Não são simples marionetes das estruturas (Boltanski & Thévenot, 1999).

Dito isso, para fazer uma incursão diferenciada por intermédio de um outro olhar e uma nova compreensão sobre esse fenômeno, nas próximas seções posiciono o enfoque teórico da sociologia pragmatista francesa, com especial atenção para a Sociologia dos Problemas Públicos.

3. O pragmatismo filosófico e a virada pragmatista das ciências sociais na França

A ênfase do pragmatismo filosófico está nos seres humanos como aqueles que agem e em suas relações práticas com o mundo (Delanty & Strydom, 2003; Jaime & Bandeira, 2020). O pragmatismo é, portanto, uma filosofia da prática, da ação, do cotidiano. Os conceitos são produzidos com base nas experiências das pessoas. O conhecimento passa a ser importante quando produz efeitos – consequências práticas – nas vidas dos atores. Estes são vistos como seres criativos e que, por isso, empregam a linguagem e usam seus conhecimentos para abrir possibilidades e realizá-las (Delanty & Strydom, 2003). Dito de outra maneira, o ato de pensar conduz a resolução de problemas. Em vista disso, o pragmatismo supera os dualismos cartesianos que são pressupostos da filosofia ocidental moderna, como sujeito e objeto, corpo e mente, teoria e fato, dedução e indução, natureza e cultura, realidade e cópia, indivíduo e sociedade, dentre outros (Corrêa & Dias, 2016; Delanty & Strydom, 2003; Jaime & Bandeira, 2020). Isso significa dizer que o pragmatismo rejeita algumas ideias norteadoras da filosofia positivista da ciência, bem como do interpretativismo e das tradições estruturalistas. Princípios como a do sujeito do conhecimento como indivíduo, o conhecimento construído a partir da observação e dedução lógica, as ciências sociais preocupadas exclusivamente com a interpretação e compreensão dos significados simbólicos da cultura, a verdade como representação da realidade são abertamente confrontados. O pragmatismo assume uma outra perspectiva. Nele, o conhecimento ancora-se nos problemas coletivos e ocorre em diferentes contextos e de diversas maneiras. O conhecimento não é resultado somente da criatividade individual do cientista, mas inclui também a busca cooperativa da comunidade científica pela verdade mediante processos de interpretação e argumentação e, de forma mais significativa, por meio da superação coletiva de problemas de ação (Delanty & Strydom, 2003; Jaime & Bandeira, 2020). A forma como se desenrola a superação dos problemas coletivos e o desenvolvimento simultâneo do conhecimento são as preocupações primordiais do

pragmatismo, dado que juntos realizam e fortalecem a democracia (Delanty & Strydom, 2003).

O pragmatismo foi fundado pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce, no final do século XIX e se expandiu para o mundo no início do século XX. Para encaminhar os problemas filosóficos, Peirce acreditava na necessidade da criação de métodos apropriados que permitissem a organização das ideias e sua extensão a novos fatos. Uma de suas críticas referia-se a falta de sentido da maioria das afirmações metafísicas. Foi em um de seus ensaios “Como Tornar Claras Nossas Ideias”, publicado em 1878, que Peirce apresentou o pragmatismo. Ele o idealizou como um método. Dessa forma, o objetivo do pragmatismo não deveria ser a solução para algum problema específico, mas uma técnica que pudesse apoiar a compreensão de problemas científicos e filosóficos, permitindo a sua reconstrução ou explicação de conceitos pouco claros. Para o filósofo, a definição desses conceitos significava, necessariamente, analisar as suas “consequências práticas”. Em outras palavras, para a concepção de um conceito deve haver uma ligação entre pensamento e ação, para se compreender como ele funciona e o que pode realizar (Peirce & Frege, 1974). Esse princípio levou Peirce (1974, p.5) a propor a máxima pragmatista de “Considerar os efeitos práticos que possam pensar-se como produzidos pelo objeto de nossa concepção. A concepção destes efeitos é a concepção total do objeto”.

William James — seguidor de Charles Peirce e quem o proclamou como o fundador desse movimento filosófico — foi o responsável pela divulgação desse novo método e obteve uma resposta abrangente da Europa. Filósofos, como Josiah Royce, John Dewey, George Herbert Mead, Clarence Irving Lewis, Charles Morris, dentre outros, passaram a seguir e a elaborar o pragmatismo, durante as primeiras décadas do século XX (Delanty & Strydom, 2003).

James (1974), assim como Peirce, afirmou que o pragmatismo é um método para assentar as disputas intermináveis da metafísica. Para que isso seja possível, é preciso

considerar os efeitos práticos que um objeto pode ter, ou seja, o que devemos esperar e que ações devemos preparar. Essa conceitualização leva o pragmatista a se distanciar das generalizações e deficiências das soluções verbais e se aproximar do concreto, do fato, da ação e do poder. Assim, a ciência e a metafísica podem trabalhar juntas, pois o pragmatismo se desdobra em caminhos onde as realidades existem e podem ser alteradas. As teorias passam a ser instrumentos e não respostas aos fenômenos sob as quais podemos nos debruçar.

O pragmatismo não tem dogmas, mas alguns princípios. Dentre eles, não se deve ir à campo com um modelo prévio e categorias *a priori*, pois é preciso investigar primeiramente sobre o que emerge do campo. Por esse motivo, James (1974, p. 13) esclareceu que o método pragmático implica na “atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das “categorias”, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, conseqüências, fatos”.

Assim, no pragmatismo, não se fala em verdade no singular, como sendo somente parte de nossas próprias experimentações (James, 1974). Para uma proposição ser considerada verdadeira é preciso que, além de ser vantajosa na prática (Jaime & Bandeira, 2020), nossas ideias e experiências estejam relacionadas às outras verdades. Dessa forma, o pragmatismo fala de verdades no plural. É a comunidade quem refina as controvérsias sobre determinado fenômeno. E, quanto mais debates existem, mais vivo está o campo, a sociedade e a ciência (James, 1974).

Dewey (1974), contrário a dicotomia largamente difundida nas escolas filosóficas entre experiência e natureza, explica que o método empírico é o único capaz de trabalhar com a totalidade da experiência no plano de ação dos agentes, em razão de assumi-la de forma integrada como ponto de partida. O método não-empírico inicia com as duas partes já separadas, com o objeto e sujeito de um lado, mente e matéria de outro. Ao ceder espaço para a interação entre o agente e o meio, o método empírico

permite voltar a atenção para o dinamismo da experiência do agente e o progresso de seu conhecimento.

Entretanto, apesar da apropriação dos elementos centrais do pragmatismo feita por pesquisadores como Toulmin e Kuhn, e de Dewey e Mead levá-lo para a filosofia das ciências sociais e Morris para o empirismo lógico, o pragmatismo foi esquecido por décadas pelas universidades americanas. Seu renascimento na filosofia americana ocorreu, de maneira mais ampla e com consequências para a filosofia das ciências sociais, a partir de 1970 (Delanty & Strydom, 2003). Esse desaparecimento dos “mestres pensadores” não significou o fim das pesquisas. Na verdade, muitos pesquisadores “do outro lado do oceano” imigraram, favorecendo um intercâmbio intelectual que foi responsável pela formação de redes de cientistas (Dosse, 2018, p. 13).

Ainda que de forma pouco evidente, a virada pragmatista no contexto das ciências sociais na França ocorreu a partir do final da década de 1970 e início de 1980 (Corrêa & Dias, 2016; Delanty & Strydom, 2003). Mas, foi apenas a partir da década seguinte que o pensamento pragmatista foi “novamente descoberto” e passou a ser incorporado ao diálogo intelectual no campo das ciências sociais francesas. O paradigma dominante até então era o estruturalista. A sua predominância esteve diretamente relacionada a “era de ouro da sociologia clássica” (Dosse, 2018, p. 194) que diz respeito aos anos de pós-guerra, de reconstrução nacional e de modernização do Estado. Entretanto, esse paradigma falha quando é preciso explicar o agir social. “Explicar por que as pessoas se enganam não é a mesma coisa do que mostrar por que elas são mistificadas” (Dosse, 2018, p. 192).

Com o desgaste dos grandes paradigmas, surgem outros modos de pensar o social e o político. Com essa transformação em curso, Dosse (2018, p. 20) afirma que “estaremos sempre mais próximos da fumaça do que do cristal”, e a ação é, sem dúvida, a cristalização em desenvolvimento. Evidentemente, esse reconhecimento não surgiu sem um motivo. A ação marcou intensamente uma geração que experienciou o

movimento de maio de 1968 ocorrido na França. O paradigma estruturalista teve, então, a sua eficácia questionada, pois ao considerar que a estrutura social condiciona os atores, não foi capaz de abordar o fenômeno no qual eles agem independentemente das estruturas. Em função disso, o que foi determinante para o rompimento com o estruturalismo foi a necessidade de dar atenção aos atores (Dosse, 2018). Outro movimento observado e que resultou na reanimação do pragmatismo no contexto acadêmico francês — ocorrido a partir dos anos 2000 e 2010 — foi a tradução para o francês de obras e textos de Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey e George Herbert Mead (Corrêa & Dias, 2016).

Naquele período histórico, diversos pesquisadores impulsionaram o movimento de mudanças nas ciências sociais, como foi o caso de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Embora não se reivindicassem pragmatistas, inicialmente foram vistos, inclusive por Francois Dosse, como fundamentais nessa virada pragmática das ciências humanas na França. Boltanski e Thévenot passaram a questionar as categorias tradicionais usadas para explicar fenômenos sociais, como classes, sociedade, estruturas e movimentos sociais, se posicionando a favor de uma aproximação dos atores e suas experiências. Esses conceitos, antes vistos como explicativos, passaram a ser os elementos a serem explicados (Corrêa & Dias, 2016). Foi contrapondo-se à sociologia crítica de Pierre Bourdieu, com quem Boltanski trabalhou inicialmente, que os autores desenvolveram a sua teoria.

Bruno Latour e Michel Callon — outros dois importantes representantes da “constelação pragmática” nas ciências sociais — realçam a importância de cartografar os atores e retrazar as conexões criadas por eles. Essa nova abordagem do olhar científico sobre os fenômenos fez com que Souza e Júnior (2012, p. 13) alertassem que Latour nada mais queria do que “retirar da sociologia a segurança da imutabilidade de seu objeto de estudo bem como as fórmulas que se deve empregar para melhor explicá-lo”. De fato, isso fica explícito quando Latour (2012, p. 21) argumenta que “não há nada de específico na ordem social; que não existe nenhuma dimensão social, nenhum “contexto

social”, nenhuma esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo “social” ou “sociedade (...)”.

Assim, Latour (2012) aponta como empecilho o sentido de “ciência do social” dado a palavra sociologia. Os próprios termos “ciência” e “social” são problemáticos quanto a sua aplicabilidade direcionada a suportar e explicar qualquer fenômeno. Segundo o autor, o que se entendia por ciência e sociedade sofreu mudanças, não permaneceu estável. O social é algo fluido, plástico, provisório, sempre em transição. Portanto, o social está distante de ser um contexto em que tudo se encaixa, e deve ser visto como tantos outros componentes que participam da formação dos fenômenos. Dito de outra maneira, ao invés de ser a solução, o social é o enigma a ser solucionado. Essa colocação tira os cientistas da posição privilegiada que lhes permitia indicar que os atores nada sabem e são guiados involuntariamente pelas estruturas. E, por não serem permanentes, as conexões anteriormente formadas podem já não existir mais. Por isso, é preciso ir atrás das novas associações heterogêneas, descobrir conceitos, procedimentos e instituições para retomar a tarefa de conectar, de reagregar o social (Latour, 2012).

A sociedade passou a ser pensada enquanto redes de associação e agenciamento entre atores humanos e não-humanos (Callon, 1984; Latour, 2012), em uma complexidade de arenas e públicos (Cefaï, 2017a; 2017b). A previsibilidade e a estabilidade do mundo social passaram a dar lugar às incertezas, controvérsias, provas, crises. O foco não está mais no indivíduo, mas nos agentes de um coletivo que determinam as ações criativas e as relações compostas por regras e valores, além de novas adaptações conforme as situações também se alteram. O social é, então, o que deve ser explicado (Boltanski & Thévenot, 1999; Callon, 1984; Cefaï, 2017a; 2017b; Latour, 2012).

Esses posicionamentos evidenciam que o pragmatismo tem contribuído para sustentar pesquisas centradas em controvérsias e na produção social de acordos e

compromissos entre os diversos agentes, como, por exemplo, em demandas voltadas às políticas referentes ao meio ambiente, reivindicações de grupos pelo reconhecimento de suas identidades, combate à desigualdade de gênero nas organizações, dentre outras (Jaime & Bandeira, 2020).

A partir de Latour (2012), não há problema público sem agenciamentos e conexões entre atores humanos e não-humanos. Considero para efeito dessa pesquisa que o migrante que monta o seu próprio negócio é resultado de um feixe de relações entre atores humanos e não humanos, caso contrário ele não emergiria como um empreendedor étnico. A questão é cartografar as associações que tornaram isso possível. Considero também que muitos desses empreendedores étnicos contribuem, por meio de seus empreendimentos, para colocar as questões racial e migratória nas arenas públicas (Cefaï, 2017a; 2017b). Nesse caso, é importante compreender como isso acontece. Tendo em mente a importância desses objetivos que tenho perseguido no decorrer dessa pesquisa, apresento brevemente a seguir a Sociologia dos Problemas Públicos de Daniel Cefaï para aprofundar certas conceitualizações.

4. Sociologia dos problemas públicos

Uma situação se converte em problemática quando deixa de ser adequada àqueles que nela estão envolvidos. Ela desencadeia relações conflituosas. Esse processo, de acordo com Cefaï (2017a), faz emergir simultaneamente o problema e seu público. É diante dessa conjuntura que grupos de pessoas, organizações e instituições, em momentos e lugares distintos, se concentram em identificar, definir e estabelecer um problema (Cefaï, 2017a).

Para tanto, procuram aliados, determinam os adversários, e criam dispositivos de mediação que os auxiliem a convencer outras pessoas, publicamente ou no privado, sobre a autenticidade de suas investigações. Consequentemente, o saber é a ferramenta que confere o poder da ação e movimentam os atores. No momento em que essa dinâmica

de problematização e de publicização transpõe o círculo daqueles que estão imediatamente implicados, passando, portanto, a ser composto por um número maior de pessoas, ela assume a forma de um processo político. Cefaï (2017a, p. 190) explica que essa fase está relacionada com “o conflito aberto em torno de problemas”. Esse conflito pode dar margem aos comportamentos coletivos obscuros e ameaçadores, mas, por outro lado, também pode originar um público. Com o nascimento de um público, o conflito é organizado e ajustado por intermédio da “‘discussão racional’, de ‘mobilização da comunidade’ e de ‘formação de opinião’, e às vezes de elaboração de leis e transformação das instituições” (Cefaï, 2017a, p. 190).

Isso não significa, necessariamente, que essa mobilização coletiva esteja inserida somente no contexto da ação adotada pelo coletivo para resolvê-la. Cefaï (2017a, p. 191) avalia que “a constituição de um problema público não está totalmente no agir, mas também no padecer e no compadecer. Tem uma dimensão de passividade”. Em outras palavras, os membros que se esforçam em definir, explicar e controlar um distúrbio são os mesmos que o sentem, o vivenciam, que são afetados pelas situações conturbadoras. Porém, enquanto não houver o envolvimento no processo que leve a identificação e exploração da situação problemática, o distúrbio não se tornará um problema e, menos ainda, será reformulado como um problema público. Para que haja comprometimento, as pessoas precisam estar cientes sobre o que estão lidando e o que fazer com isso. Ao dispor de informações e se darem oportunidades de ação, os atores podem converter um distúrbio em um problema. Ou seja, o distúrbio, assim como o saber, também gera a movimentação dos atores.

Para que o distúrbio ganhe uma dimensão pública é necessário mobilizar uma rede de mediações organizacionais – existentes ou que venham a surgir - que é formada por associações, sindicatos, partidos, dentre outras, para representar uma causa e comunicar denúncias e reclamações e interpelar tribunais, governos e parlamentos. Assim, o distúrbio desponta como foco da atenção pública. Ele também se cristaliza devido a vários tipos de operações, como reportagens jornalísticas, investigações

policiais ou estudos científicos. Verdadeiramente, o problema público só passa a existir a partir da experiência coletiva. Assim decorre, por exemplo, de situações problemáticas que envolvem classe, gênero ou raça. Essas conjunturas não são apenas delimitadas pelas estruturas de desigualdade e de relações de dominação, mas emergem da ação dos atores e são produzidas em campanhas que promovem uma experiência coletiva. Nesse tipo de pesquisa, Cefai (2017a, p. 194) reforça que é primordial “descrever as primeiras etapas da dinâmica de problematização e publicização”.

Publicizar é fazer com que um problema emerja para além de um grupo com interesse específico. É, na presença do olhar do público, torná-lo reconhecido e explorado por aqueles que representam a opinião pública e pelos agentes da ação pública. O público, conforme Dewey, deve manter relações com especialistas, líderes e políticos para que estes os representem e contribuam para o desenvolvimento das questões problemáticas. Esses porta-vozes procuram influenciar as decisões governamentais, as medidas administrativas e as regulamentações jurídicas, levando à promulgação de novas leis, políticas públicas e serviços públicos. Assim, “publicizar é comprometer os poderes públicos” (Cefai, 2017a, p. 199).

A relevância de estudos que fizeram uso do pragmatismo, especificamente, da Sociologia dos Problemas Públicos, se faz notar por ilustrar a abrangência dessas perspectivas de análises apontadas por Cefai (2009; 2011; 2013; 2017a; 2017b). Essas investigações têm demonstrado que a mobilização das estruturas e dos recursos materiais para examinar a complexidade implicada nos motivos do comprometimento público e na emergência dos problemas públicos é insuficiente para explicá-los ou para acrescentar algo sobre eles.

Essa maneira de observar as situações problemáticas é evidenciada, também, em estudos nacionais mais recentes, como os de Andion, Ronconi, Concordia, Gonsalves e Serafim (2017) e Gonsalves e Andion (2019). Tanto a análise dos processos de inovação social promovidos por atores da sociedade civil na esfera pública (Andion, Ronconi,

Concordia, Gonsalves e Serafim, 2017), quanto a pesquisa sobre o engajamento da ação pública frente o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (Gonsalves & Andion, 2019) trouxeram uma outra maneira de examinar a ação pública, propondo um novo olhar para as ações coletivas da sociedade civil em arenas públicas. O resultado dessas pesquisas, dentre outras contribuições, possibilitou aos agentes envolvidos refletir sobre suas próprias atuações e pensar sobre os diversos caminhos de ação que poderão ser empreendidos.

A Sociologia dos Problemas Públicos, ou Sociologia das Mobilizações Coletivas (Cefaï, 2009), salienta a importância de seguir e identificar os atores, analisar as controvérsias, retrazar as trajetórias dos problemas públicos e descrever os campos de experiências e as fases que compõem a dinâmica da problematização e da publicização.

Essa lente teórica e epistemológica oferece pistas sobre os métodos a serem adotados em pesquisas que buscam explicar e desenvolver o social. Vale destacar que este estudo tem como foco um ator específico da nova diáspora negra em SP, aqueles que emergem como empreendedores étnicos. Por isso, não necessariamente irei retrazar a emergência do problema migratório dessa diáspora como problema público.

Dessa forma, na próxima seção discuto como, a partir da escolha por essa lente, operacionalizei os métodos que escolhi para cumprir com os objetivos de retrazar a rede que faz emergir, por meio de associações, conexões, mediações, empreendedores étnicos oriundos da nova diáspora negra em São Paulo; e avaliar se e como esses empreendedores contribuem para colocar as questões racial e migratória como um problema público.

5. A relevância da pesquisa etnográfica em estudos pragmatistas: a construção e a análise de dados

Para cumprir os objetivos dessa pesquisa, combinei o uso de narrativas de vida (Bertaux, 2010), observação direta e participante, entrevistas compreensivas e

semiestruturadas (Jaime, 2016; Quivy & Campenhoudt, 2013), análise de documentos e diário de campo. Todos esses métodos podem ser agrupados sob a dimensão do trabalho de campo etnográfico, conforme argumenta Jaime (2016). Por esse ser um trabalho que privilegia uma análise pragmatista, a etnografia me permitiu conduzir a investigação sob a perspectiva dos atores diante de suas experiências e realidades, algo que é muito enfatizado por Cefai (2009; 2011; 2013; 2017a; 2017b) e Cefai, Mello, Mota e Veiga (2011).

O trabalho de campo etnográfico é aquele no qual o pesquisador se debruça sobre os dados “produzidos” em campo, mediante o acompanhamento dos atores por um longo período, em um determinado contexto e de modo atuante e participativo. Essa definição proposta por Geertz (1989) sugere que os dados etnográficos não são como coisas apanhadas (coletadas) em um terreno para uma posterior análise em laboratório, como o faz um geólogo ou um botânico, por exemplo. Esses dados são construídos por meio da interação, do compartilhamento de uma experiência entre o pesquisador e os atores (Jaime, 2020). Dessa forma, o observador deixa de ser aquele que “paira” sobre uma realidade sem fazer parte dela. Por isso, uma etnografia só é possível quando existe uma confiança mútua e trocas, o que demanda tempo. É a construção dos dados em campo, por intermédio do estabelecimento de relacionamentos de confiança e de familiaridade com os atores em seus territórios, que permite uma reflexão aprofundada, descartando categorias e hipóteses não fundamentadas nas experiências daqueles que estão diretamente envolvidos na questão estudada (Cefai, Mello, Mota & Veiga, 2011; Geertz, 1989; Jaime, 2020). Por esse motivo, não fiz uma busca de categorias *a priori*, pois elas deveriam emergir do campo.

Cefai et al. (2011) ressaltam que a observação direta e a observação participante são os meios mais importantes para a realização da investigação etnográfica. Estar entre os atores possibilita observar como as pessoas e os representantes das organizações e entidades interagem em relacionamentos que podem ser compostos por, dentre outras coisas, relações de desigualdades, dominação e discriminação. O pesquisador se torna,

ao mesmo tempo, ator e espectador quando incorporado ao meio onde as controvérsias são desenvolvidas.

Como os dados são construídos e não coletados, há consequências nos seus processos de análise. Uma delas refere-se ao fato de que o tratamento dos dados não ocorre separadamente da sua construção no campo. Esse processo de análise é inerente a todas as fases de uma pesquisa etnográfica, o que significa que não se inicia apenas quando a “coleta” foi concluída (Jaime, 2020; Oliveira, 1996). Esse é um dos elementos principais para as atividades de pesquisa em torno da etnografia, como aponta Cefai et al. (2011). Os sentidos e os significados constituídos no contexto da ação precisam ser avaliados. Isso é feito descrevendo, a todo momento, de que maneira os argumentos e as narrativas são experienciados tanto por quem os produz, como por quem os recepciona.

Ainda assim, dizer que a etnografia é constituída pela observação, compreensão e descrição do campo da pesquisa não exclui os usos de outros métodos para a construção e análise de dados, como apontam Cefai et al. (2011). Porém, estudos pragmatistas procuram avaliar e compreender questões voltadas para as interações entre pessoas, bens e coletivos. As investigações inclinam-se a conhecer de que maneira os atores locais atuam para a resolução de problemas, quais são os atores imbricados na rede de relacionamentos e como mobilizam os públicos nas arenas públicas. Por isso, não existem explicações etnográficas e interpretações condizentes se estas não estiverem alicerçadas na observação e descrição das situações e que, conseqüentemente, trabalhos exclusivamente teóricos de análises de textos não conseguem abarcar esses contextos. A não realização dessa tarefa de seguir os atores deságua na corredeira comum da replicação de modelos em estudos científicos (Cefai et al., 2011).

Porém, diante desse cenário pandêmico devido à uma doença infecciosa (COVID-19) com a qual convivemos há quase dois anos, e que tem levado as nações a adotar medidas de saúde para minimizar o contágio entre as pessoas (Organização

Mundial da Saúde [OMS], 2020), me vi em uma situação inquietante para dar prosseguimento a essa pesquisa. Como, então, eu seguiria os atores? De que maneira procederia com essa etnografia? De que modo realizaria observações diretas e participantes? Seria possível fazer as entrevistas? Além disso, como eu poderia me fazer presente em coletivos e empreendimentos de migrantes, não somente para observar, como também para gerar os laços de confiança imprescindíveis para o desenrolar dessa investigação? Em vista disso, fiz uso de uma adaptação do método etnográfico feita, inicialmente, para a pesquisa de mercado, a netnografia.

5.1 A netnografia nas interações sociais

Kozinets (2014) explica que os métodos de pesquisa devem acompanhar a realidade de um mundo social que cada vez mais vem se digitalizando. Atualmente, milhares de pessoas fazem parte de comunidades *online* e de ciberculturas. Adaptar a etnografia a essa nova realidade, que inclui a influência da internet no mundo social contemporâneo, é um caminho inevitável. Para seguir as atividades sociais e as interações entre as pessoas que ocorrem nesse ambiente virtual, de acordo com o autor, é necessário o uso de outros meios de comunicação mediados pela tecnologia.

O método netnográfico foi criado por pesquisadores norte-americanos com o objetivo de realizar uma pesquisa etnográfica em que o acompanhamento dos indivíduos ocorre por meio eletrônico (Braga, 2013). Essa metodologia surgiu no final do século XX no campo da pesquisa de consumo e de marketing e, desde então, tem sido empregada em uma ampla variedade de estudos, que vão desde aqueles voltados a aplicação de publicidade *online* até pesquisas sobre identidade, relações sociais, aprendizagem e criatividade (Kozinets, 2014).

Diante das inúmeras possibilidades que a conexão virtual entre as pessoas tem proporcionado, Kozinets (2014) esclarece que os usuários não estão apenas consumindo passivamente os conteúdos publicados na rede, mas têm buscado formar alianças e

participar de coletivos. A netnografia, nesse caso, foi elaborada com a finalidade de compreender esses mundos. Essa pesquisa etnográfica *online* faz uso da tecnologia para estabelecer a comunicação entre o netnógrafo e a comunidade virtual e levantar dados que constam em fóruns, redes sociais, blogs, grupos de notícias etc.

Entretanto, a netnografia não considera as comunicações do ambiente virtual como conteúdo, diferentemente de outros métodos e técnicas utilizados em estudos que envolvem a internet, mas como interações sociais (Kozinets, 2014). Isso significa que a análise netnográfica não observa somente as palavras usadas pelos interlocutores, mas também a linguagem empregada, os significados atribuídos, o tipo de interação existente e a história por trás dessas interações.

Entretanto, há alguns desafios no uso desse método. Um deles refere-se à obtenção de informações confiáveis. Para fazer uso da netnografia é preciso identificar se esse método alcança os grupos de interesse para a investigação e escolher aqueles que são comprometidos com a divulgação de informações precisas e/ou que procuram auxiliar pessoas que não compreendem os conteúdos discutidos. As entrevistas realizadas por meio de voz e vídeo, participações *online* em eventos e palestras (ao vivo ou gravados) e todo o tipo de informação virtual levantada (Arruda-Filho, 2020), assim como a validação do relatório de pesquisa junto à comunidade investigada (Kozinets, 2014) contribuem para assegurar a qualidade da pesquisa netnográfica na construção de ideias e discussões acadêmicas.

6. O trabalho de campo netnográfico e a construção dos dados

Em maio de 2020 iniciei o trabalho de campo netnográfico que teve a duração de 12 meses. Minha aproximação dos sujeitos e agentes ocorreu, inicialmente, por meio de um mapeamento sobre a nova diáspora negra e seus negócios na cidade de São Paulo realizado em artigos, sites e reportagens jornalísticas. A maioria dos contatos foi

mediada pelas redes sociais que comunidades africanas e caribenhas fazem uso constante, e alguns por indicação de migrantes entrevistados.

Para iniciar os contatos, enviei mensagens aos coletivos, informando sobre o objetivo da pesquisa e o interesse em conhecer mais sobre suas histórias de vida e seus empreendimentos. Contudo, foi necessário desenvolver laços de proximidade e confiança com esses atores (Cefai et al., 2011; Jaime, 2020). Isso foi feito à medida em que me incorporava às situações rotineiras desses grupos sociais, me fazendo presente e atuante em algumas coletividades virtuais específicas de migrantes. Então, passei a compartilhar informações (documentação, locais de assistência, notícias diversas), divulgar seus negócios em diversas redes sociais, inclusive nas minhas, e a participar de algumas discussões em fóruns, congressos e *lives* sobre diversas temáticas relativas às migrações. Dessa forma, consegui os primeiros contatos. Ainda assim, enfrentei muita desconfiança para agendar as entrevistas. Nem todos se sentem confortáveis para discutir questões delicadas em que estão diretamente imbricados com pessoas que não conhecem. Todos tentaram marcar as conversas pessoalmente. Porém, em cada uma das entrevistas, notei que o compartilhamento de algumas informações pessoais, uma vez que também fui migrante, reforçava a familiaridade com esses atores, facilitando a conversa.

As narrativas de vida foram reconstruídas por meio de entrevistas compreensivas realizadas com 10 migrantes, sendo dois da República Democrática do Congo, um da Guiné-Bissau, um do Camarões, um do Senegal, um da África do Sul, dois do Haiti e um da Guiana-Inglesa. O décimo desses migrantes não é empreendedor e não faz parte da nova diáspora negra em SP. Trata-se de uma venezuelana. Entretanto, ela atua como diretora numa importante Organização Não Governamental (ONG) que trabalha com questões migratórias relativas a africanos, caribenhos e demais grupos de outras nacionalidades no Brasil, Argentina, Colômbia e França. A sua narrativa foi importante para compreender algumas adversidades enfrentadas pelos migrantes no Brasil e sobre como ocorrem alguns agenciamentos que buscam promover o empreendedorismo

étnico. A migrante guianesa, apesar de não ser africana ou caribenha, é uma migrante negra e empreendedora étnica. Por ocasião dos diálogos procurei conhecer as trajetórias desses sujeitos desde os seus países de origem até à chegada à cidade de São Paulo. Queria compreender o que os trouxe à capital paulista, as adversidades encontradas, de que maneira emergiram como empreendedores étnicos e o que os levaram a participar (ou não) dos debates públicos em torno de questões raciais e migratórias.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 8 agentes pertencentes a várias instituições, como ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSC), além de dois jornalistas e pesquisadores, todos atuantes nas questões migratórias. Assim, procurei abranger a maior parte dos atores que atuam em redes voltadas às migrações e empreendedorismo étnico. Essas entrevistas me auxiliaram a descobrir aspectos que alargaram e redirecionaram a pesquisa. Procurei abordar sobre as motivações das instituições, conhecer as ações voltadas aos migrantes; de que maneira a nova diáspora negra tem sido incorporada a essas ações, os principais resultados alcançados e as dificuldades cruciais para o desenvolvimento dos projetos.

Ademais, por essa ser uma investigação pragmatista, a observação não é uma ação passiva (Cefaï, 2013). Dessa forma, a observação direta e participante e o levantamento de documentos ocorreram por meio de inscrição e acompanhamento de 20 grupos escolhidos em redes sociais, como o *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, por abrangerem as comunidades de interesse para o estudo (Arruda-Filho, 2020). Também participei de vários fóruns, eventos e palestras *online* (ao vivo ou gravados). Especialmente, acompanhei um fórum internacional ao longo de um semestre, devido ao seu interesse em debater as complexidades da realidade migratória no Brasil e no mundo junto a pesquisadores e migrantes nacionais e internacionais. Ainda, atuo como pesquisadora voluntária em dois projetos sociais formados por pesquisadores e migrantes. Um deles propõe iniciativas conjuntas entre as comunidades científicas e migrantes para colocar as questões raciais, xenofóbicas e migratórias em arenas públicas.

O outro é voltado a promover a inclusão, destacar as culturas africanas, desmistificar estereótipos e fomentar o empreendedorismo étnico por meio da gastronomia.

O diário de campo, outro importante instrumento da etnografia/netnografia, foi primordial para descrever e analisar os agentes. Nele refleti sobre a minha compreensão do fenômeno estudado e a dos atores, por vezes diferentes das minhas convicções. Abordei sobre de que maneira fui recebida pelos coletivos e pelos migrantes entrevistados, discorri sobre as iniciativas dos coletivos e detalhei outros aspectos que foram surgindo conforme seguia com as descrições e análises. E, da mesma forma que não realizei uma busca de categorias *a priori*, a construção dos dados em campo foi moldando o objetivo geral e as questões de pesquisa (James, 1974; Geertz, 1989; Cefai et al., 2011; Jaime, 2020).

7. Considerações finais

Essa é uma pesquisa em andamento e, em breve, os resultados serão publicados. Entretanto, alguns dados relevantes têm surgido. Ao procurar entender os agenciamentos traçados para que esses migrantes iniciassem e mantivessem seus negócios, observei que os empreendedores dessa nova diáspora negra em SP emergem a partir de uma complexa rede de conexões com atores humanos e não-humanos. O início e a continuidade de seus empreendimentos estão fortemente relacionados com os tipos de redes, agenciamentos e conexões que possuem e quais conseguem alcançar. O motivo que os levaram a sair de seu país natal e o contexto em que estão inseridos no Brasil também refletem em suas ações empreendedoras. A pesquisa revelou também que raça e identidade de migrante estabelecem intersecção com outros marcadores sociais da diferença (como idade, estado civil, gênero, paternidade/maternidade) para explicar a trajetória desses empreendedores.

Os principais atores não-humanos nessa rede de conexões são as redes sociais (*Instagram* e *Facebook*), o celular e a internet. O uso dessas ferramentas se fortaleceu

principalmente como um meio de enfrentamento do cenário pandêmico da COVID-19, uma vez que esse contexto dificultou a condução de negócios e a publicização do debate em torno das adversidades enfrentadas por essa nova diáspora negra em SP (Dewey, 1946; Cefai, 2017a). Há outros comumente citados pelos migrantes, como diplomas e documentos (Carteira de Registro Nacional Migratório – antigo Registro Nacional de Estrangeiros [RNE]), além de reportagens de imprensa.

A maneira como esses negócios se relacionam com controvérsias e conflitos que favorecem ou bloqueiam a emergência de questões raciais e migratórias referentes a essa nova diáspora negra na arena pública depende do perfil empreendedor dos migrantes. A pesquisa identificou três categorias empíricas sobre esses perfis: empreendedor frágil (ou vulnerável), empreendedor por necessidade e empreendedor por engajamento. Dentre eles, os empreendedores frágeis (ou vulneráveis) e por necessidade têm várias dificuldades para colocar essas questões nas arenas públicas. Já o empreendedor por engajamento tem maior potencialidade de atuação política.

Ainda assim, todos os empreendedores entrevistados apresentam seus negócios como uma forma de se sentirem representados, mediante a disseminação de culturas africanas e caribenhas, e de publicizarem problemáticas com as quais se defrontam, como o racismo e a xenofobia. Dessa forma, eles criam grupos para debaterem suas necessidades e interesses, buscando reivindicar direitos e se contrapor a opressões (Dewey, 1946; Cefai, 2017a), envolvendo diferentes atores, inclusive os poderes públicos (Cefai, 2017a).

Eles passaram a se ver como agentes transformadores da situação em que se encontram (Andion et al., 2017; Gonsalves; Andion, 2019). Atuam conjuntamente com outros atores da esfera política, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC) da Prefeitura de São Paulo, instituições filantrópicas, como a Missão Paz, e participam de vários debates em fóruns e congressos que envolvem a comunidade científica nacional e internacional, como o Fórum Fronteiras Cruzadas.

Além disso, têm definido líderes junto às esferas públicas e políticas, como a constituição de conselheiros migrantes no quadro do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da SMDHC da Prefeitura de São Paulo.

Toda essa jornada é orientada a trazer um olhar que privilegia a capacidade de ação dos atores, diferente da perspectiva estruturalista comumente adotada em estudos que associam migração e empreendedorismo, buscando fertilizar o campo de estudos sobre empreendedorismo étnico. O esforço em compreender como os migrantes da nova diáspora negra em São Paulo conseguem emergir como empreendedores e contribuir, por meio de seus negócios, para colocar as questões raciais e migratórias nas arenas públicas, tem potencial para fomentar os debates e a formulação de políticas que promovam o empreendedorismo e o empreendedor étnico, conquanto retire de cima do migrante a visão reducionista de que são pessoas cuja vulnerabilidade os tornam exclusivamente dependentes das estruturas e do poder do Estado.

Referências

- Aldrich, H. E., & Waldinger, R. (1990). Ethnicity and Entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, 16(1), 111–135. doi: 10.1146/annurev.so.16.080190.000551.
- Aliaga-Isla, R., & Rialp, A. (2013). Systematic review of immigrant entrepreneurship literature: Previous findings and ways forward. *Entrepreneurship and Regional Development*, 25(9–10), 819–844. doi: 10.1080/08985626.2013.845694.
- Almeida, C. D., & Cogo, D. M. (2018). Imigração haitiana na cidade de São Paulo: comunicação e consumo de mídias no mundo do trabalho. *Revista Comunicação Midiática*, 13(1), 94-109.
- Andion, C., Ronconi, L., Concordia, R. L. M., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: Uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369–387. doi: 10.1590/0034-7612143195
- Arruda-Filho, E. J. M. (2020). Análise na pesquisa netnográfica: exemplos ilustrativos no campo da administração. In J. Brunstein, A. S. Godoy, E. P. Z. Brito, E. J. M., & Arruda Filho (Orgs.), *Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em administração*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Bagwell, S. (2008). Transnational family networks and ethnic minority business development. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, 14(6), 377-394. doi:10.1108/13552550810910960

- Barbosa, S. D., Gerhardt, M. W., & Kickul, J. R. (2007). The role of cognitive style and risk preference on entrepreneurial self-efficacy and entrepreneurial intentions. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 13(4), 86-104. doi: 10.1177/10717919070130041001
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos* (2a ed.). Natal, RN: EDUFRN.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, 2(3), 359–377. doi: 10.1177/136843199002003010.
- Braga, A. (2013). Netnografia: compreendendo o sujeito nas redes sociais. In A. M. Nicolaci-Da-Costa, & D. Romão-Dias, (Orgs.). *Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO.
- Brah, A. (1996). *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge.
- Bates, T. (1994). Social resources generated by group support networks may not be beneficial to Asian immigrant-owned small businesses. *Social Forces*, 72(3), 671-689. doi: 10.1093/sf/72.3.671.
- Bates, T. (1997). Financing small business creation: The case of Chinese and Korean immigrant entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 12(2), 109-124. doi: 10.1016/S0883-9026(96)00054-7.
- Borjas, G. J. (1986). The self-employment experience of immigrants. *Journal of Human Resources*, 21(4), 485-506. doi: 10.3386/w1942.
- Borjas, G. J. (2000). Ethnic enclaves and assimilation. *Swedish Economic Policy Review*, 7(2), 89-122.
- Callon, M. (1984). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *The sociological review*, 32(1_suppl), 196-233. doi: 10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x.
- Cefai, D., Mello, M. A. S., Mota, F. R., & Veiga, F. B. (2011). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF.
- Cefai, D. (2011). Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse. In D. Cefai, M.A. S. Mello, F. R. Mota, & F. B. Veiga, (Orgs.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa* (pp. 67-102). Recuperado de http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Como_uma_associacao_nasce_para_publico_2011-libre.pdf.
- Cefai, D. (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social*, 2(4), 11-48.
- Cefai, D. (2013). Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris. *Revista Contemporânea*, 3(2), 265–286.

- Cefaï, D. (2017a). Públicos, problemas públicos, arenas públicas (parte 1). *Novos Estudos - CEBRAP*, 36(01), 187–214. doi: 10.25091/s0101-3300201700010009.
- Cefaï, D. (2017b). Públicos, problemas públicos, arenas públicas (parte 2). *Novos Estudos CEBRAP*, 36(2), 129–142. doi: 10.25091/s0101-3300201700020007.
- Corrêa, D. S., & Dias, R. C. (2016). A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, 22(1), 67-99. doi: 10.1590/0104-93132016v22n1p067.
- Cruz, E. P., & Falcão, R. P. Q. (2016). Revisão bibliométrica no tema Empreendedorismo Imigrante e Étnico. *Internext*, 11(3), 78-94. doi: 10.18568/1980-4865.11378-94.
- Delanty, G., & Strydom, P. (2003). *Philosophies of social science: The classic and contemporary readings*. Philadelphia: Open University Press.
- Dewey, J. (1974). *Experiência e natureza* (1a ed.). São Paulo: Abril Cultural.
- Dewey, J. (1946). *The public and its problems: An essay in political inquiry*. Chicago: Gateway Books.
- Dheer, R. J. S. (2018). Entrepreneurship by immigrants: a review of existing literature and directions for future research. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 14(3), 555–614. doi: 10.1007/s11365-018-0506-7.
- Dosse, F. (2018). *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Geertz, C. (1989). Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In C. Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gonsalves, A. K. R., & Andion, M. C. M. (2019). Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. *Organizações & Sociedade*, 26(89). doi: 10.1590/1984-9260892.
- Hunt, J. (2010). Skilled immigrants' contribution to innovation and entrepreneurship in the United States. *Open for Business*, 257-272. doi: 10.1787/9789264095830-13-en.
- International Organization For Migration [IOM] (2020). *World Migration Report 2020*, Switzerland. Recuperado de <https://www.iom.int/wmr/>
- Jaime, P. (2016). *Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial*. São Paulo: Edusp; Fapesp.
- Jaime, P. (2020). Lendo um manuscrito desbotado: Da produção à análise dos dados na pesquisa etnográfica em administração. In: J. Brunstein, A. S. Godoy, E. P. Z. Brito, E. J. M., & Arruda Filho (Orgs.). *Análise de dados qualitativos em pesquisa: múltiplos usos em administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Jaime, P., & Bandeira, M. L. Epistemología de las disciplinas financiero-administrativas: Un abordaje introductorio y didáctico. In: Luis Antonio Cruz Soto. (Org.). *Algunos*

problemas de la investigación en las disciplinas financiero-administrativas. 1ed.Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, v. 1, p. 15-77.

James, W. (1974). *Pragmatismo: textos selecionados* (1a ed.). São Paulo: Abril Cultural.

Jibeen, T. (2011). Moderators of acculturative stress in Pakistani immigrants: The role of personal and social resources. *International Journal of Intercultural Relations*, 35(5), 523-533. doi: 10.1016/j.ijintrel.2011.04.002.

Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. (D. Bueno, Trad.). Porto Alegre: Penso.

Keefe, S. E. (1992). Ethnic identity: The domain of perceptions of and attachment to ethnic groups and cultures. *Human Organization*, 51(1), 35-43. doi: 10.17730/humo.51.1.1r55476555563w25

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba.

Observatório das Migrações Internacionais [OBMigra] (2019). *Relatório Anual 2019* (Relatório de Pesquisa/2019), Brasília, DF. Recuperado de <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>.

Oliveira, R. C. (1996). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de antropologia*, 39(1),13-37.

Organização Mundial da Saúde [OMS] & Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS BRASIL] (2020). Aberturas graduais devem ter abordagens em fases e ser baseadas em dados para controlar novos surtos de COVID-19, afirma OPAS. Recuperado de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view

[=article&id=6208:aberturas-graduais-devem-ter-abordagens-em-fases-e-ser-baseadas-em-dados-para-controlar-novos-surtos-de-covid-19-afirma-opas&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view).

Organização das Nações Unidas [ONU] (2019). *International Migrant Stock 2019* (Relatório de Pesquisa/2019), New York. Recuperado de <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>.

Organização das Nações Unidas [ONU] (2019b). *World Population Prospects 2019* (Relatório de Pesquisa/2019), New York. Recuperado de <https://population.un.org/wpp/Download/SpecialAggregates/EconomicTrading/>.

Peirce, C. S., & Frege, G. (1974). *Escritos coligidos*. (L. H. L. Santos, Trad.). São Paulo: Abril Cultural.

Prefeitura Municipal de São Paulo (2021). Estrutura do Conselho. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php?p=266084.

Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6a. ed.). Lisboa: Gradiva.

Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (2018, dezembro). Migrações e seus Impactos na Sociedade do Século XXI. *Diálogos Estratégicos*, Brasil. Recuperado de <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-e-analise/revista-dialogos-estrategicos/dialogos-estrategicos-nr-4.pdf>.

Souza, I. M. A., & Sales Júnior, D. R. (2012). Apresentação. In B. Latour. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA.

Tonelli, D. F., Brito, M. J., & Zambalde, A. L. (2011). Empreendedorismo na ótica da teoria ator-rede: explorando alternativa às perspectivas subjetivista e objetivista. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(SPE1), 586-603. doi: 10.1590/S1679-39512011000600008.

Vandenbergue, F. (2006). Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, 21(2), 315-366. doi: 10.1590/s0102-69922006000200003.

Zanforlin, S., & Cogo, D. (2019). Mídia, mobilidade e cidadania no contexto do capitalismo global: reflexões a partir da trajetória de um refugiado sírio. *Contemporânea*, 17(1), 7-28. doi: 10.9771/contemporanea.v17i1.25222.

Zhou, M. (2004). Revisiting ethnic entrepreneurship: Convergencies, controversies, and conceptual advancements 1. *International migration review*, 38(3), 1040-1074. doi: 10.1111/j.1747-7379.2004.tb00228.x.

Mais próximo da realidade (2022)



(Tinta acrílica sobre tela 1,75m x 2,00m)

Autor: Lavi Kasongo